



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Processo de Identificação: Um Estudo de Caso da Comunidade
Judaica do Recife e sua relação com o Estado de Israel.**

ARISTÓTELES VELOSO DA SILVA MUNIZ

ORIENTADOR: PROF. DR. REMO MUTZENBERG.

CO-ORIENTADORA: PROF. DR^a. TÂNIA NEUMANN KAUFMAN.

RECIFE, AGOSTO DE 2008.

ARISTOTELES VELOSO DA SILVA MUNIZ

**Processo de Identificação: Um Estudo de Caso da Comunidade
Judaica do Recife e sua relação com o Estado de Israel.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia
Do Programa de pós-graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

ORIENTADOR: PROF. DR. REMO MUTZENBERG.

CO- ORIENTADOR: PROF. DR^a. TÂNIA NEUMANN KAUFMAN.

Recife, Agosto de 2008.

Muniz, Aristóteles Veloso da Silva

Processo de identificação: Um estudo de caso da Comunidade Judaica do Recife e sua relação com o Estado de Israel / Aristóteles Veloso da Silva Muniz. – Recife: O Autor, 2008.

133 folhas : il., tabelas, mapas

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2008.

Inclui bibliografia e anexos

1. Sociologia 2. Judeus – Identidade. 3. Etnia Judaica. 4. Cultura. 5. Judeus brasileiros – Pernambuco. I.Título.

**316
301**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2008/111**

Ata da Sessão de Arguição de Dissertação de ARISTÓTELES VELOSO DA SILVA, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

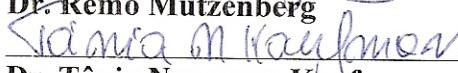
Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Dissertação de ARISTÓTELES VELOSO DA SILVA**, intitulada: **"PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO: O caso da comunidade judaica do Recife"**. A Comissão foi composta pelos Professores: **Dr. Remo Mutzenberg - Presidente/orientador; Dra. Tânia Neumann Kaufman – co-orientadora e Titular Externa; Dr. Rogério de Souza Medeiros – Titular Interno – PPGS**. Dando início aos trabalhos **Dr. Remo Mutzenberg**, explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar o **Dr. Remo Mutzenberg**, presidente da mesa e orientador do candidato solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 27 de agosto de 2008.



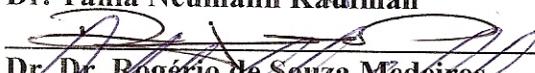
Zuleika Elias – Secretária



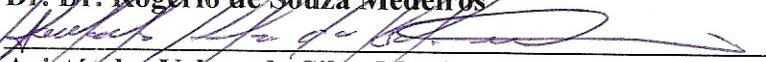
Dr. Remo Mutzenberg



Dr. Tânia Neumann Kaufman



Dr. Dr. Rogério de Souza Medeiros



Aristóteles Veloso da Silva Muniz

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi compreender, do ponto de vista da construção das identidades, se os judeus locais se identificam com os problemas – retorno dos refugiados palestinos, a divisão de Jerusalém, o processo de assentamentos judaicos e o futuro Estado palestino – que afligem o Estado de Israel. Verificou-se que tal identificação se concretizou e que ela foi marcada pela diferença nos posicionamentos em torno dos problemas apresentados acima, e pela identificação em torno de uma demanda que garante a unidade do grupo: o reconhecimento, pelos árabes, da existência do Estado de Israel em paz e segurança.

A discussão teórica desenvolvida no trabalho procura entender o processo de identificação através de uma concepção de sujeito descentrado, concepção de sujeito que emerge de um contexto social e político marcado pela fragmentação dos processos constitutivos da realidade. É por meio do jogo da diferença que esse trabalho se orienta com relação ao processo de identificação. E foi através deste jogo que o grupo pesquisado mobilizou aspectos simbólicos – a consciência histórica, os aspectos étnico-religiosos, o anti-semitismo e o Estado de Israel – para constituir seu processo de identificação tanto com Israel quanto com os problemas para paz com os palestinos e para marcar sua diferença com relação ao mundo árabe.

Palavras – Chave: Processo de Identificação; Construção de Identidades; Identidade Judaica; Cultura Judaica; Judeus em Pernambuco.

ABSTRACT

The aim of this work was to understand, from the viewpoint of identity construction, if the local jews would identify themselves with such problems as the return of the palestine refugees, the division of Jerusalem, the process of the jewish settlements and the future of the Palestine State, which affect the State of Israel. It was observed that such an identification relly occurred and that it was characterized by the difference in positions about the problems mentioned above and by the identification of a demand that warrants the unity of the group: the acknowledgement, by the arabs, of the existance of the State of Israel in peace and security.

The theory discussion developed in the work aims to understand this identification process through the conception of an uncentered subject, a subject conception that arises from a political and social context marked by the fragmentation of the processes constitutive of reality. It's by means of a game of differences that this work is guided in relation to the identification process. And it was through this game that the surveyed group invoked symbolic aspects: Historical consciousness, the ethnic-religious aspects, anti-semitism and the State of Israel, to compose its process of identification both with Israel and with the problems of peace with the palestinians and to show its difference in relation to the arabic world.

Key words: Identification Process, Identity construction, Jewish Identity, Jewish Culture, Jews in Pernambuco.

*Dedico este trabalho a memória
do meu querido pai
e a minha amada mãe
pela sua força e perseverança
nos momentos mais difíceis
de nossas vidas.*

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de uma intensa interação de sujeitos e instituições. Por isso fico grato pelas diversas pessoas e instituições que acreditaram e iluminaram esse caminho tortuoso que é o conhecimento.

Foi de fundamental importância para esse trabalho o apoio da minha Co-orientadora a Prof^a. Tânia N. Kaufman e de meu Orientador o Prof^o. Remo Mutzenberg.

Queria agradecer ao Prof^o. Remo pela paciência, respeito e amizade com que fui tratado, nossos momentos, por poucos que foram, me ajudaram muito no direcionamento de minhas inquietações não apenas com relação ao trabalho aqui proposto, mas também na minha orientação teórica, metodológica e epistemológica que tanto me afligiam e que foram iluminadas em nossas conversas.

Queria agradecer em especial a Prof^a. Tânia pelo seu companheirismo e incentivo nessa empreitada, que tiveram momentos de desânimo e muitas vezes desesperos, mas a cada vez que nos encontrávamos, as energias se renovavam e eu podia, renovado, continuar em tão ardoroso trabalho.

Ao programa de pós-graduação em sociologia pelo competente quadro de professores que muito me ajudaram, direta e indiretamente, na realização deste trabalho. Queria agradecer, em particular, a Prof^a. Silke Weber e a Prof^a. Maria Eduarda. À Prof^a. Silke Weber pela sua capacidade de encantar através do seu profundo conhecimento e respeito pelo aluno, e que fez com que eu me enamorasse e me mantivesse firme neste caminho tortuoso que é a formação em Sociologia. A Prof^a. Maria Eduarda pela sua postura firme e crítica, e que desperta nos corações adormecidos um caloroso desejo em criticar todo esse processo cultural alienante que tomou conta de nossas vidas, sou grato pelos momentos inesquecíveis que pude apreciar em seus cursos.

A Capes pela Bolsa, fundamental para elaboração deste trabalho.

Queria agradecer também a comunidade judaica, e principalmente aos meus depoentes pelo profundo conhecimento que a mim foi compartilhado. Tive a oportunidade de com eles viajar através desta história fascinante, onde pude, por meio de seus depoimentos, deleitar-me da enorme gama de conhecimento que tanto contribuiu para o desenvolvimento do trabalho a que me propus.

Aos diversos amigos que fiz nesta caminhada, em especial a João Veríssimo, a Anderson e a Walfrido Cabral, que através dos memoráveis porres nos divertíamos e discutíamos os diversos problemas metafísicos, epistemológicos, econômicos, políticos,

sociais e filosóficos que uma mesa de bar com amigos poderia proporcionar. Sou grato pela amizade durante esse período.

Não poderia deixar de agradecer a minha família que tanta paciência teve em meus momentos de ausência e na minha insistência em um caminho, muitas vezes solitário e incompreendido. Sem o apoio dela não poderia ter terminado esse trabalho. Seu apoio emocional e, muitas vezes, material foram de fundamental importância.

Queria agradecer a minha mãe, meus irmãos, primos, tias, sogro e sogras, a minha esposa e a meu filho, pois sem essa estrutura acolhedora e amigável eu não sou nada, e esse trabalho não passaria de mera abstração na minha cabeça.

Aristóteles Veloso da Silva Muniz.

APRESENTAÇÃO

A comunidade também tem seus medos e receios ao destino do Estado de Israel, diante do conflito com os palestinos, e nada mais importante do que manifestar suas opiniões acerca deste processo que já ceifou a vida de muita gente querida de ambos os lados. Esse trabalho não tem o intuito e nem a pretensão de querer trazer soluções e indicar caminhos, não! Absolutamente não! Mas sim verificar como tal comunidade significa tal processo através dos seus discursos vários sobre a questão.

Só tenho a dizer que este trabalho foi fruto de muitas noites em claro e de incansáveis momentos de dúvidas e angústias com relação ao tema, esse por ser tão delicado forçou-me a buscar um caminho que evitasse o máximo de indelicadezas para com ele. O tema envolve muito sofrimento das comunidades envolvidas e não quis ser leviano em nenhum momento da análise. Quero deixar claro que as possíveis incompreensões sejam levadas ao debate, do qual de antemão estou disposto a participar, e peço que não sejam tiradas conclusões precipitadas acerca de algum ponto ou situação da minha parte. Meu intuito foi apenas o de contribuir para um debate tão sério e que demanda uma solução o mais cedo possível.

Deixo claro que não busco neste trabalho propor nada, não pretendo torná-lo um instrumento de debate político onde esse tema é reduzido ao velho debate apaixonado e acalorado ao qual presenciei em determinados momentos, mas sim um instrumento de esclarecimento de um conflito que se arrasta por tanto tempo sem solução e causando sofrimentos para ambos os povos ou nações.

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
1. O Campo das Identidades	20
1.1. Relação entre Identidade e Concepções de Sujeito	21
1.2. Nossa Modernidade	24
1.3. Descentramento do Sujeito	29
1.4. O Processo de Construção das Identidades	35
CAPÍTULO II	
2. Metodologia	43
2.1. A Comunidade Judaica do Recife	45
2.2. Construção do <i>corpus</i> e Análise	46
2.3. Etapas da Análise	48
CAPÍTULO III	
3. A Identidade Judaica e sua relação com o Estado de Israel.	50
3.1. Consciência Histórica	51
3.1.1. A História do Povo Escolhido e da Terra Prometida	53
3.2. Questões Étnico-Religiosas	62
3.3. Ideologias da Diferenciação: Antijudaísmo e Anti-Semitismo	69
3.4. Estado de Israel como Fator Identitário	74
3.4.1. A Formação do Estado de Israel	75
3.4.2. O Significado de Israel	81
CAPÍTULO IV	
4. Entraves para Paz e os Posicionamentos dos Judeus Locais	89
4.1. Retorno dos Refugiados Palestinos	91
4.2. Divisão de Jerusalém – Yerushalayim (hebraico) e Al Quds (árabe)	96
4.3. O Processo de Assentamentos	101
4.4. Territórios e Futuro Estado Palestino	109

4.5. Os Principais Problemas para Paz	114
4.6. O Outro	119
4.7. O Caminho para Paz	125
Considerações Finais	127
Bibliografia	131
Anexos	

Introdução

O objetivo deste trabalho foi examinar como os judeus em diáspora se posicionam com relação aos problemas que afligem o processo de paz entre israelenses e palestinos. Esse objetivo, de início simples, nasceu de um questionamento sobre a possível relação entre o judeu local e os problemas que envolvem o Estado de Israel e, especificamente, em relação à paz com os palestinos. Por que brasileiros judeus se interessariam por problemas de outro país, os de Israel?

Portanto, esse trabalho parte do entendimento de que essa relação entre os judeus em diáspora e o Estado de Israel existe e se constitui pelos aspectos simbólicos e identitários – a consciência histórica, as questões étnico-religiosas, o anti-semitismo e o Estado de Israel – que compõem o imaginário judaico. Esses aspectos simbólicos são mobilizados na construção de uma narrativa que os diferencia em contraposição ao mundo árabe.

Este trabalho é uma continuidade das minhas primeiras investidas na questão Israel-Palestinos¹. Na monografia de conclusão do bacharelado em Ciências Sociais, analisei as causas do fracasso do Plano de Paz, “*Mapa do Caminho*”, proposto para região pelos Estados Unidos, União Européia, Rússia e pela ONU. Conclui, naquele trabalho, que tal processo de paz não conseguiu seu objetivo devido, principalmente, à persistência dos combates militares e conflitos políticos entre o governo israelense e os extremistas palestinos que veio, dessa forma, boicotar o processo de Paz. No entanto, pretendi ampliar a discussão e de certa forma aumentar minha compreensão acerca desta temática – o conflito. Ao querer trabalhar agora com fontes diretas e não mais

¹ MUNIZ, A. V.S. (2005). *O Mapa do Caminho e o processo de paz Israelo-Palestina (2003-2004)*, Recife, UFPE, monográfico de Bacharelado em Ciências Sociais.

secundárias, me dispus a procurar me informar mais sobre as comunidades árabe e judaica², decidindo então trabalhar com a comunidade judaica do Recife.

O conflito Israel - palestinos teve início com os primeiros choques entre judeus e árabes pela Palestina histórica por volta de 1922. Intensificou-se na Guerra Fria, continuou com o fim dessa e se manteve, em diferentes graus, até os dias atuais. O saldo desse conflito são milhares de mortes de ambos os lados, problemas de fronteiras, de refugiados e dificuldades para a criação de um Estado palestino.

Essa situação vem gerando impasses e problemas que resultam em posições que dividem a comunidade judaica israelense e comunidades judaicas fora do Estado de Israel. Estes problemas mesclados com a questão étnico-religiosa, ao anti-semitismo e à consciência histórica³, atuam de forma relevante na formação da identidade judaica. As respostas e/ou opiniões que dizem respeito à solução dos entraves para a paz, estão também condicionadas à construção da relação entre os judeus do mundo e o Estado nacional de Israel.

O conflito não se restringe a uma questão local, mas envolve relações internacionais e comunidades dos dois povos residentes fora do território em questão. Nesse sentido, consideramos que o conflito entre o Estado de Israel e os palestinos

² Meu interesse primeiro foi a “comunidade árabe”, pelo fato de no momento as questões em torno do Islamismo, dos atentados terroristas por brigadas islâmicas, como a Al Qaeda, e de outras manifestações fundamentalistas em torno do Islã, estar em evidência. Mas percebi que seria mais complicado manter contato com tal grupo, não encontrei nada de que fizesse referência a mesma, não tinha nenhum conhecimento se de fato existia uma comunidade árabe aqui e não conhecia pessoas diretamente envolvidas com a comunidade. Percebi que ao contrário da comunidade árabe havia uma maior organização e divulgação da comunidade judaica aqui no Recife. Isto, também, pelo fato de já conhecer a Sinagoga do Recife Antigo, o Arquivo Judaico que se encontra no mesmo prédio e ter tido contato com a Prof.^a Tânia N. Kaufman em uma disciplina sobre cultura judaica, ministrada na UFPE. Fiz os primeiros contatos com a professora Tânia que foi muito atenciosa e demonstrou interesse no trabalho. Isto me levou a eleger esta comunidade para desenvolver minha pesquisa.

³ Ao invés de trabalhar com a concepção de memória, que Azria (2000) trabalha, preferi trabalhar com a concepção de consciência histórica por achar que responde melhor os objetivos do meu trabalho. A consciência histórica é neste trabalho entendido como a busca de sentido, ou significado para determinados posicionamentos, onde esse sentido é resgatado pelo grupo em seus aspectos históricos, em seus antecedentes históricos fundadores e constitutivos, esta consciência se caracteriza como o elemento de ligação entre o presente e o passado.

deve afetar também a vida da comunidade judaica recifense, levando-os a tomar e construir determinadas posições acerca do mesmo, criando processos de identificação com o que, no momento, podemos designar como “povo judaico”.

Os fatos e os acontecimentos na região do conflito são analisados, avaliados e discursos são construídos sobre tal realidade concreta. O Estado e a questão dos refugiados palestinos, os assentamentos judaicos na Cisjordânia, a “*Grande Israel*” e a divisão de Jerusalém são problemas que fazem parte do debate internacional e acreditamos que o mesmo se faz presente e permeia a consciência coletiva da comunidade judaica do Recife e são elementos a partir dos quais se constrói o processo de identificação.

Os acontecimentos recentes agregaram outras variáveis importantes para a análise. A morte de Yasser Arafat, presidente da Autoridade palestina, e suas conseqüências no jogo político; a retirada de colonos judeus da Faixa de Gaza e parte da Cisjordânia; o coma de Ariel Sharon que o tira de cena repentinamente; a vitória do *Hamas* nas eleições palestinas de 2006; a guerra no sul do Líbano contra o *Hizbollah*; a guerra entre o Fatah e o Hamas que dividiu os palestinos em Gaza e na Cisjordânia são acontecimentos que intensificaram o conflito entre judeus e palestinos, mas também os conflitos internos quer seja entre palestinos, quer seja entre judeus, em decorrência das diferentes posições acerca dos fatos que envolvem o processo de paz.

Essa pesquisa não teve como objetivo fazer um debate político de idéias acerca dos problemas que impedem a solução do conflito. Tanto é que, nas entrevistas, buscamos apenas levantar os posicionamentos sem levantar a discussão de quem está com a “verdade” ou de quem é vítima ou algoz deste processo. Quando nos propomos a fazer este trabalho com a comunidade judaica do Recife, nossa intenção foi a de buscar como esse conflito e seus diferentes componentes se colocam na construção

identitária e buscar, a partir das questões relacionadas ao retorno de refugiados palestinos, divisão de Jerusalém, assentamentos e Estado palestino, verificar posicionamentos em relação aos problemas.

Colocamos como questões se os posicionamentos convergiam ou divergiam com relação a questão posta? Para o grupo pesquisado, quais seriam os principais pontos a serem discutidos em um processo de paz? E quais os principais problemas para a paz? Buscamos, assim, por meio de seus posicionamentos ver como os membros dessa comunidade constroem sua identificação com o Estado de Israel, e como sua identificação se apresenta em torno do conflito.

Dentro deste processo de identificação o judeu é interpelado, ou chamado a posicionar-se com relação aos diversos aspectos constitutivos de sua história. Esses aspectos dizem respeito a sua história milenar, a seu campo religioso e cultural que é abrangido pelo judaísmo, a sua condição nacional de origem e suas relações com o Estado de Israel. Com a fundação do Estado Judeu a identidade nacional aflora e entra no campo de relação do judeu. Todos esses aspectos servem de campo simbólico e representacional onde o judeu busca dar sentido a sua identidade cultural. Tais aspectos são de suma importância na construção de sua identidade.

A construção de sua identidade passa diretamente pela relação com seu *alter*. O judeu se constitui enquanto judeu a partir do outro da relação. Nesse caso em particular, o outro se apresenta na figura do mundo árabe na relação entre o judeu local e o Estado de Israel.

Não buscamos aqui analisar o processo de integração pelo qual passou a comunidade judaica do Recife, como eles se organizaram, mas sim seu processo de identificação com o Estado de Israel. Portanto, a partir dos aspectos simbólicos de sua identidade – a consciência histórica, os aspectos étnico-religiosos, o anti-semitismo e o

próprio Estado de Israel – construímos a ligação entre o grupo pesquisado e o Estado de Israel e, a partir desta ligação primária, verificamos como se apresenta a identificação do judeu local com os problemas em torno do conflito⁴.

Construir a relação entre esse grupo local e o Estado de Israel foi difícil, pois esse grupo recifense faz parte de outra realidade, de outro contexto. Vivem os dilemas enquanto brasileiros e recifenses, problemas que não são dos menores. Ser um judeu brasileiro e pernambucano; estar longe da realidade que assola o Estado Judeu poderia suscitar perguntas referentes a importância de tais questões para o judeu local que não vive as agruras de uma guerra cotidiana. O mundo do judeu israelense é outro, o seu cotidiano é marcado pelo conflito, ele é a vítima direta do mesmo.

Esse questionamento em torno da importância desses problemas do Estado de Israel para o judeu local direcionou nossos esforços na busca de uma relação, com aqueles problemas, pois sem esta relação o processo de identificação do grupo não seria o mesmo.

Para explicar o que é ser judeu, de forma geral, é requerido de certa forma trabalhar essa identidade judaica pelo caminho da consciência histórica, do anti-semitismo, da questão étnico-religiosa e do Estado de Israel. Esses elementos serão trabalhados mais adiante com o objetivo de deixar claro o campo de identificação ao qual o judeu é posicionado e convocado a significar. Esses elementos fazem parte do processo histórico da formação do judeu enquanto povo e nação. O anti-semitismo, elemento diferenciador, é um grande fator de mobilização e estimulador da identificação nacional para o judeu da diáspora com o Estado de Israel. Esses

⁴ Sempre que me referir a problemas para paz neste trabalho, estou fazendo referência justamente a questão dos refugiados palestinos, dos assentamentos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental, na possível divisão de Jerusalém e no possível Estado palestino.

elementos são utilizados na constituição da identidade judaica, eles são mobilizados na constituição do jogo da diferença, no processo relacional que o diferencia do outro.

Todo judeu no mundo tem, com a formação do Estado de Israel, um local onde pode se refugiar contra qualquer tipo de perseguição, com o direito assegurado de quando necessário se naturalizar como israelense. O judeu da diáspora, em sua grande maioria, prima por sua identidade cultural e religiosa, onde o direito a tal processo lhe é garantido ou lhe é dada liberdade para isso. Não é a toa que a cultura vai ser um fator importante de identificação judaica. É através dela que se resgata a consciência histórica, em que se busca na tradição um passado mitificado e os alicerces de fundação do elemento judeu.

Não posso deixar de mencionar que minha atenção esteja voltada aos problemas que envolvem a paz, uma atenção voltada aos aspectos ligados mais ao campo político do que ao campo cultural de tal identidade. No entanto, o objetivo exigiu um caminho que necessariamente teria que passar pela análise dos aspectos culturais que são de suma importância na construção identitária, da relação entre o grupo pesquisado e o Estado de Israel, pois tal relação seria impossível ser verificada, como bem salientaram alguns críticos do trabalho, caso não levássemos em consideração os aspectos culturais. Demonstrada a relação existente entre o judeu local e o Estado de Israel, através dos seus aspectos culturais, fica mais claro, portanto, a relação com os problemas que envolvem a paz.

Adotamos uma perspectiva qualitativa no que se refere à metodologia, devido a nossa abordagem visar a análise dos significados dados pelos indivíduos às suas ações, que sentido eles conferem aos problemas por nós apresentados. Através das entrevistas, buscamos identificar as posições sobre o conflito acima referido. Nesse exercício eles, através de suas falas, explicitaram a associação existente entre seu campo significativo

que é alimentado pela história, e a cultura comum aos judeus do mundo. Claro que existem diferenças e transformações significativas no campo cultural judaico através da história. A história nos mostra as diversas configurações simbólicas e representativas em torno de ser judeu, mas na interpelação sobre sua identidade judaica, o campo social ou simbólico é mobilizado, e eles passam a pensar e falar a partir deste arcabouço cultural para se posicionar diante do mundo.

Portanto, tal trabalho visou exclusivamente buscar os posicionamentos que permeiam a comunidade judaica recifense acerca dos problemas da paz com os palestinos e de como esses posicionamentos convergem em torno de temas e de como eles se diferenciam com relação a outros. Para uma melhor dinâmica e entendimento do que me propus a fazer, organizei o trabalho em quatro partes.

No primeiro momento explicitamos o nosso entendimento teórico sobre o sujeito e o processo de identificação buscando apresentar as suas diferentes concepções, suas relações com a constituição da identidade e sua contextualização. No segundo momento descrevemos os procedimentos para a coleta, na construção do *corpus* e como através da análise de conteúdo, categorizamos os temas com seus pontos de aproximação e de divergência, buscando, dessa maneira, analisar as identificações e diferenciações existentes no grupo pesquisado. No terceiro momento demonstraremos como a identidade judaica foi construída através da história, e os caminhos da relação entre o grupo pesquisado e o campo simbólico do judaísmo. Para tanto, buscamos verificar no *corpus* do trabalho, aspectos que consideramos importantes e que são utilizados pelo grupo pesquisado na construção de sua identidade: a consciência histórica, o aspecto étnico-religioso, o anti-semitismo e o Estado de Israel.

Demonstrada a relação existente entre o judeu local e o campo simbólico do judaísmo, através dos aspectos acima mencionados, desenvolvemos a análise sobre identificação do judeu local a partir de seus posicionamentos em relação aos problemas aos quais foram interpelados.

CAPÍTULO I

1. O CAMPO DAS IDENTIDADES

Como vamos trabalhar o processo de identificação do judeu local, a partir da sua identificação cultural e sua relação com os problemas que envolvem a paz com os palestinos, se faz necessário apresentar o caminho teórico que esse trabalho percorreu. O que vai ser destacado, como interesse nesse trabalho, são as noções de sujeito e os processos de identificação. O desenvolvimento teórico deste trabalho parte do entendimento de que toda noção de sujeito é devedora do entendimento da identidade e dos processos de identificação. Por esse motivo, buscamos desenvolver o entendimento de identidade, especificamente da identificação aos aspectos culturais, a partir das concepções de sujeitos existentes. O processo de identificação cultural neste trabalho vai ter como função esclarecer a relação entre o judeu local e o Estado de Israel. A partir dessa identificação cultural do grupo com o Estado de Israel, é que os judeus locais, a partir de seus posicionamentos, vão se situar em relação aos problemas

para paz na região. Esses posicionamentos são também, responsáveis pela formação de grupos divergentes identificados no *corpus* da pesquisa⁵.

Portanto a noção de sujeito vai ser importante na compreensão da identificação cultural do judeu e importante no entendimento do processo de identificação com os problemas para paz.

1.1. Relação entre Identidade e Concepções de sujeitos.

Como vamos trabalhar com a noção de sujeito, é interessante iniciar essa discussão a partir da contribuição de Hall (2001) para esse debate. Hall (2001) vai chamar atenção para três concepções diferentes de sujeito. A primeira delas diz respeito ao sujeito do iluminismo. A argumentação em torno desse sujeito do iluminismo está baseada

“numa concepção da pessoa como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico a ele – ao longo da existência do indivíduo” (Hall, 2001, p. 10-11).

Essa concepção centrada de sujeito vai ser a referência para toda a concepção de identidade até meados do século XX. O sujeito centrado, racional e livre nas suas escolhas e na sua relação com as concepções tradicionais de conceber a vida social, será o sujeito do pensamento liberal, cultural e econômico do humanismo renascentista do século XVI e do iluminismo do século XVIII. Este sujeito é a figura central do sistema social moderno. Esta concepção de sujeito cartesiano, racional e pensante,

⁵ Tem-se como referência deste trabalho, o grupo composto pelos entrevistados. O que queremos deixar claro é que tal grupo de referência não se apresentou homogêneo, mas sim, marcou diferenças no processo de posicionamentos com relação aos problemas para paz.

consciente e situado no centro do conhecimento, era a concepção que estava relacionada com a definição dominante de identidade, uma definição de identidade fechada e fixa, baseada em aspectos naturais de sua formação, tais como o pertencimento por nascimento a nações, grupos étnicos e religiosos. Essa concepção está socialmente relacionada com os ideais da Revolução Francesa, de liberdade, igualdade e fraternidade, do combate à tradição cuja base se encontrava nas idéias religiosas. O judaísmo também vai sofrer um abalo nas suas concepções por um movimento semelhante ao iluminismo, a Haskalah. Esse movimento no interior do judaísmo vai agir de acordo com o iluminismo francês no que diz respeito ao combate aos valores tradicionais do campo religioso judaico.

A segunda noção de sujeito, que Hall (2001) chama atenção, reflete a crescente complexidade do mundo moderno. A noção de sujeito sociológico,

“formou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade [para essa concepção] é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo e essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall, 2001, p.11).

O exterior e, conseqüentemente, a interação, serão fatores importantes da concepção sociológica no entendimento das identidades. Esta interação passa a ser o ponto central no entendimento de como a identidade se constitui. A interação será justamente o comportamento intencional baseado na idéia de como outras pessoas interpretarão o Eu e a ele reagirão. A interação vai diferenciar de um simples comportamento, ela é muito mais que isso, *“é uma ação social caracterizada por uma orientação imediatamente recíproca”* (Joas, 1999: p. 130). As contribuições em torno desta concepção interativa se encontram nos trabalhos dos interacionistas simbólicos, G. H. Mead e C. H. Cooley.

“Os interacionistas estudam a maneira como usamos e interpretamos símbolos não apenas na comunicação recíproca entre seres humanos, mas para criar e manter impressões de nós mesmos, forjar o senso do self, e criar e manter o que experimentamos como a realidade de uma dada situação social. Desse ponto de vista, a vida social consiste em grande parte de um tecido complexo, formado por incontáveis interações, através das quais a vida assume forma e significado” (Johnson, 1997, p. 174).

Essa perspectiva vai ter a interação como célula da vida social. Para os interacionistas tanto processos sociais quanto os indivíduos se formam e se reproduzem através deste processo de interação. Tanto a noção do sujeito iluminista quanto a concepção sociológica vão apresentar o sujeito de forma centrada, racional e consciente de si. Essa noção carrega consigo um sujeito fechado, fixo em si mesmo. A identidade, de acordo com essas concepções, está diretamente relacionada com aspectos essencialistas. A tradição, a história linear e sucessiva e o mito estruturado em narrativa cíclica fazem parte desta concepção fechada de identidade. Veremos esse aspecto da identidade em detalhes mais adiante, o que nos interessa neste momento é que este sujeito dominado pelas faculdades da razão vai dar lugar a uma terceira noção de sujeito, esta marcada pelo contexto de sua época, concepção que servirá de referência para nossas análises.

Essa terceira noção de sujeito, a qual chamamos atenção acima, está relacionada ao entendimento da identidade a partir da concepção de um sujeito pós-moderno. Este sujeito tem como característica principal a fragmentação, o descentramento. Esse sujeito é conceitualizado como a negação do sujeito iluminista, ele não tem como características a fixidez, a essencialidade ou a permanência do sujeito cartesiano, mas sim a sua negação. Essa concepção de sujeito fragmentado é resultado direto de um contexto bastante complexo e dinâmico.

As relações sociais durante esses dois séculos, que vão da Revolução Francesa ao início do século XX, não são, nem de longe, as mesmas. A modernidade do sujeito cartesiano é constituída pela idéia de progresso e de um rompimento com os valores tradicionais, seria um tempo de progresso sem precedentes na evolução humana. A consciência moderna estava direcionada à obtenção da liberdade sob orientação da razão. A modernidade seria o espaço do sujeito cartesiano centrado na razão. Para nosso sujeito pós-moderno ou descentrado, o contexto se apresenta de outra maneira.

Ao entendermos que toda identidade é contingente a condições históricas, sociais, culturais e políticas, queremos com isso negar os aspectos, ou pretensões essencialistas, que são característicos das narrativas em torno das identidades. Para essas identidades essas narrativas são tidas como naturais, e responsáveis pela sua unidade e continuidade através de sua história particular. A contingência, portanto, vai ser responsável por essa descontinuidade, pela marcação da diferença no interior das identidades. O contexto vai ser responsável na sua significação e constituição, que vai se diferenciar durante a história. Por isso ser de interesse deste trabalho apresentar em qual contexto a concepção de sujeito descentrado esta inserido.

1.2. Nossa modernidade

Nosso mundo atual está em um processo de descontrole, de fragmentação. A globalização é um processo marcado por um contexto de incertezas e inseguranças, da comunicação instantânea, meio pelos quais notícias e informações são transmitidas mais rapidamente, liberando um processo de informação em massa que vem reestruturando o modo como vivemos. Ela é conduzida pelo Ocidente e é

extremamente desigual, influenciando diretamente nossa vida cotidiana. Este processo de informação em massa veio abalar as verdades absolutas da tradição e desencadear processos de ressurgimento de identidades culturais locais em várias partes do mundo. Essa reorganização do mundo, através da globalização, é de fundamental importância no estudo das questões que envolvem o processo de formação das identidades contemporâneas.

Esse mundo ambivalente, como bem nos apresenta Bauman (2005), será o espaço de ebulição, eclosão das identidades, principalmente das identidades de resistência, como salienta Castells (2001). O surgimento dos nacionalismos, dos fundamentalismos, das questões étnicas são exemplos disso. Tais movimentos são os atores principais deste cenário cultural complexo e fragmentário, decorrente da dissolução dos antigos impérios, tais como URSS, e dos países formados por diversos grupos étnico-religiosos. Não é a toa que para Giddens (2000),

O campo de batalha do século XXI, irá opor o fundamentalismo à tolerância cosmopolita [...] os cosmopolitas acolhem essa complexidade cultural com satisfação e a abraçam. Os fundamentalistas a vêem como perturbadora e perigosa. Seja nos campos da religião, da identidade étnica ou do nacionalismo, eles se refugiam numa tradição renovada e purificada – e, com muita frequência, na violência (Giddens, 2000, p.16).

A mudança no entendimento sobre identidade acompanha o intenso caráter da mudança na modernidade tardia. Esse processo de mudança é devedor da globalização que terá grande impacto sobre as diversas formas de organização identitária. O ritmo de mudança nas sociedades são constantes, rápidas e permanentes. Uma das características da modernidade tardia, que influencia bastante na questão das identidades, é justamente a sua fragmentação. Temos como exemplo dessa fragmentação o processo pelo qual a identificação em torno da questão de classe, que se apresentava tão bem delimitada e fechada em torno de aspectos econômicos, através

da posição que o sujeito assumia nas relações de produção, passou a ser questionada por aspectos ligados a questões relacionadas ao gênero, à sexualidade, à etnia, à raça e à nacionalidade. O operário ou o burguês, não eram apenas empregado e patrão, eram perpassados por aspectos relacionados à sua sexualidade, a sua etnia, e assim por diante. Esse sintoma da fragmentação das identidades é bastante claro na modernidade tardia.

Os movimentos fundamentalistas, a crise do socialismo na URSS, a crise do Estado-nação, são exemplos claros destes sintomas de fragmentação. Os diversos movimentos fundamentalistas, orientados por ideologias que dão ênfase a um discurso religioso e tradicional, estão, de certa forma, indo de encontro a esse processo de invasão de culturas e estilos de vida baseados numa maior liberdade do indivíduo, processo desencadeado pela globalização e pelo enfraquecimento do Estado-Nação. Esse processo de quebra das fronteiras está baseado em políticas neoliberais de desregulamentação do Estado e liberalização da economia.

Esse processo neoliberal de crescimento econômico e liberdade política não se concretizou em muitos países. O crescimento econômico que traria melhores condições de vida para população em muitas destas sociedades não se concluiu por completo, estando fadado ao fracasso. O Estado-nação que viu seu poder social e econômico reduzido por essa política e pelos efeitos da globalização, encontra-se, em determinadas nações incapaz de dar respostas às demandas da sociedade, e está ausente principalmente em bolsões de pobreza e de exclusão, local no qual os diversos fundamentalismo com suas ideologias tradicionalistas vão agir e tomar conta destes espaços através de programas de assistência a essa população. É o caso do Hamas, que

com sua rede de assistência médica e social aos palestinos necessitados, aproveitou os espaços deixados abertos pela autoridade palestina e conseguiu se fortalecer.

O Hamas seria um exemplo típico de fundamentalismo que vai de encontro a todo esse processo de mudança impulsionado pela ideologia neoliberal, que prega o Estado mínimo, deixando o campo aberto a iniciativa privada. Mas também não podemos deixar de mencionar os judeus ortodoxos que tem como características também uma ideologia fundamentalista. Do lado de Israel,

“ao adotar com sucesso o ressentimento dos judeus orientais contra a elite – principalmente asquenaze – liberal, intelectual, jurídica e econômica, que os mantinha oprimidos, o Shas – partido Ultra-Ortodoxo de direita – construiu uma poderosa rede de escolas ligadas ao partido, yeshivas⁶ e serviços sociais. Espelhando movimentos fundamentalistas muçulmanos no mundo árabe, Shas tomou assim funções e preencheu nichos deixados em desordem pelo Estado, criando uma população de dependentes pobres que são por eles doutrinados numa forma autoritária, antidemocrática, porém carismática de judaísmo. [...] Shas agora já se tornou o terceiro maior partido de Israel” (Demant, 2002c, p. 228).

Esse processo liberal e secularista de início marginalizaram a tradição e seus costumes, e agora, com a sua falência, a tradição ressurgiu das cinzas para tentar dar uma orientação para as massas excluídas.

O fracasso desse processo modernizador em várias regiões do globo, principalmente África e Ásia, junto com o colapso da ex-URSS fez acordar as forças nacionalistas existentes, mobilizando os mais diversos aspectos da identidade. Grupos étnicos e religiosos que formavam a ex-URSS e que eram excluídos do processo político viram na fragmentação desse colosso a oportunidade de autonomia e a partir daí mobilizaram as massas na direção do nacionalismo de cunho étnico ou religioso. Mas também não podemos desconsiderar razões econômicas para essa onda de nacionalismo e separatismo. Muitas guerras separatistas são mobilizadas também por

⁶ Escolas tradicionais judaicas dedicadas ao estudo da Torá, do Talmude, e da literatura rabínica.

fatores econômicos. Exemplo típico são as guerras africanas, onde grupos étnicos disputam os recursos e riquezas minerais da região.

Devemos chamar atenção também para o fato de nos diversos Estados onde a composição étnica, religiosa e cultural é bastante diversa, muitas vezes resultado do impacto da migração de trabalhadores de diversas partes do mundo, políticas de identidades são as atuais preocupações.

“Motivadas pela necessidade econômica, as pessoas têm se espalhado pelo globo, de forma que “a migração internacional é parte de uma revolução transnacional que está remodelando as sociedades e a política ao redor do globo” [...] como resultado do processo de imigração, muitas cidades européias apresentam exemplos de comunidades e culturas diversificadas” (Woodward, 2000, p. 21).

Recentemente tivemos como sintoma desse processo, a onda de violência urbana na França que ocorreu nos bairros mais pobres de Paris e seus arredores. As manifestações foram muito violentas, com carros incendiados, escolas e creches depredadas entre outros. Estas manifestações foram causadas, em sua maioria, por jovens descendentes de imigrantes africanos e muçulmanos, vítimas direta da falta de emprego, da pobreza e da falta de acesso à educação e à moradia.

Diante deste e outros problema relacionados, Habermas (2004) chama atenção para a importância do respeito às diferenças e defende a necessidade de se ter regras claras no jogo político com o objetivo de levar em consideração um processo de coexistência fácil. Esse processo como veremos mais adiante vai ser um dos principais problemas levantados pelos depoentes com relação à paz com os palestinos. Esta posição de Habermas (2004) está diretamente relacionada à necessidade de se buscar uma resposta a crescente problemática que se tornou a questão das identidades, a resposta do Estado às demandas destes grupos é de fundamental importância para uma convivência pacífica nas unidades políticas com características plurais.

Todo esse processo social vai ser responsável pelos questionamentos em torno do sujeito, ou das identidades. Esse contexto fragmentado em torno das identidades, que foi apresentado acima, é característico de nossa modernidade e o contexto do sujeito descentrado. Esse contexto vai ser responsável pela constituição deste sujeito descentrado, fragmentado, e pelas novas teorizações acerca do mesmo. A razão pela qual fizemos referência à essas concepções de sujeito e ao seu contexto, foi justamente historicizar e contextualizar esse processo, demonstrando através desta análise diacrônica de como chegamos atualmente à concepção pós-estruturalista de sujeito descentrado, concepção importante e na qual aderimos na busca do entendimento do processo de construção identitária. Concepção que será tema do nosso próximo ponto.

1.3. Descentramento do Sujeito

Com a emergência dos problemas em torno das identidades surgiram rupturas com as concepções modernas de sujeitos, como bem salientamos acima. A fragmentação, característica das identidades na modernidade tardia é responsável pelos novos desdobramentos teóricos responsáveis pela concepção contemporânea de sujeito e de identidade que será aqui trabalhada.

No entendimento desta concepção de sujeito se faz necessário trazer para o debate as contribuições de Louis Althusser, no que se refere ao papel das ideologias, de Sigmund Freud e Jacques Lacan, com seus estudos sobre o inconsciente, de Jacques Derrida, com suas análises acerca do conceito de *Différance* e do filósofo francês Michel Foucault com seus estudos sobre os processos disciplinares e as relações de poder. Essas contribuições serão fundamentais no entendimento desta noção de sujeito

descentrado, dando assim uma idéia de como tal concepção toma forma a partir da contribuição dos mesmos.

A primeira contribuição para o entendimento desse processo vem do campo marxista, com Althusser e seu deslocamento do sujeito do processo histórico. Althusser é responsável por uma revisão do modelo marxista baseado nas noções de estrutura e superestrutura. Como Marx bem salienta, “*os homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas*”, esta afirmação de Marx vai ser utilizada por Althusser em favor do seu argumento que desloca qualquer noção de agência individual no processo histórico.

Relativizando o determinismo econômico bastante forte em análises da época, Althusser vai enfatizar o papel da ideologia na reprodução das relações sociais, chamando a atenção para os rituais e para as práticas institucionais envolvidas nesse processo. Para Althusser os sujeitos são interpelados, recrutados pelas ideologias, pela superestrutura, e não pela base, pela infra-estrutura.

“A ideologia “age” e “funciona” de maneira tal que “recruta” sujeitos entre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou que “transforma” os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos), por essa operação muito precisa que denominei de interpelação” (Althusser, 1999, p. 133).

A subjetividade, segundo Althusser, seria explicada pelas estruturas e práticas sociais e simbólicas. Segundo Hall (2001), esta contribuição legou aos indivíduos a condição de que eles

“não poderiam de nenhuma forma ser os “autores” ou os agentes da história, uma vez que eles podiam agir apenas com base e condições históricas criadas por outros e sob as quais eles nasceram, utilizando os recursos naturais e de cultura que lhes foram fornecidos por gerações anteriores” (p. 35).

Para Althusser a interpelação posiciona e nomeia o sujeito dentro das relações sociais na qual está inserido. Tal afirmação demonstra claramente que nossas escolhas

não são conscientes como pensamos, mas sim inconsciente; assumimos posicionamentos por meio do reconhecimento dessas representações sociais.

“A “descoberta” do inconsciente, de uma dimensão psíquica que funcionava de acordo com suas próprias leis e com uma lógica do pensamento consciente do sujeito racional, tem tido um considerável impacto sobre as teorias da identidade e da subjetividade” (Woodward, 2000, p. 62).

Essa descoberta do inconsciente rompe com a concepção de um sujeito centrado, racional, e rompe também com a idéia de um sujeito kantiano. A idéia do sujeito kantiano está diretamente relacionado com a concepção de um sujeito dotado de uma substância ou essência pensante, de uma subjetividade como um dado permanente, Althusser rompe com essa concepção devido à noção de inconsciente que vai estar presente em suas análises. O conceito de inconsciente característico da teoria de Althusser é produto das contribuições de Freud.

“A teoria de Freud de que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona de acordo com uma “lógica” muito diferente daquela da razão, arrasa com o conceito de sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada – “Penso logo existo”, do sujeito de Descartes”. (Hall, 2001, p.36).

Em contraposição a um todo fechado, centrado e unificado, nosso aparelho psíquico é formado, segundo Freud, pelo *ID*, pelo *Superego* e pelo *Ego*. O primeiro aspecto constitutivo da nossa mente é o *ID*. O *ID* é a base primitiva da mente dominado pelas necessidades primárias. O *ID* está relacionado com os desejos.

O segundo aspecto é o *Ego*. O *Ego*, segundo Freud (1978), é o condutor do mundo real e nossas percepções conscientes pertencem ao *Ego*. O *Ego* possui função inibidora e age inconscientemente no recalçamento dos impulsos do *ID*.

O terceiro aspecto e último é o *Superego*, que é o resultado de um trabalho de defesa, que impede a expressão de desejos edipianos⁷. O *Superego*, assim como o *Ego*, tem a função de consciência representando as restrições sociais. O *Superego* tem papel estruturante na mente e as exigências culturais, as críticas dos pais e as censuras dos educadores vão ser as proibições de fora que vão se internalizar como uma voz da consciência. Portanto, para Freud, o sujeito se encontra em estado constante de conflito entre os desejos inconscientes que foram recalçados e as demandas sociais.

Esse conflito é utilizado nas explicações em torno de comportamentos aparentemente irracionais e ações inaceitáveis por outros, talvez até mesmo pelo eu consciente do sujeito.

“Apaixonamo-nos pelas pessoas erradas, gastamos dinheiro que não temos, deixamos de nos candidatar a empregos que poderíamos conseguir e nos candidatamos para os quais não temos qualquer chance, chegamos até mesmo ao ponto de realizar ações que podem ameaçar nossas vidas apenas para afirmar uma determinada identidade. Sentimos emoções ambivalentes – raiva para com pessoas que amamos e, algumas vezes desejo por pessoas que nos oprimem” (Woodward, 2000, p. 62).

A terceira contribuição para a noção de sujeito descentrado vem dos trabalhos do filósofo da linguagem Jacques Derrida e do psicanalista Jacques Lacan. A contribuição de Lacan para esse debate foi justamente trazer, ampliar *“a análise que Freud fez dos conflitos inconscientes que atuam no interior do assim chamado sujeito soberano”* (Woodward, 2000, p. 63). Lacan (1999) argumenta que a subjetividade é dividida e ilusória e, portanto, o sujeito cartesiano unificado não existe.

Da contribuição de Derrida para esse processo, vem o jogo de significados gerados pelo processo de *“similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior da língua”* (Hall, 2001, p. 40). Esse processo de similaridade e

⁷ O complexo de Édipo é resumido pelo desejo que todo mundo teve na infância de amor à mãe e ciúme do pai.

diferença para Derrida é constitutivo também da esfera social. Para se entender como esse processo se apresenta na constituição do social, temos que nos ater ao conceito Derridariano de *Différance*. Esse conceito de *Différance* será bastante utilizado no processo de construção e fabricação das identidades e diferenças. A *Différance*, segundo Derrida, atribui aos significados a não fixidez, a não completude. O significado está sempre em movimento, em deslocamento e, apesar de ser construído por meio da diferença, o significado não se fixa.

“Não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente “outro”. É uma “onda” de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas, Différance caracteriza um sistema em que “cada conceito [ou significado] está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro do qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos [significados], através de um jogo sistemático de diferenças” [...] O significado aqui não possui origem nem destino final, não pode ser fixado, está sempre em processo e “posicionado” ao longo de um espectro. Seu valor político não pode ser essencializado, apenas determinado em termos relacionais” (Hall, 2006, p. 58).

Levando essa argumentação para o campo das identidades, constatamos que as identidades não vão mais conservar sua fixidez, não se caracterizam mais pela centralidade e pelo fechamento, pelo contrário, elas se apresentam agora como fluidas. Esse jogo da diferença impede que qualquer identidade *“se estabilize em uma totalidade inteiramente saturada”* (Hall, 2006, p. 58).

Mas deve-se ter em mente que esse jogo da diferença é marcado pela desigualdade na distribuição de poder, e é neste ponto que as contribuições do filósofo e historiador francês Michel Foucault, em torno dos processos disciplinares relacionados às relações de poder que envolve as relações sociais, vêm se articular a concepção de sujeito descentrado e fragmentado.

Para Foucault, o poder é o instrumento por definição que tenta se apossar e moldar corpos e almas. O sujeito para Foucault, seguindo o raciocínio de Althusser, é constituído e não constituinte. Diferente de Althusser que trabalha com o conceito de

ideologia, Foucault trabalha com a noção de discurso. Para ele os discursos dominantes agem no intuito de dominar os corpos dos indivíduos, como uma forma de introjetar a dominação. O discurso tem poder de submeter o indivíduo transformando-o em sujeito.

“Esta forma imediata de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (Foucault, 1982, p.235).

A contribuição de Michel Foucault, para essa noção de sujeito fragmentado foi a de dar ênfase ao jogo de poder que está por traz desse processo, demonstrando como o poder pode agir na constituição das identidades.

Portanto, o que devemos destacar de importante nestas contribuições é justamente a reviravolta causada por essa noção de sujeito descentrado, não devendo esquecer também do papel central que agora é atribuído aos sistemas culturais e representacionais no processo de construção da identidade. Por isso é importante a preocupação de Althusser justamente com os sistemas culturais e representacionais na constituição da subjetividade do indivíduo.

Esse processo, de constituição das identidades, depende diretamente de um processo relacional, relacional no sentido de que é necessária a presença do outro como elemento importante na construção da identidade. O *alter* se faz necessário para que se processe a relação de diferença. A identidade, neste caso, vai depender de algo fora dela, de um outro, de uma identidade que ela não é, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. Este jogo é o jogo da diferença, é o jogo de constituição dos processos de identificação. Portanto, teoricamente o sujeito será constituído pelos sistemas simbólicos que serão responsáveis pelos processos de diferenciação e pelas relações desiguais de poder. Todo esse processo é responsável

pela constituição das identidades e é justamente através deste sistema simbólico, representado neste trabalho pela cultura judaica e seus aspectos identitários, que o judeu constrói sua identidade judaica e sua relação com o Estado de Israel e seus problemas.

Após desenvolvermos toda essa construção teórica sobre o entendimento de como o processo de identificação se constitui, não poderíamos deixar de demonstrar como se dá esse processo, e é isso que vamos ver agora.

1.4. O processo de construção das identidades.

Como vimos acima, para entendermos o processo de construção das identidades se fez necessário apresentar como se constitui o sujeito. O sujeito característico de nossa modernidade é o sujeito descentrado responsável pelo entendimento do fenômeno das identidades. Na construção das identidades, os sistemas simbólicos, se fazem necessários não somente como marcadores de diferença, mas também como processo de conceitualização. Esse processo de conceitualização é encarregado de estabelecer fronteiras e distinguir quem é quem no mundo social, é uma forma crucial de compreender as identidades. A marcação da diferença entre o eu e o outro, marcação característica do processo identitário, é fruto do jogo conceitual ao qual está submetido o indivíduo. Portanto, não vai existir a consciência de si sem a consciência do outro, e é justamente na diferença entre o si e o outro que se constitui a identidade. É através deste processo onde se marca a diferença entre os diversos atores sociais.

No campo étnico-religioso do judaísmo são mobilizados os espaços de representações e construção conceitual do que é ser judeu no espaço simbólico que é o

judaísmo. O judaísmo não é apenas religião, mas constitui um campo mobilizador de aspectos culturais que se referem ao que é ser judeu. As identidades vão adquirir sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. Esse aspecto do campo simbólico do elemento judeu é responsável pela mobilização de particularismos, pela recomposição comunitária e responsável também pela concepção holística marcante do grupo.

O processo de conceitualização vai trabalhar em cima, muitas vezes, de reivindicações essencialistas. Estas reivindicações são baseadas em concepções naturais de identidade – reivindicações étnicas, raciais, relações de parentesco, etc. Essas concepções essencialistas trilham basicamente por dois caminhos. O primeiro caminho está ligado ao reducionismo de classe de tendência marxista. A noção clássica de classe social, de certa forma, dissolve as diferenças em uma única variável, como vimos anteriormente.

Para a perspectiva dos novos movimentos sociais essa noção fechada, centralizada e unificada de classe foi questionada pelas diversas formas de identificação, até então reprimidas. O pluralismo é a característica chave no entendimento desses novos movimentos e novas formas de mobilização que emergem deste processo, tais como os movimentos em torno das questões de raça, de gênero, de sexualidade, de etnias, entre outros.

A segunda concepção vê o essencialismo da identidade e sua fixidez como algo natural. Existem basicamente duas versões desse essencialismo identitário. A primeira versão fundamenta a identidade na “verdade” da tradição e nas raízes da história. Veremos adiante como Jerusalém, de certa forma, serve como exemplo deste tipo de identificação. A narrativa em torno de Jerusalém é fator de legitimidade das demandas judaicas no que diz respeito à cidade. A narrativa em torno de Jerusalém naturaliza a

relação do judeu com a cidade. Processo utilizado também por muçulmanos árabes e por cristãos. A segunda versão está relacionada com a idéia de uma categoria “natural”, fixa, na qual a “verdade” está enraizada na biologia. O que estas duas concepções têm em comum é a concepção unificada e fechada de identidade.

“Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos tradição, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua “autenticidade”. É claro, um mito – com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado as nossas vidas e dar sentido à nossa história” (Hall, 2006, p. 29).

Estas concepções unificadas, como bem assinalamos acima, vão ser criticadas pela concepção que percebe a identidade como um fenômeno social e, conseqüentemente, um fenômeno construído historicamente, que está sempre se recriando, se reestruturando na busca de um fechamento. Portanto, nosso entendimento é que a identidade não é fixa, estática, mas sim um jogo aberto e dinâmico.

Outro processo importante na construção das identidades e que faz parte desse jogo de diferenciação é o da marcação simbólica. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido às práticas e às relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações são “vivas” nas relações sociais.

Como vimos, às identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença, que se dá tanto por sistemas simbólicos de representação, quanto por formas de exclusão social. A marcação da diferença é, assim, o componente-chave de qualquer sistema de classificação. Portanto, uma identidade é sempre produzida em relação a uma outra, num jogo amplo de diferença. A história dos judeus é marcada diretamente por esse jogo da diferença. O anti-semitismo, o ódio ao judeu é um exemplo típico de como esse processo de diferenciação pode vir a se tornar um processo de exclusão e de

intolerância, orquestrado dentro de uma relação de inferioridade perante o outro, com conseqüências matéricas e muitas vezes fatais. O anti-semitismo foi utilizado, não apenas por judeus, vítimas direta desse processo, foi utilizado também por seus algozes na constituição de suas identidades. Vamos ver mais adiante que o anti-semitismo é um dos aspectos mais importantes na constituição da identidade judaica.

O processo de identificação, ou de construção de uma identidade, não se apresenta diferente com relação ao judeu. Esse processo particular tem as mesmas características de qualquer processo de identificação e se organiza de acordo com o processo de construção que é igual a qualquer grupo social, ou identidade cultural. O judeu utiliza os mesmos mecanismos mobilizados pelos outros grupos na constituição de sua identidade cultural, mas cada um carrega consigo a sua particularidade característica, sua história particular. Para Hall (2000), as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. Elas são construídas dentro do discurso, no interior das formações e práticas discursivas específicas, por meio da diferença e não fora dela. Funcionam como ponto de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto.

Para Woodward (2000), Stuart Hall argumenta em favor do reconhecimento da identidade, mas não de uma identidade que esteja fixada na rigidez de uma oposição binária, tal como as dicotomias “nós/eles”. Hall segue uma linha de argumentação que sugere que, embora seja construído por meio da diferença, o significado ele não é fixo.

Para Hall essa oposição é marcada por

“uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também places de passage, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim” (Hall, 2006, p. 33).

O significado não pode ser fixado definitivamente, nem as identidades. Nesta concepção dinâmica o diálogo entre os campos culturais de significados é bastante enfatizado. É o caso de ver a identidade como uma questão de “torna-se”, adquirindo assim uma performatividade, e não como uma questão de “ser”. Os sujeitos seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado em comum.

O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é – uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para a idéia de torna-se, para uma concepção de identidade como movimento e transformação (Silva, 2000, p.92).

Essa representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito.

Toda prática social é simbolicamente marcada. As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições (Woodward, 2000, p.33).

A marcação da diferença no campo judeu o coloca em oposição ao outro. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação que as constitui, e é por meio dela que adquire sentido e conseqüentemente passam a existir. O judeu tem seu campo particular de constituição: sua consciência histórica, seus aspectos étnico-religiosos, o anti-semitismo e o Estado de Israel. Esses elementos inserem o judeu no processo de constituição identitária dentro do jogo da diferença.

Esse conjunto de elementos, mencionados acima, vão formar um sistema ou campo de representação que reflete a visão de mundo do judeu que, de certa forma, vai estar relacionado ao senso comum, à interação social e ao processo de socialização. Portanto a representação tem como função a produção de comportamentos, a comunicação entre os indivíduos e a relação com o meio social. *“Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de*

representação que lhe dão suporte e sustentação” (Silva, 2000: 91). Ao questionarmos esses sistemas de representação, estamos abrindo espaço para as possíveis mudanças sociais.

Outra característica fundamental desse processo de construção das identidades é a sua legitimação através de reivindicações a antecedentes históricos. A questão referente aos antecedentes históricos está diretamente relacionada com a consciência histórica do grupo. É justamente pela consciência histórica que o judeu busca referência, por meio da releitura do passado, para legitimar, assim, uma continuidade entre os aspectos do passado e do presente. Esse aspecto da identidade judaica trabalha justamente em cima da busca dos antecedentes históricos para legitimar as narrativas de um passado fundacional em torno do elemento judeu e do judaísmo. Essa valorização do passado é parte fundamental do processo de construção da identificação do individual com o coletivo. Os aspectos étnico-religiosos ligados à tradição são também elementos importantes no que se refere aos aspectos culturais dessa identidade. Todo um campo de práticas e costumes foi construído e serve de referência aos sujeitos pertencentes a tal agrupamento.

No que se refere ao processo de constituição das identidades, devemos chamar atenção para o fato de que todas essas práticas, que envolvem o processo de formação das identidades, também estão relacionadas diretamente com configurações de poder. O poder se apresenta na relação para definir quem é incluído e quem é excluído na organização social. Numa oposição binária, muitas vezes apresentada nos sistemas classificatórios, geralmente esconde uma preferência ou importância maior de um sobre o outro e tal oposição é o ponto chave onde a relação de poder se apresenta. A diferença pode ser construída negativamente por meio da exclusão e marginalização,

ou positivamente por meio da celebração da diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo esta vista como enriquecedora.

Afirmar a identidade e enunciar a diferença garante muitas vezes aos mais privilegiados, ou grupo dominante, acesso privilegiado aos bens sociais. As relações de poder fazem parte do processo identitário e de diferenciação. Como bem salienta Foucault, esses processos não são nunca processos inocentes. As marcas da presença do poder estão no processo de incluir/excluir (pertence/não pertence); demarcar fronteiras (nós/eles); classificar (bons/maus, puros/impuros, desenvolvidos/primitivos, racionais/irracionais); e normalizar (normais/anormais). Dividir e classificar significa também hierarquizar.

Um outro processo, que é característico nas relações de poder, é o processo de normalização. A normalização é um processo sutil pelo qual o poder se manifesta.

Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade (Silva, 2000, p.83).

Esse processo de normalizar comparamos com o processo no qual o elemento ortodoxo radical, de direita, e religioso vai ser dotado de características negativas pelos elementos “normais”, e essas características servem de marcação da fronteira entre os espaços. A normalização busca a homogeneidade das identidades. Esse processo de normalização busca uma fixação e um fechamento em torno dos “normais”.

Esse processo de normalização busca, de certa forma, esconder, controlar, manipular os processos internos de diferenciação na formação das identidades. Vale salientar, portanto, que o processo de formação das identidades é constituído não apenas pelas suas relações externas – relação com os outros –, mas também por suas relações internas ao grupo. As relações internas não fogem do processo de

diferenciação que marca as relações externas do grupo, pelo contrário, são marcadas também pelo jogo da diferença. A diferença em relação à identidade é sustentada pela exclusão, onde alguns grupos são vistos como mais importantes que outros. Nesta luta para se afirmar, as diferentes identidades são posta em contraste, desencadeando processos com causas e conseqüências materiais.

O anti-semitismo como um dos aspectos de referência identitária judaica é justamente um sintoma deste jogo de diferença que mobiliza relações de poder e de exclusão no qual o judeu foi chamado a participar. O anti-semitismo se caracteriza pelo seu caráter permanente, não erradicável do processo social com relação ao judeu, ele perpassa a história do judaísmo desde seus primórdios, como bem salienta Fontette (1989). Com relação ao anti-semitismo *“os judeus não tem outra escolha senão assumir sua identidade judia, imposta pelo exterior, independentemente dos conteúdos que lhe dão e do lugar que lhe conferem em sua existência”* (Azria, 2000, p. 201).

Portanto, podemos considerar que no momento em que as identidades são definidas, campos de representação surgem e dão movimento ao processo de diferenciação. Portanto isso poderá acarretar efeitos reais de exclusão ou não e caso ocorra, o processo de exclusão traz em si conseqüências objetivas para os excluídos.

No decorrer desta discussão, em torno da noção de identidade e da sua compreensão, apontamos de certa forma, marcadores importantes na constituição da identidade judaica. Esses marcadores são os aspectos étnico-religiosos, de consciência histórica e o anti-semitismo, além destes, outro elemento se destaca, o Estado de Israel. Dentro deste quadro o Estado de Israel é o mais recente mobilizador da identidade judaica, ele mobiliza o que tem de nacional nesse processo e entra também

no jogo da diferença. Então todos esses aspectos, de uma forma ou de outra, compõem o que poderíamos chamar de judaísmo.

São justamente esses elementos que vão compor e ajudar na construção da narrativa em torno da identidade judaica. Essas categorias, consciência histórica, aspectos étnico-religiosos, anti-semitismo e o Estado de Israel, são recursos utilizados na construção de uma narrativa, são recursos utilizados no processo de diferenciação na relação com o outro. Não são essas categorias que constroem o judeu, mas os judeus que se servem desses elementos na construção de sua identidade.

Portanto o judaísmo não é apenas religião, é um sistema integrado de cultura e religião. O judaísmo é marcado pela história milenar da formação de uma nação, de um povo, constitui o campo de referência para o judeu na sua constituição enquanto elemento deste grupo. Todos esses elementos que foram levantados fazem parte da história e da constituição deste grupo social. Esses aspectos da identidade judaica, junto com os aspectos práticos e teóricos, são elementos que vão facilitar a definição da identificação cultural judaica e sua relação com o Estado de Israel. Tal definição será desenvolvida logo após as considerações acerca das questões metodológicas que envolvem esse trabalho.

CAPÍTULO II

2. A METODOLOGIA.

Tendo como base esse debate teórico, acima mencionado, e tendo como problema principal verificar como se apresenta a identificação do judeu da diáspora com os problemas em torno do processo de paz entre palestinos e israelenses, através

de seus aspectos culturais, nos propomos, portanto, a estudar a comunidade judaica em diáspora que preenchesse os requisitos de proximidade e que nos garantisse as condições mínimas para operacionalizar as entrevistas. Proximidade no sentido de que tal comunidade deveria localiza-se próxima a Recife para garantir um baixo custo para pesquisa, e com relação à operacionalização da entrevistas, nem sempre os judeus estão disponíveis a falar sobre aspectos relacionados ao conflito e as questões políticas que envolvam o Estado de Israel, pois se trata de temas bastante polêmicos e delicados para as comunidades judaicas. Esses temas necessitam, de certa forma, de uma abertura, uma confiança para que o diálogo entre entrevistado e entrevistador se dê de forma satisfatória e construtiva. Por isso foi de fundamental importância à mediação da Prof^a. Tânia Kaufman. Sua disponibilidade em ajudar no trabalho facilitou na escolha da comunidade judaica do Recife como espaço propício na coleta de dados.

Apesar da mediação realizada pela Prof^a. Tânia Kaufman, determinados momentos nas entrevistas foram marcados pelo estranhamento com relação ao meu interesse nesse tema. Fui questionado várias vezes, não apenas pelos entrevistados, mas por colegas acerca dos motivos ou interesses que fizeram migrar minha atenção para esse tema, não sendo eu nem árabe, nem descendente de árabe ou palestino e nem judeu ou descendente.

Como afirmei anteriormente, esse trabalho é uma continuidade das minhas primeiras investidas sobre a questão Israel-palestina. Meu interesse inicial estava diretamente relacionado à problemática dos conflitos e sua presença no mundo contemporâneo. Como existe uma grande variedade de conflitos no mundo, foi necessário, para efeito monográfico, fazer um corte, estreitar o tema. Fiz a escolha de um conflito específico, que já houvesse uma boa produção acadêmica e que, ao mesmo

tempo, chamasse a minha atenção por sua complexidade e representações das mais diversas.

Feita a escolha pelo conflito árabe-israelense, desenvolvi o trabalho monográfico em torno das causas do fracasso do plano de paz “Mapa do Caminho” a partir de fontes secundárias a respeito do conflito colhidas em material jornalístico da época⁸. Sabendo da disponibilidade de fontes diretas de informações acerca do conflito nos dispusemos a trabalhar com entrevistas junto à comunidade judaica do Recife.

2.1. A Comunidade Judaica do Recife.

A atual comunidade judaica do Recife foi formada a partir da imigração de judeus que vieram para o Brasil a partir da primeira década do século XX. Nesse período, Pernambuco atraiu um significativo contingente de judeus procedentes de diferentes partes do mundo. O grupo de Pernambuco é constituído principalmente por judeus Ashkenazitas⁹ que emigraram, particularmente, da Europa Oriental e de algumas áreas da Europa Ocidental (Alemanha, Áustria e Hungria) e judeus Sefarditas¹⁰ procedentes da Turquia, do Líbano e da Palestina. Chegando aqui, esses judeus se firmaram e constituíram família, gerando descendentes diretos e constituindo a primeira geração de judeus brasileiros e pernambucanos, como alguns depoentes gostam de deixar bem claro,

⁸ Foram selecionados e lidos uma média de 1 800 chamadas em jornais na internet e revistas que abrangeu o período de 2003 a 2005 com notícias relacionadas ao conflito árabe-israelense.

⁹ “Habitantes de Ashkenaz (Alemanha). Radicaram-se no noroeste e centro da Europa, como descendentes dos judeus Rhenisch (alemães) e falavam a língua Ídiche (judeu-alemã). A partir do século XV foram obrigados a fugir para o Leste europeu (Polónia, Lituânia e Rússia) e, após as perseguições czaristas, para a Europa Ocidental, América e Israel” (Kaufman, 2005, p. 245).

¹⁰ “Judeus provenientes da Espanha (Sefarad) que após o decreto de expulsão firmado pelos reis católicos, em 1492, emigraram para Portugal e, em seguida, para os Países Baixos, Inglaterra, ou para o norte da África, o Império Otomano, Itália e sul da França. Falam o ladino ou judeu-espanhol” (Kaufman, 2005, p. 254).

“eu me sinto um nordestino perfeitamente integrado enquanto judeu e gosto muito mais de dizer que sou nordestino do que brasileiro, e não há uma dissonância entre você ter uma religião e uma nacionalidade, religião judaica e nacionalidade brasileira”. (JR).

A comunidade local é, de acordo com o censo de 1987¹¹, constituída de aproximadamente 450 famílias. Sua estrutura é composta por diversas instituições comunitária: Entidades religiosas, culturais, sociais, de ajuda mútua, esportivas e juvenis, cemitérios, escolas judaicas, sociedades femininas de serviço e imprensa.

Tendo este trabalho o objetivo principal de construir a identificação do judeu local a partir de sua identidade cultural, com os problemas relacionados ao conflito entre o Estado de Israel e os palestinos, e pautando sua discussão teórica acerca da constituição das identidades através de uma concepção de sujeito descentrado e não essencializada, propomos adotar uma metodologia qualitativa privilegiando os aspectos da subjetividade fundamentada na concepção da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Buscamos com este trabalho não apenas nos aprofundar no mundo dos significados das ações e relações humanas, mas orientar nossas análises ao nível mais profundo da realidade, na qual os cientistas sociais costumam denominar de “subjetivos”. Nosso trabalho visou à contribuição direta dos sujeitos envolvidos nas entrevistas.

2.2. Construção do *corpus* e análise

O trabalho orientou-se através da Análise de Conteúdo, particularmente na Análise Temática, no que se refere aos procedimentos e aos recursos técnicos

¹¹ Censo da Comunidade Judaica de 1987. Fonte: Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco.

necessários ao desenvolvimento da análise do *corpus*, levantado através das entrevistas.

O *corpus* do trabalho é constituído a partir de entrevistas não-diretivas. A escolha do perfil dos entrevistados teve como preocupação contemplar os diferentes aspectos e posições ocupados na comunidade. O perfil contemplou aspectos ligados ao grau de instrução dos entrevistados, ao seu grau de envolvimento nos diversos setores e instituições que compõe a comunidade¹². Buscamos, ainda, relacionar os intelectuais e algumas lideranças, como também pessoas comuns sem envolvimento nas diversas atividades comunitárias. As entrevistas foram concebidas de forma aberta. O informante teve total liberdade de discorrer sobre o tema a ele proposto. A fonte de informação deste *corpus* são os depoimentos transcritos que foram trabalhados de acordo com o objetivo da pesquisa.

Foram realizadas 11 entrevistas, das quais nove tiveram sucesso e duas foram rejeitadas. Esse número se tornou suficiente devido à repetição das respostas e por ser um tema bastante delicado para comunidade, nem sempre o depoente estava disposto a responder, por motivos pessoais, ou mesmo por não entender do assunto. Por se tratar de um tema delicado para comunidade, como foi mencionado acima, foi necessário uma mediação que favorecesse a aproximação do pesquisador e do pesquisado. Nesse sentido o apoio da Professora Tânia Kaufman, Co-orientadora nessa pesquisa, suscitou uma questão em torno da possibilidade de um viés pelo motivo dela fazer parte da comunidade e também ser uma das entrevistadas. Portanto, na tentativa de se evitar esse possível viés, se fez necessário passar em discussão o perfil dos entrevistados na hora de definir quem entraria ou não no *corpus*. Juntos, escolhemos os possíveis

¹² As instituições comunitárias judaicas do Recife são compostas por entidades religiosas, escolas judaicas, cemitérios, entidades culturais, sociais e esportivas, entidades de ajuda mútua, sociedades femininas de serviço, entidades juvenis e pela imprensa.

entrevistados, levando em consideração a sua posição na comunidade e sua disponibilidade em responder a tais questionamentos.

Os temas foram abordados diretamente pelos sujeitos da pesquisa, mas houve momentos de recusa de alguns membros em participar da entrevista, alegando que “*não gostaria de ser entrevistada sobre esse assunto*” (Se.), e em outros momentos alegando “*falta de conhecimento sobre o mesmo*” (R.E.). Isso não impediu a realização de entrevistas.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para uma análise exaustiva das mesmas. O tempo de duração das entrevistas variou entre 35 a 45 minutos. Como o objetivo do trabalho é construir duas relações, uma sendo a relação entre o judeu local e os aspectos culturais utilizados na construção da narrativa em torno de sua identidade – a consciência histórica, o anti-semitismo, os aspectos étnico-religiosos e o Estado de Israel – e a outra, a identificação dos mesmos com os problemas que envolvem o conflito, se fez necessário duas etapas para se chegar ao objetivo.

2.3. Etapas da Análise.

Na primeira etapa, as fontes bibliográficas foram de fundamental importância na construção histórica da relação do elemento judeu local e os seus aspectos identitários. Utilizei fontes secundárias na construção desta relação e busquei nas entrevistas elementos que me apontassem para esses pontos de identificação entre o elemento judeu e seu campo cultural. Nesta parte selecionei elementos nos depoimentos relativos a essa relação.

Na segunda etapa do trabalho, que constitui a construção da identidade do grupo, utilizamos a Análise de Conteúdo Temático. Consideramos esta a melhor forma

de análise porque nosso interesse era trabalhar justamente a parte dos enunciados e proposições portadoras de significados. Essa escolha se justifica pela leitura flutuante que fiz anteriormente a partir desta leitura flutuante construímos um índice de temas específicos para serem codificados nas entrevistas individuais que compõe o *corpus*. Constatamos a presença destes enunciados, alguns com grande frequência nas entrevistas.

A partir do índice temático codificamos o material. Conforme Bardin chama atenção na *Análise de Conteúdo*: transformamos “*os dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enunciação, permite atingir uma representação do conteúdo, ou de sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto*” (Bardin, 1977, p.103). No recorte, na escolha das unidades, como chamei atenção acima, priorizamos os temas, pois trabalhamos justamente com respostas e posições acerca de temas selecionados para isso.

Com o material codificado e agregado nestes temas específicos, procuramos delimitar os pontos de convergência e de divergência entre os elementos, buscando, desta maneira, identificar os possíveis grupos. Nosso intuito com esse tipo de análise foi o de buscar, através da presença ou não de determinados temas, uma relação de identidade e diferença. Portanto, com esse jogo identificamos os possíveis grupos relacionados de acordo com seus posicionamentos e verificamos também seus pontos de diferença.

Além do *corpus*, mencionado acima, outras fontes documentais foram utilizadas para a análise: documentos oficiais, material de imprensa, dados censitários, pesquisas anteriores relacionadas ao tema e documentos audiovisuais.

CAPÍTULO III

3. A IDENTIDADE JUDAICA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DE ISRAEL.

Nesta parte do trabalho vamos desenvolver uma das etapas nas quais nos propomos, que é justamente a relação entre o judeu local e o Estado de Israel. Essa relação se dá através de aspectos identitários – consciência histórica, étnico-religioso, anti-semitismo e o próprio Estado de Israel – que constituem seu campo cultural. Tal relação se faz necessária para compreendermos a segunda relação aqui proposta, que é a do judeu local com os problemas da paz com os palestinos. Poderíamos nos perguntar, como tais problemas tão distantes dizem respeito aos judeus locais? Eles vivem em outro país, numa outra realidade, quais seus interesses neste conflito? O que vamos justamente demonstrar nessa parte do trabalho é que essa relação existe e que os aspectos identitários da cultura judaica por nós levantados vão ser mobilizados nos diferentes posicionamentos.

Poderíamos iniciar chamando atenção para o fato de que

“existe um interesse da comunidade judaica, uma atenção especial, uma preocupação com o que acontecem lá. Muitas pessoas aqui tem parentes que moram em Israel, se preocupam, tem uma identidade. A comunidade ela se sente identificada com o Estado de Israel, então acredito que o que acontece repercute muito aqui” (T.J.).

Com interesse no que ocorre em Israel, os judeus locais estão atentos às notícias veiculadas na mídia, na internet e nas notícias, principalmente, vindas de Israel¹³.

Muitos depoentes não confiam nas notícias veiculadas pela mídia local e buscam se

¹³ Existe um jornal da FIPE (Federação Israelita de Pernambuco) que mantém a comunidade informada sobre diversos aspectos. Os artigos selecionados para fazerem parte do corpo do jornal variam muito, desde notícias locais e artigos de judeus locais a notícias de jornais israelenses e da Embaixada aqui do Brasil.

informar através de notícias diretas de Israel, o motivo “*é que normalmente não batem muito com as notícias veiculadas na mídia aqui, porque, agente procura saber o que acontece lá, é bastante diferente do que houve e vê aqui na mídia*” (S.B.). Segundo outro depoente “*me parece que a mídia, ou as imagens são mais exploradas quando os mortos são do lado palestino*” (R.J.) Não podemos demonstrar, apenas através dos depoimentos, a relação entre o judeu local e o Estado de Israel, tal construção deve buscar mostrar também o campo significativo no qual o judeu se identifica e busca através deste campo orientar suas ações e posicionamentos.

Portanto, para entender como se dá tal relação entre o judeu diaspórico e o Estado de Israel é importante resgatar sua história, o que se entende por judeu, como se organiza a cultura judaica, quais suas fontes de identificação. É no intuito de compreender tal relação que mobilizaremos, no próximo item, quatro espaços de identificação que vínhamos chamando atenção no decorrer do trabalho – A consciência histórica, a questão étnico-religiosa, o anti-semitismo e o Estado de Israel – e que consideramos relevantes no processo de identificação do judeu com seu campo simbólico.

3.1. Consciência Histórica

A característica marcante de toda identidade ou nação é a existência de antecedentes históricos que tenham como função legitimar a continuidade do passado com o presente. Essa função de alguma maneira cabe a tradição. Neste sentido, as narrativas em torno de um passado milenar de formação do povo, no caso judeu, vão responder por esta função. Com uma história milenar a idéia de continuidade histórica

do grupo é reforçada. Esse aspecto, como vimos, é um ponto importante em torno da construção dessa identificação e oferece um campo de referência para o sujeito.

A consciência histórica está no centro do judaísmo e suas narrativas históricas se mantém pelos textos. Os principais são a Torá¹⁴ – o texto revelado –, a lei e as prescrições rituais. Os judeus mantiveram, através da história, íntimas relações com essas narrativas míticas.

“Os judeus não cessaram de ajustar sua tradição e de reinventá-la para que ela correspondesse e satisfizesse continuamente as necessidades e interrogações do tempo e do espaço. Agindo assim, conferiram-lhe uma função muito dinâmica no centro de sua existência” (Azria, 2000, p. 8-9).

A história antiga do judaísmo é fator da demanda por legitimidade do Estado de Israel na região da antiga Palestina. O sionismo buscou legitimar a existência desse Estado naquela região, a partir das narrativas históricas do período antigo, a partir de narrativas lineares que buscavam resgatar esse passado glorioso do povo hebreu na terra de Israel.

A história para os judeus, e pra qualquer outro grupo com aspirações nacionais, é de grande importância como fator de identificação e é bastante utilizado, na construção de sua identidade cultural através de um resgate do passado. Muitas argumentações, em torno das questões levantadas, levaram os depoentes a buscar referências em alguns aspectos de sua história milenar, que será apresentada de forma panorâmica, como veremos a seguir.

¹⁴ “A Torá é, em princípio, o Decálogo, os dez mandamentos. Mais amplamente, é o conjunto das disposições religiosas, culturais, rituais, morais que fundam e regem as relações entre o povo de Israel e seu Deus, entre o povo de Israel e sua terra, entre o homem e seu próximo na vida do dia-a-dia. Enfim, numa acepção mais ampla ainda, é a Bíblia (Velho Testamento)” (Arzia, 2000, p.31-32).

3.1.1. A história do povo Escolhido e a Terra prometida.

A história do povo judeu começa com Abraão e a história da religião judaica com Moisés. Toda esta narrativa milenar encontra-se na Bíblia, no Antigo Testamento. A história de Abraão, o grande patriarca das três religiões¹⁵, é marcada por um êxodo no qual ele deveria deixar a sua terra natal para fundar sua própria nação sobre a terra que Deus lhe destinou a terra prometida.

Esse povo, cuja origem histórica está na servidão, vai ter seu nascimento como nação a partir do êxodo liderado por Moisés, outro grande personagem da história judaica assim como Abraão. É neste período errante pelo deserto que Moisés e o povo de Israel receberam, no monte Sinai, a Arca da Aliança e a Lei da Torá que transformam aquele povo em uma nação com uma religião. Após uma longa história de batalhas e feitos, Israel torna-se monarquia numa articulação entre as doze tribos que conquistaram a palestina.

Vale salientar que a narrativa histórica que envolve a identidade judaica, é uma narrativa cujo objetivo é a construção da unidade do povo, da nação. Os aspectos culturais e simbólicos vão diferenciar em cada contexto. Os discursos em torno das origens estariam em relação com o outro, com os povos que, naquela época, ameaçavam a sua unidade política. Os conflitos, com egípcios, os persas, gregos, romanos e o mundo árabe atualmente, são momentos distintos na formação da identidade judaica. Os judeus, ou sua identidade, se diferenciaram através da história, cada contexto produziu seu judeu particular.

¹⁵ O Cristianismo, o Judaísmo e o Islamismo.

No período monárquico não poderia ser diferente. Este período foi marcado por fortes conflitos entre profetas e reis. Esses conflitos eram quase que inevitável devido à tensão que sempre existiu, entre o poder monárquico e as críticas dos profetas, na história do judaísmo, e que até hoje é fonte de conflitos entre os judeus. Essas disputas enfraqueciam bastante a unidade do grupo. Os profetas

“foram reformadores religiosos que buscavam voltar a uma tradição que se originara nas perambulação de Israel no deserto e na aliança do Sinai. Eles rejeitaram a idéia de que o relacionamento de Israel com Iavé dependia de Terra, santuário ou culto, ou de que a proteção especial de Iavé sobreviveria incondicionalmente para sempre. [...] se Israel se afastasse das obrigações da Aliança, viriam o castigo e o exílio; se as cumprisse, a redenção e um glorioso retorno estariam assegurados. Foi à luz desses modelos que os profetas julgaram os reinos de Israel e Judá, e os acharam faltosos. Tão rigorosas eram suas exigências que provavelmente nenhum rei, nenhum governo secular poderia preenche-las, mesmo parcialmente. A política é a arte do possível, enquanto os profetas eram idealistas apaixonados” (Goldberg & Rayner, 1989, p. 56).

Com o reinado de Davi e de seu filho Salomão, a nação judaica conhece o seu apogeu. A nação torna-se monarquia e o 1º Templo em Jerusalém é edificado. O período marcado pela ocupação babilônica teve como característica marcante a necessidade dos judeus viverem agora de acordo com a lei. No apogeu, a referência ao judaísmo estava no território e na devoção cultural, e após ter perdido o seu território e estar sob dominação babilônica, a lei irá guiar o israelita e definir os seus passos no judaísmo.

“A lei, aceita pelo povo em aliança solene perante Iavé, tornou-se a constituição do povo. No futuro a característica distintiva de um judeu não seria nacionalidade, nem origem étnica, nem mesmo participação no culto do templo; seria aceitação da e devoção à lei de Moisés” (Goldberg & Rayner, 1989, p. 73).

Após passar pelos sucessivos domínios estrangeiros – babilônico, persa e grego – o Templo de Jerusalém é posto em chamas pela terceira e última vez sob domínio romano.

“Quando Nabucodonosor destruiu o primeiro Templo e levou os cativos para a Babilônia, erradicou um povo de sua terra e o espoliou do santuário cultural que era o centro de sua religião. Quando Tito destruiu o segundo Templo e forçou os judeus cativos a lutarem em torneios de gladiadores, ele queimou um santuário de prestígio simbólico, mas que já era rivalizado em influência pelas sinagogas dos fariseus, e não atingiu a maioria dos judeus, que vivia na diáspora. Assim que a notícia da Judéia chegaram a eles, em suas comunidades do Mediterrâneo, da Mesopotâmia e do Egito, sentiram em relação a seus correligionários da Palestina a mesma ansiedade imensa dos judeus da atual diáspora que acompanham os acontecimentos no Estado de Israel” (Goldberg & Rayner, 1989, p. 98).

A disputa e os discursos sobre a não divisão de Jerusalém atualmente são discursos construídos com base nesta história milenar. Os discursos a respeito de Jerusalém buscam se legitimar pela história do povo em relação à Jerusalém. Esse aspecto de cidade única é um dos aspectos que será levantado pelos depoentes no que diz respeito à condição sagrada e única de Jerusalém para os judeus. Eles argumentam que Jerusalém para os árabes estaria em terceiro lugar, atrás de Meca e Medina, numa suposta hierarquia sagrada. Para os entrevistados, *“Jerusalém é única”*¹⁶, ela é a *“capital do povo judaico”*, ela é o *“símbolo do judaísmo”*, *“é a cidade do rei Davi”*.

Dando continuidade a essa história, vimos que com a destruição do Templo e com a Diáspora judaica uma nova forma de se praticar o judaísmo, que já havia se espalhado pelo Oriente, vai ganhar força. Esta forma tem relação com o legado farisaico sobrevivente dos conflitos internos judaicos. Como os judeus se espalharam pelo mundo e tiveram que adaptar seus costumes aos locais que chegaram, surgiram diferentes formas de relação com a tradição. Isso dependia muito do ambiente, principalmente com relação à alimentação e práticas culturais. Dentro desse quadro, dois núcleos judaicos vão se formar, o Ocidental e o Oriental. Esses núcleos judaicos serão formados pelos judeus sefardes e asquenazes que ficaram conhecidos como

¹⁶ Essas frases em destaque que se seguem são expressões retiradas das falas dos entrevistados.

ocidentais e as comunidades da antiga Pérsia e Babilônia que formaram o núcleo Oriental.

Esse núcleo conhecido como Ocidental, não vai diferenciar muito da organização comunitária primordialmente elaborada pelo judaísmo Oriental, o que irá diferenciá-los é a forma como irão se adaptar as condições físicas e sociais do meio ao qual irão se inserir. Os judeus orientais e ocidentais irão se deparar, a partir do exílio, com realidades bastante distintas da qual estavam acostumados. Novas adaptações terão de ser feitas, novas interpretações serão requeridas pelas circunstâncias. Essa é uma característica marcante da história judaica, devido a constante migração gerada pelas perseguições às quais eram vítimas. A adaptabilidade e as constantes migrações eram aspectos necessários para sobrevivência dos judeus e são motivos principais na explicação do envolvimento dos judeus em atividades comerciais.

Embora sua história tenha sido marcada pelo intenso movimento em terras estrangeiras sua ligação com Jerusalém, ou seu retorno a Sion¹⁷, estavam sempre presente em seu inconsciente.

“Opostamente, embora se estabeleçam e declinem periodicamente qualquer oferta de retorno à Judéia, eles depreciarão toda forma de vínculo e de enraizamento em suas terras de exílio. A utopia da terra prometida alimentará sem cessar sua esperança escatológica de “retorno a Sião”, e, muito antes de torna-se o compromisso político-religioso que conhecemos esse ponto máximo da epopéia bíblica permanecerá no centro do imaginário coletivo judeu. Ele funcionará como um eficaz fermento de esperança” (Azria, 2000, p. 52).

A condição de estrangeiro e a esperança de um retorno redentor fazem parte do inconsciente de qualquer povo que encontra-se em diáspora. Por mais que esteja

¹⁷ Sion, termo que significa marca, ou signo, como era usado o monte Sion, uma das colinas de Jerusalém. Antes de o Rei David capturar Jerusalém havia uma torre jabusita no Monte Sion, constituindo um marco visível ao longe. No decorrer do tempo, Sion passou a referir-se não somente à colina, mas também ao Templo, a Jerusalém e, de fato, a toda a Terra de Israel. Sion veio a ser identificada com o centro religioso da religião israelita, como no versículo “pois de Sion sairá a Torá, e a palavra do senhor, de Jerusalém” (Isa. 2:3).

integrado ao país que o acolhe, ou acolheu os antepassados, a condição de exilado ainda está presente no discurso do judeu. O retorno é um discurso forte no imaginário judaico e é alimentado pela consciência histórica de um passado de esperança na reunião dos filhos de Israel na terra de Israel.

Esse ponto do retorno é utilizado pelos depoentes nas suas diversas narrativas. Segundo os mesmos, mantém-se até hoje um costume que é comum em suas orações que é fazer referência a esse retorno. A oração diz o seguinte: “*no próximo ano em Jerusalém*”. Segundo um dos nossos depoentes,

“cada vez que a páscoa é comemorada o judeu, no final do jantar de páscoa, que tem uma ceia, que é a última ceia de Jesus Cristo. Jesus cristo não foi pra Jerusalém na páscoa judaica! E esse jantar em que ele dividiu o pão com os discípulos, todo pai de família divide a matza¹⁸ com seus filhos e isso é repetido a dois mil anos, no fim dessa páscoa, todos os judeus dizem no próximo ano em Jerusalém, então Jerusalém não é uma coisa de, é uma coisa mítica” (C. F.).

Essa referência de retorno foi verificada nas falas dos depoentes. Não apenas o retorno, mas toda uma preocupação em torno do destino de Jerusalém em um futuro processo de paz.

A partir da destruição do Templo e da dispersão, com a “*galout*¹⁹”, os aspectos comunitários em si, passam agora a assumir um lugar importante na lei, e na organização da tradição no judaísmo. Duas ameaças vão rondar essas comunidades, as hostilidades e perseguições, que será assunto de um dos próximos itens, de um lado, e a sedução do mundo dos gentios com a tentação da assimilação do outro.

Esse processo de assimilação, ao qual mencionamos acima, está diretamente relacionado aos aspectos históricos da modernidade. A coletividade étnica tinha papel importante na definição do grupo, gerando desta forma um conjunto diferenciado e

¹⁸ Bolacha de trigo e água, preparada sem fermento.

¹⁹ Palavra que significa o exílio e a dispersão.

particular do universo social. Os antigos *Shtetel*²⁰, pequenas comunidades provincianas de judeus na Europa Oriental pré-moderna (Rússia, Polónia, Lituânia e a parte leste do Império Austro-Húngaro), foram de grande importância na organização da lealdade e dos laços primários da comunidade, gerando, assim, um controle maior da coletividade sobre o individual. Como bem assinalamos acima, esses aspectos das narrativas baseadas na tradição, que ainda hoje estão presentes no grupo pesquisado, tem sua hegemonia ameaçada por agentes externos com novas concepções de mundo.

Toda essa movimentação, em torno dos aspectos relacionados ao particularismo, entrará em crise e as portas serão abertas ao universalismo. Nesse período da história judaica as idéias assimilacionistas e de emancipação política vão ser influenciadas pela *Haskalah*, movimento iluminista judaico. É nesse movimento que emerge o conflito entre valores da modernidade e valores tradicionais, ou ainda, o conflito entre a lealdade à coletividade étnica e lealdade ao Estado nacional. As idéias assimilacionistas e de emancipação vão ser contrapostas a vida comunitária e fechada do *Shtetel*. O debate nesse período da história do judaísmo se deu entre a vida moldada pelos valores tradicionais e particularistas, a vida comunitária e a vida totalmente integrada aos valores e concepções modernas.

A organização primária em torno do *Shtetel* perde influência e desse modo se contrapõe às concepções judaicas relacionadas aos ideais da assimilação. A fragmentação da cultura religiosa, forte componente da identidade dos judeus das pequenas cidades europeias, será responsável pela formação dos movimentos

²⁰ “Eram cidadezinhas, aldeia, pequenas comunidades provincianas de judeus na Europa Oriental pré-moderna (Rússia, Polónia, Lituânia e a parte leste do Império Austro-Húngaro). Era o principal centro dos judeus ashkenazitas no século XIX, que falavam, principalmente, o IDICHE chamado pelos judeus de MAME – LOSCHEV” (Kaufman 2005, p.255).

seculares. Os movimentos seculares, neste conflito ideológico, vão mobilizar modalidades políticas não religiosas e apelar para consciência judaica coletiva.

No século XIX, momento de agitações nacionalistas na Europa, dois movimentos vão se destacar dentro do campo ideológico secular: o socialismo judaico e o sionismo. A injustiça social, a fome, a miséria e as perseguições vão ser elementos de atração dos judeus às idéias de justiça social tão apregoadas pelo socialismo na época. O sionismo surge nesse contexto como movimento nacional judaico pelo estabelecimento de um lar nacional independente. Esse movimento vai de encontro aos ideais dos judeus emancipados, que se consideravam cidadãos das nações européias que os hospedavam e não mais exilados, ou estrangeiros.

A disputa entre ambos era justamente o velho dilema, do particular versus o universal. O socialismo pregava a revolução universal e o judeu, enquanto operário seria igual a qualquer outro recebendo os frutos da revolução. O sionismo pregava justamente a busca de um lar para que os judeus pudessem ser judeus em sua forma plena e particular.

Estes movimentos também vão requerer espaço, neste campo de batalha, por interpretações que vão dar respostas aos problemas judaicos da época. Para esse período da história, Pinsk (2007) chama atenção para o fato de que a maioria dos judeus

“continuavam nas aldeias e nos bairros pobres das cidades da Europa Oriental. E é nesses ambientes que surge o nacionalismo judaico. Deve-se localizar as raízes da identidade nacional judaica no século XX, na Europa centro-Oriental, e atribuí-la a três fatores complementares: O esgotamento das formas de existência judaica nas cidades e nos guetos das cidades da Polônia e região; a “primavera da nações”, então em curso, que se apresentava como uma panacéia universal, remédio destinado a superar a pobreza e perseguições; e o profundo sentimento de identidade cultural” (p.81).

A resposta pensada pelo sionismo situou-se no interior do campo significativo de idéias nacionalistas, e ocorreu em nível particular, em nível de um povo, de uma nação. O Estado judeu seria, para o sionismo, a resposta a esses problemas que afligiam o judeu neste determinado período da história judaica. Como vamos notar mais adiante, o Estado de Israel, de certa forma, será a resposta para muitos problemas dos judeus.

O campo religioso vai suspeitar de tais idéias e grande parte dos religiosos vão considerar heréticas tais propostas sionistas. O que se deve levar em consideração neste conflito ideológico é que ele abriu espaço para a integração do judeu ao mundo dos outros. Esse processo de assimilação e de um iluminismo judaico contribuiu para a desestabilização de um judaísmo mais tradicional e abriu espaço para uma maior secularização do judaísmo. Essa secularização ainda é bastante forte no judaísmo contemporâneo.

O que interessa diretamente a esse trabalho, e nesta parte em particular, é justamente essa constante referência à história e seus diversos aspectos, como o retorno à Sion, ao reinado de David, à Terra Prometida, e outros fatos particulares de sua história, que orienta os posicionamentos com respeito ao apoio a existência do Estado naquela região. Essa narrativa garante a continuidade através da história da ligação entre o passado e o presente. A história, portanto, segue uma seqüência cíclica de criação, dispersão e recriação.

O Estado unificado, o território e o Templo marcam o imaginário judaico, e são lançados como um poderoso fator de mobilização deste povo. Com respeito a esse elemento de identificação, verificamos nas entrevistas que quando mobilizados os aspectos referentes à consciência histórica, estes estarão basicamente relacionados às

narrativas em torno de Jerusalém. Os aspectos históricos fazem referência à “*cidade santa*”, “*símbolo da nação judaica*”. Ao se referir à história de Jerusalém e a sua importância, um dos entrevistados fez referência ao muro das lamentações²¹, que segundo este, “*é o que restou daquele país de um povo que durante 2000 anos tava no exílio, mas não é só que tava no exílio, é um povo que foi perseguido*” (C.F.).

Em nível de consciência histórica verifico no grupo uma referência aos aspectos relacionados à Jerusalém e às perseguições, nesta parte vamos nos ater apenas a Jerusalém, pois as perseguições serão assunto de outro capítulo. Portanto a consciência histórica deste grupo está de certa forma relacionada com a idéia de que Jerusalém é a cidade judaica por excelência, e por trás desta afirmação toda uma história que a legitima. Ela está presente nas orações, ela fez parte do reino de Davi. Jerusalém é a capital do povo judaico, ela é parte da história dos judeus. Como vamos ver a seguir, o destino de Jerusalém em um acordo de paz vai ser motivo de divergência neste grupo.

Devemos mencionar que os aspectos históricos presentes nos depoimentos servem justamente como ligação entre o presente e o passado, e sem sombra de dúvida o futuro. Como a discussão em torno dos problemas para a paz é uma discussão contemporânea, o recurso ao passado é utilizado para legitimar algumas posições. Temos como exemplo disso, a negação da divisão de Jerusalém, a presença de assentamentos nas Cisjordânia, região tida por muitos nacionalistas israelenses como sendo a região da antiga Judéia e Samaria. Portanto a consciência histórica além de fator identitário para o judeu, vai influenciar em determinados posicionamentos como acabamos de ver.

²¹ Ruína sagrada do Templo destruído em 70d.c.

Mas também não se pode deixar de mencionar que tais aspectos, em alguns depoimentos, não foram nem sequer mencionados. A história não serviu de parâmetro para alguns dos posicionamentos, que baseiam suas posições aos fatos recentes que envolvem os problemas e não a fatos relacionados à história passada do grupo. Mas o que deve ficar de orientação neste item, no que se refere ao processo de identificação, é a importância desta consciência histórica como fator da relação do individual com o coletivo através dos antecedentes históricos. Como falei acima, não só com relação à Jerusalém é que a consciência histórica foi mobilizada, mas também para os aspectos voltados as perseguições ao anti-semitismo.

3.2. Questões étnico-religiosas.

Vimos anteriormente como o judaísmo se constituiu no decurso da história, e como alguns desses antecedentes servem de referência e de legitimação para ligação entre o passado e o presente. Agora vamos nos ater aos aspectos étnico-religiosos e a composição do campo cultural e simbólico do judaísmo. Neste ponto também iremos apresentar o que é ser judeu e como ele se relaciona com esse campo simbólico do judaísmo. Chamamos atenção para o fato de que o judeu de ontem é diferente do judeu de hoje e o processo histórico de construção do que é ser judeu não estagnou no tempo, houve mudanças. Existe um processo histórico de formação desse grupo e não existe uma essência, categorias apriorísticas a um processo histórico de criação do que é ser judeu. E esse processo histórico é um elemento importante no processo de identificação do judeu com sua cultura.

Como salienta Kaufman “*é considerado judeu aquele que está ligado a um povo, ou a uma religião, cuja identidade só se define a partir da relação com o mundo*” (2005, p. 04). Ser judeu é estar de alguma forma em relação com as suas origens religiosas e grupais, é buscar se reconhecer numa narrativa milenar de um povo que atravessa a história sem se perder nela, é se encontrar no dilema do particular e do universal, é se sentir particular enquanto judeu, perante o mundo, e se sentir universal enquanto elemento do conjunto da história da humanidade, contradição que perpassa sua história.

Ser judeu é estar constantemente buscando uma relação amistosa com o ambiente no qual se encontra e com os costumes ao qual faz parte. O judeu busca traduzir sua cultura para os diversos contextos no qual se deparam. Para Pinsky (2007)

“não existe uma única forma de identificar os judeus. Eles não permaneceram identificados como tais apesar da história, mas por causa da história. Não fossem necessários, teriam desaparecido como povo. O grande segredo de sua permanência é que eles não permaneceram, mudaram” (2007, p. 80).

Ser judeu é estar relacionado a um arcabouço tradicional que identifica quem é e quem não é judeu. Esta relação entre “nós” e “eles”, relação marcadora de diferença, é de fundamental importância na definição do que é ser judeu e o que é a identidade judaica como um todo. A cultura judaica gira em torno de sua história milenar que é narrada nas sagradas escrituras. O livro sagrado é a bíblia, uma coleção de textos de natureza histórica, literária e religiosa.

“O cânone judaico foi fixado por um concílio em Jabne por volta de 1000 d.c. compreende 24 livros, divididos em três grupos: a lei (Tora) – o Pentateuco, ou os cinco livros de Moisés; os profetas (Neviim) – os livros históricos e proféticos; e os escritos (Ketuvim) – os demais livros” (Gaarden, 2000, p. 104).

Esses livros juntos compõem a estrutura simbólica e representacional na qual se baseiam os judeus mais tradicionais. A lei encontra-se na Torá²², onde as normas judaicas legais e morais, assim como as regras, formam o código de conduta judaico. Os livros históricos e proféticos narram os acontecimentos políticos e os fatores históricos onde “*o destino de Israel é constantemente interpretado à luz das exigências divinas*” (Gaarden, 2000, p.105). Além destes livros existem ainda obras poéticas com cânticos de louvor (hinos), lamentações (orações) e de ação de graças.

A história do povo judeu é marcada pelo pacto com Deus em que se constituem como povo escolhido. Essa nação criou, através de sua tradição, de suas narrativas históricas e seus costumes uma comunidade não apenas religiosa, mas étnica. Para tanto, normas de comportamento e condutas foram criadas para garantir o processo de diferenciação. Ser judeu, em determinadas situações, é responder a todo esse campo estruturador no qual fazem parte as normas e regras de conduta. Existem também regras alimentares, que definem os “Kosher”, que são alimentos adequados ou permitidos, e os alimentos excluídos. As regras alimentares, muitas vezes, são levadas tão a sério que muitos judeus mantêm em casa duas cozinhas para não haver contaminação entre esses alimentos, para não haver o toque entre eles. Por exemplo, a carne e o leite são alimentos que não podem se misturar, por isso a necessidade de cada cozinha ter seus utensílios destinados a cada um desses alimentos.

²² “Além da Torá escrita, os judeus também tinham regras e mandamentos transmitidos oralmente. Segundo a tradição judaica, no monte Sinai, Moisés recebeu não apenas a “Lei Escrita” de Deus, mas ainda a “Lei Falada”. Era proibido escrever a Lei falada, pois esta deveria ser adaptada às condições reais de vida em diferentes lugares e épocas. Porém, depois que os judeus se dispersaram pelo mundo, surgiu o medo de que a Lei falada se perdesse. Assim, decidiu-se registra-la por escrito, o que foi feito nos séculos que se seguiram à destruição de Jerusalém. Esse material se chama Talmud, palavra hebraica que significa “estudo”. O Talmud contém leis, regras, preceitos morais, comentários e opiniões legais, mas também históricas e lendas que discutem esse conteúdo. É bem sabido que o Talmud não é um livro de ensinamentos e sim um texto usado pelos rabinos em seus ensinamentos, para orientação dos fiéis em situações concretas” (Gaarden, 2000, p. 108).

O código de ética judaico é composto por 248 ordens afirmativas e 365 proibições, totalizando 613 mandamentos. As fases da vida do judeu são guiadas por rituais e costumes muito antigos. Temos, como exemplo, o *Brit Milá*, ato da circuncisão do menino aos oito dias de nascido, a celebração do *Bar Mitsvá* para o menino e do *Bat Mitsvá* para a menina no 13^a e no 12^a aniversários respectivamente, a partir da qual ambos passam a ser membros plenos da congregação. O casamento e a morte também têm suas regras e ritos que são peculiares.

No enterro, por exemplo, não é permitida a cremação e não se usam flores nem músicas na cerimônia, ficando a família de luto por uma semana. Os homens são enterrados com seu xale de oração. Em relação aos seus cemitérios, “*os judeus têm muito apreço [...] e os tratam com grande respeito. É aí que os mortos irão descansar até a ressurreição*” (Gaarden, 2000, p. 114-115).

O culto e a educação, o arrependimento e as boas ações, características do modelo de vida farisaico, são procedimentos priorizados no judaísmo. É a partir desta busca do conhecimento e da educação voltadas ao judaísmo que surge a figura do rabi. Esse título de *rabi*, meu mestre, “*entrou em uso [...] para descrever um sábio reconhecido por seus pares*” (Goldberg & Rayner, 1989, p. 100). O rabino é a liderança religiosa das comunidades. Essa liderança é devida a sua condição de especialista na interpretação da Torá.

A lei, em determinado momento da história judaica, vai se tornar o ponto de discórdia e também de união no judaísmo. A lei tomará o lugar deixado vago pelo templo que havia sido destruído e pelo território, pois o povo agora se encontrava em exílio.

“Substituto do falecido Estado judeu, a comunidade judia compõe-se de instituições que organizam e regulamentam a existência de todos e de cada um. Regida por um código que remonta as fontes da tradição religiosa, ela serve de refúgio face à hostilidade do mundo exterior e de estrutura de resistência face a suas seduções” (Azria, 2000, p.82).

Mesmo com a fundação do Estado de Israel e com o retorno de uma grande parte de judeus do mundo para esse Estado, muitas comunidades²³ ainda existem em diferentes partes do mundo e têm bastante influência em seus países e nos destinos do Estado de Israel. Exemplo disso é a comunidade judaica dos EUA que possuem 40% da população de judeus do mundo e que historicamente vem influenciando os destinos políticos tanto dos EUA quanto do Estado de Israel.

Todo esse campo simbólico e representacional em torno do judeu é marcador de diferença. Percebe-se que esses aspectos étnico-religiosos se prestam como sistemas classificatórios, campo representacional, operacionalizando uma forma particular de perceber e ver o mundo ao seu redor, uma forma judaica marcadora de diferenças entre “ele” e o “outro”, entre o “nós” e “eles”. Esse campo simbólico é fundamental no processo de conceitualização do elemento judeu, na definição de quem ele é e de como se orientar na ação.

Apesar de estarmos convencidos da importância atribuída ao campo simbólico, pode ocorrer que dentro deste mesmo campo exista a possibilidade de alguém, ter

²³ **Maiores comunidades judaicas**

Países	População	Porcentagem
Israel	5 309,000	40,57%*
EUA	5 275,000	40,31%
França	492,000	3,76%
Canadá	373,000	2,85%
Reino Unido	297,000	2,27%
Rússia	228,000	1,74%
Argentina	184,000	1,4%
Alemanha	118,000	0,90%
Austrália	103,000	0,79%
Brasil	96,000	0,73%

*Porcentagem com relação a população mundial de judeus.

Fonte: The Jewish People Policy Planning Institute, in *Aventuras na História: Israel 60 anos*. Maio 2007. Editora Abril S.A.

nascido judeu e não querer se identificar enquanto tal. No entanto, também não é tão simples assim, o jogo da diferença e classificação social faz com que o meio no qual alguém inserido seja percebido enquanto judeu, por isso é fundamental o *alter* na relação de constituição da identidade. Porque não é apenas ser, ou querer ser, ou ainda não querer ser, é importante que o outro veja como tal. E é justamente neste ponto que podemos observar a ruptura com concepções fechadas de identidade, concepções essencialistas. Não é alguém “nascer” judeu, que ele queira ser judeu. É necessário também que o mesmo seja identificado. É por motivos semelhantes que a identidade deixa de ser essência e passa a ser identificação.

Ser judeu em certa medida é estar relacionado com uma narrativa que mobiliza aspectos do seu universo cultural e que o constitui enquanto judeu. Uma das características dessa narrativa é se sustentar na lembrança, na valorização do passado, característica marcante na formação de qualquer identidade, como bem salientamos no item acima. O outro aspecto desta cultura é o sofrimento coletivo e a angústia existencial, sintomas de anos de perseguição e massacres. Todos esses aspectos, vale salientar, são passíveis de identificação pelo judeu.

Esses aspectos identitários, mencionados acima, vão se apresentar no grupo não de forma uniforme, homogênea. Não estão presentes em todos os depoimentos, pelo contrário, esses elementos vão se apresentar dispersos nas diversas entrevistas. Alguns desses depoentes têm suas características pessoais de conceber o conflito. Uns levantam aspectos políticos sem nenhuma conotação religiosa, não mobilizam também aspectos referentes às narrativas históricas para justificar seus argumentos. Já outros direcionam para o lado das narrativas, para os aspectos religiosos, justificando, por exemplo, a não aceitação da divisão de Jerusalém entre os judeus e árabes, ou a

legitimidade da formação do Estado de Israel na palestina devido as suas raízes históricas, e seus antecedentes com relação à terra prometida.

O lado religioso do grupo se apresenta nas entrevistas relacionado aos aspectos ligados a Jerusalém. Jerusalém, para alguns integrantes, se apresenta como o “*território espiritual*”, lugar de “*convergência espiritual do judaísmo*” e cidade considerada “*única para os judeus, Jerusalém é a cidade sagrada*”, “*Jerusalém é o lugar mais sagrado*”. No judaísmo são mobilizados aspectos religiosos e tradicionais utilizados pelos judeus para manter Jerusalém no inconsciente coletivo do povo.

Outro ponto levantado pelos depoentes é o fato de que, “*de acordo com a crença judaica o messias vai entrar pela porta de Jerusalém*”. Não é por nada que não só os judeus ortodoxos, mas também aqueles que têm uma maior relação com a religião, não querem nem ouvir falar de uma divisão de Jerusalém. Não admitem nem discutir a questão. Jerusalém sem dúvidas foi fator de mobilização dos elementos étnico-religiosos utilizados pelos judeus locais na construção de seus posicionamentos.

Então o que nos interessa destacar é que os aspectos étnico-religiosos se prestam em desempenhar a função, dentro da constituição das identidades, de conceitualizar, de estabelecer fronteiras, de definir quem é incluído e quem é excluído. Mas não apenas para conceitualizar se prestam os aspectos étnico-religiosos, eles adquirem também o papel de normalizar a relação entre o “nós” e o “eles”. Portanto podemos considerar que tanto a consciência histórica quanto os aspectos étnico-religiosos são pontos fundamentais na constituição da identidade cultural do grupo.

3.3. Ideologias da diferenciação: Anti-judaísmo e anti-semitismo.

Vimos que a cidade de Jerusalém é fator de mobilização tanto dos aspectos de consciência histórica, quanto de aspectos em torno da religiosidade, o que não vai acontecer com o anti-semitismo. O anti-semitismo está diretamente relacionado à necessidade de se buscar um local seguro para a prática do judaísmo, esse lugar se realizou, segundo nossos depoentes, com a fundação do Estado de Israel, portanto o anti-semitismo ou anti-judaísmo foi sem sombra de dúvida fator de mobilização para realização deste porto seguro.

As perseguições e discriminações são uma constante na história judaica. Essas fazem parte e são fatores de identificação entre os judeus. A história dessas perseguições datam do período pré-cristianismo. As hostilidades que inspiraram a perseguição aos judeus eram atribuídas aos seus aspectos particularistas e de povo inassimilável, processo característico de um jogo de diferenciação que é uma constante social nos diferentes períodos da história judaica. As perseguições se davam em torno de seu monoteísmo e de suas práticas religiosas que não eram compreendidas pelos pagãos – a circuncisão, o Sabbat e a abstenção a carne de porco.

Na Idade Média as perseguições se fizeram presentes através da acusação de deicídio – assassinato de Cristo – utilizado como fator mobilizador das massas. Na análise das entrevistas verificou-se um comentário que chama atenção, como um exemplo desta prática acusatória de deicídio,

“- quando passou o filme daquele Jesus Cristo?

-A paixão de Mel Gibson.

-É do Mel Gibson, então não foi um, mais vários dos meninos do colégio que tinham recentemente saído do colégio – israelita – e tinha ido pro Geo, pra outros colégios similares, então “olhe ta vendo aquele ali foi aquele que matou Jesus Cristo” aí o outro dizia assim: “é meu pai que disse que foi”, e o menino ficava acuado sem saber o que responder” (S.B.)

Mas não só de deicidas eram acusados os judeus, havia lendas e crenças na época medieval relacionando-os a práticas de assassinatos rituais²⁴. Os judeus também foram considerados culpados pela transmissão e disseminação da peste negra durante a Idade Média. Essa doença era transmitida por ratos e conhecida como peste bubônica, ela foi responsável pela morte de aproximadamente um quarto da população total da Europa, cerca de 25 milhões de pessoas (Fontette, 1989).

Os autores cristãos da Idade Média, ao dar continuidade a essa prática acusatória, vão procurar na bíblia um arsenal inesgotável contra os judeus. O anti-judaísmo pagão do período pré-cristianismo, vai diferenciar-se do cristão justamente pelo “*fato histórico*”. O anti-judaísmo cristão não será mais justificado a partir de boatos e lendas característicos do período pagão, terão agora uma “*base histórica*” e “*comprovada*”. Os autores cristãos encontraram um arsenal inesgotável contra os judeus na própria Bíblia “*censuras e imprecações, denunciando os vícios e as taras do povo judeu, são destinadas a reconduzi-los aos caminhos da salvação, dos quais eles tendiam a afastar-se*” (Fontette, 1989, p. 31).

“Assim, formava-se um anti-semitismo novo, mais coerente, mais sistemático que o dos pagãos. Ele não repousava mais sobre boatos mais ou menos contestáveis da opinião popular, refletidos na literatura, mas sobre um fato histórico e sobre a interpretação dos textos que o relatavam, sobre a idéia teológica de um pecado, e consequentemente de uma expiação necessária” (Fontette, 1989, p.33).

Essas idéias e interpretações não poderiam deixar de repercutir em ações práticas²⁵. Os judeus sempre foram acusados de traidores, de povo traiçoeiro que

²⁴ “O assassinato ritual pode ser definido como o assassinato de um cristão (de preferência uma criança ou um adolescente) pelos judeus, a fim de recolher-lhe o sangue, para mistura-lo aos pães ázimo (os matsot) da Páscoa” (Azria, 2000, p. 50).

²⁵ Um exemplo da prática dessas perseguições era a colafização que ocorria em toda sexta-feira santa, diante da porta da catedral de Toulouse, e consistia em um esbofeteamento de um judeu em expiação a morte de cristo. Fontette (1989), relata que certa ocasião tal ato foi praticado “*com tanta convicção que o cérebro e os olhos do infeliz saltaram-lhe da cabeça e caíram no chão*” (p.36).

mantêm pacto com o demônio e principalmente de deicída. Além dessas acusações, os médicos judeus, durante a Idade Média, foram acusados de terem envenenado os seus próprios pacientes. Esse tipo de acusação medieval será bastante utilizado no período stalinista onde os médicos judeus russos foram responsáveis por mortes nesse período da história (Poliakov, 1992).

A narrativa das perseguições é uma constante na história judaica. O período histórico da presença judaica na península ibérica vai ser marcado por fortes perseguições aos judeus. A inquisição e as conversões forçadas são os símbolos deste período sombrio. Os confiscos dos bens dos judeus em períodos de “cofres vazios” também foram práticas constantes entre os nobres e reis. Seus bens eram confiscados para encherem os cofres dos reis e nobres, enquanto eles eram expulsos dos seus lares e suas comunidades eram desfeitas.

Aspectos como a discriminação e a perseguição que deram origem ao anti-semitismo e conseqüentemente ao genocídio do século XX são importantes na construção da identidade cultural judaica. Lembrar sempre a inquisição e o Holocausto como fatores que levaram à discriminação são importantes no processo de reconstrução do passado. Essa reconstrução do passado é um dos caminhos na busca de legitimação do grupo. Judeus, ou qualquer grupo que tenha sofrido perseguições e que tenha que sair do seu local de origem, tem suas identidades sociais, culturais e religiosas negadas, posta em suspensão.

O processo de mudança e adaptação a uma nova realidade e a um novo contexto é muito difícil, requer um esforço de continuidade do patrimônio anterior e adaptação com o patrimônio ao qual irá se deparar. Ao se estabelecer em outro país, o judeu busca recuperar uma identidade que muitas vezes se dá através do processo de

naturalização. A naturalização seria o processo de tomar emprestada a nacionalidade do país que o acolheu e que não criou obstáculos a sua integração. Nesse momento ocorre uma passagem da ausência de uma identidade nacional, para inserção e incorporação de um patrimônio cultural muitas vezes bastante diferente do que havia se acostumado a viver. Segundo Sorj (1997) “*o direito à cidadania significou para os judeus*”, que aqui chegaram, “*a aquisição de uma identidade que os fazia parte de uma nova totalidade: a sociedade nacional*” (p. 19).

Todo esse processo de humilhação, rejeição e segregação, processo diferenciador e com elementos diferenciadores²⁶, geram um povo rejeitado, vítima de expulsões permanentes. Vários são os elementos ou fatores que tentam explicar as perseguições e os processos de exclusão social no qual foram vítimas os judeus. Mas o que se deve levar em consideração é o fato da existência desse processo e como ele influencia na formação tanto do judaísmo quanto do elemento judeu. Essa trajetória histórica, que envolve momentos de relativa tranqüilidade e momentos de intensa perseguição, vão servir de cenário e campo significativo para a formação da identidade judaica, em que o judaísmo se caracteriza pelo particularismo em determinados momentos, consequência imediata das perseguições e por momentos de emancipação que serão também interrompidos pelas perseguições e genocídios²⁷.

Na análise notamos a presença de elementos indicadores da identificação do anti-semitismo como elemento constitutivo de suas narrativas. Verificamos nas narrativas a presença de elementos que exemplificam esses processos de perseguições. Como exemplos disso, os entrevistados fazem referência a fatos históricos como o “*massacre de York, onde a população judaica foi vítima*”, a “*expulsão da Espanha*” e referências

²⁶ Algumas práticas diferenciadoras: Pedacos de pano amarelo nas vestimentas, enormes blocos de madeira nas costas eram elementos diferenciadores dos judeus.

²⁷ Ver o Caso Dreyfus na França e o genocídio nazista na Alemanha.

também ao “nazismo alemão”. Neste último caso, tomam como exemplo “o massacre de praga”, quando os nazistas dizimaram “os judeus de Praga no intuito de fazer da sinagoga da cidade um museu do extinto povo judeu²⁸” (C.F.).

Não faltam referências ao holocausto e aos campos de concentração. O holocausto para alguns serviu de catalisador para o projeto sionista avançar e impulsionar o Estado de Israel. Esse mesmo Estado serviria de refúgio e abrigo para as “vítimas do Holocausto”. Israel tornou-se um porto seguro contra todas as práticas discriminatórias.

“Tendo o Estado de Israel, [...] porque eu acho que os judeus são muito mais, [...] pouco provável que aconteça novamente um holocausto tendo o Estado de Israel, se tivesse o Estado de Israel a Alemanha não teria feito o que fez, eu acho, posso estar enganado”. (S.Ber.).

O Estado de Israel mobiliza justamente esse espaço de segurança tão desejado pelos judeus durante sua história e que se tornou realidade. Existem também menções a perseguições na Rússia, de ataques às aldeias locais. Essa é uma narrativa que passa de mãe para filha e é também comentada nas entrevistas. Ainda em relação ao conjunto de perseguições ou efeitos desse jogo da diferença, alguns depoentes chamam atenção para a necessidade de deixarem o judeu viver em paz e em harmonia nos seus locais de origens, que os “*judeus em todo o mundo possam viver em paz, porem de sofrer perseguições e possam praticar seu culto judaico com tranqüilidade e liberdade*” (R.J.). O anti-semitismo e o anti-judaísmo não passam de sistemas de um jogo de diferenciação com conseqüências materiais e letais. Tal prática e jogo serve de exemplo para tomarmos cuidado na produção de discursos que possam vir a desencadear processos semelhantes.

²⁸ O massacre de York na Idade Média, a expulsão dos judeus da Espanha, as referências ao nazismo, são fatos históricos de bastante significado para a história judaica, isso demonstra o quanto a consciência histórica é trabalhada por esse grupo em específico.

Como podemos notar essa ideologia da diferenciação está presente de forma bastante clara nas entrevistas de uma forma geral, e ela tem ligação direta com a busca, em determinado momento histórico, da criação de um lar nacional para o povo judeu para que este se visse seguro contra essas práticas e pudesse viver em paz enquanto judeu. A criação deste lar é assunto do próximo capítulo.

3.4. Estado de Israel como fator identitário.

Verificando detalhadamente a história judaica, que foi apresentada até agora, verifica-se que é uma história marcada pela perda de um território e pelo esfacelamento de seu Estado, cujo povo guardava em seus costumes o desejo inconsciente do retorno à terra que um dia pertenceu a sua nação e foi sede de seu Estado. Nesta história os valores étnico-religiosos entram em conflito com os valores modernos e é deste cenário que emerge a idéia de formação de um Estado judeu como resposta aos diversos problemas que atingiam os judeus em todo mundo. As aspirações nacionais vão ser mobilizadas devido aos constantes ataques anti-semitas. Portanto, no nosso entendimento, a narrativa construída em torno da identidade judaica legitimou os caminhos e as aspirações de um Estado judeu, que, como previu o próprio Herzl²⁹, era apenas questão de tempo. A fundação do Estado de Israel foi a materialização da resposta às demandas levantadas pela consciência histórica, pelas questões étnico-religiosas e pelas perseguições, aspectos utilizados na construção da identidade judaica.

²⁹ Theodor Herzl, jornalista e dramaturgo vienense, considerado o criador do sionismo político, publicou em 1896, seu livro *Judenstaat* (O Estado Judeu), defendendo a idéia de um Estado nacional judaico, posição assumida após o caso Dreyfus.

A história da fundação do Estado de Israel está diretamente relacionada com a história do judaísmo mundial e serve ainda como ponto de referência à constituição da identidade judaica contemporânea. O Estado judaico está diretamente ligado às diferentes posições em torno do judaísmo e de seu elemento particular, o judeu. O Estado vai representar, para alguns, uma realização milenar e, para outros, uma heresia, uma blasfêmia que não poderia existir sem a vinda do messias, e ainda é fonte de especulações e de falsas interpretações acerca do mesmo, gerando pré-conceitos e pré-noções causadas pela falta de conhecimento do processo³⁰.

O processo de formação do Estado judaico se inicia por volta de 1916, com a revolta árabe contra o império Otomano, e com o aumento da imigração de judeus para a região. A partir de então muita coisa aconteceu e vêm acontecendo. Todos os problemas aqui discutidos – refugiados, Jerusalém, assentamentos e Estado Palestino – são frutos deste processo que teve início com a formação do Estado de Israel, isso será assunto para o próximo capítulo, o que interessa agora é entender como o Estado de Israel tornou-se um aspecto importante na constituição da identidade cultural judaica.

3.4.1. A formação do Estado de Israel.

Em troca da promessa de um reino árabe libertado, Husayn o xerife de Meca da família Hachemita (1908-24) propõe que as tribos árabes se levantem contra o ocupante turco e se aliem as potências Ocidentais. Inglaterra, França e Rússia, com o apoio das tribos árabes, ganham a guerra contra a Turquia, e a Inglaterra manteve a promessa de um reino árabe libertado. As potências vencedoras da guerra dividem a

³⁰ Algumas pérolas que eu escutava, quando adolescente, acerca do conflito quando perguntava porque de tanta guerra e ódio, “*tal conflito só vai ter fim no juízo final, quando Deus vier a terra*”, ou ainda “*a solução vai vir pelo filho do demônio, que vai ter tatuado em si o 666, anunciando o juízo final*”, ou mesmo “*que o conflito é fruto do ódio entre judeus e muçulmanos*”, entre outras afirmações.

região do Oriente Médio em áreas sob a influência francesa e inglesa. Dentro das negociações diplomáticas da época é apresentada e reconhecida, em 1917, oficialmente pelo governo britânico, a declaração Balfour³¹. Ela vai surgir dentro de uma necessidade inglesa e americana acerca do apoio dos judeus às suas posições na região.

A Inglaterra necessitava tanto do apoio judeu quanto garantir na região um estado tampão na Palestina para assegurar seus interesses. Ao saberem da declaração Balfour e do acordo Sykes-Picot³², os árabes se sentiram enganados. Para acalmá-los o governo inglês e o francês renovam as suas promessas de liberdade para os árabes. Em julho de 1919, o Congresso dos Nacionalistas Árabes condenam os projetos ocidentais e principalmente a criação do lar nacional dos judeus apresentada na declaração Balfour. No entanto em 1920, sem nenhuma consideração a suas promessas, em San Remo, os aliados decidem dividir o Golfo Pérsico e o Mediterrâneo em protetorados sob o sistema de mandatos entre a França e a Inglaterra, o que será confirmado pela Sociedade das Nações.

No entanto, estas divisões não foram aceitas sem resistência. A França suprime, com dificuldades, as revoltas na Síria, e a Grã-bretanha teve de governar a Palestina diretamente. Como consequência do grande fluxo migratório de judeus para região, a Palestina explode em revoltas em 1921, repetem-se em 1929 e culminam em 1936 com uma insurreição armada contra os britânicos e os aliados sionistas. Tais revoltas já eram esperadas, pois estava em jogo uma quebra da promessa inglesa de liberdade e independência dos árabes e a hipótese de um Estado judeu na palestina.

³¹ Posicionamento favorável do governo inglês através do secretário do exterior britânico da época, Sir Arthur James Balfour, ao estabelecimento de um lar nacional judeu na Palestina.

³² “O Acordo recebeu o nome dos secretários de Estado Mark Sykes (Inglaterra) e Georges-Picot (França), que conduziram as negociações entre o final de 1915 e o início de 1916, e encontra-se na correspondência entre o Ministro do Exterior inglês, Edward Grey, e o Embaixador francês em Londres, Paul Cambon. Além de Inglaterra e França, também participou do acordo a Rússia czarista” (Gattaz, 2003, p. 33).

No decorrer destes fatos, que transformou o mundo árabe em um caldeirão prestes a explodir, surge um acontecimento de maiores proporções, a II Guerra Mundial. A política britânica para região toma novos rumos. Com receio de um acordo entre alemães e árabes, a Inglaterra, no entanto, apresenta um documento negando a intenção de criação de um Estado judaico. A Palestina terá agora um Estado binacional, obterá sua independência, e a imigração judaica vai ser limitada.

O movimento em prol do Estado judeu que já estava bastante organizado e com uma infra-estrutura bastante desenvolvida toma a frente e se movimenta. Na Palestina a revolta judaica é imediata. Atentados terroristas contra autoridades e repartições britânicas são perpetrados pelo Igun e o Stern³³. Com o desenrolar da guerra um problema de maior envergadura e de comoção mundial vai se somar aos já existentes, o socorro às vítimas do genocídio judeu na Europa durante a guerra. O genocídio, segundo Pinsk (2007), *“fez com que grande parte dos judeus não percebesse outro caminho que não a “reconstrução” de um Estado que pudesse funcionar como refúgio a todos os judeus do mundo que se sentissem perseguidos”* (p.81).

Como a imigração estava suspensa, Truman pressiona o governo inglês para que aceite os refugiados judeus que sobreviveram ao genocídio nazista, no caso a entrada imediata de cerca de 10 mil refugiados, o que foi rejeitado pelos ingleses. Em 1947, o governo inglês, bastante enfraquecido, tendo sua economia e sociedade sofrido com o saldo deixado pela II Guerra Mundial, e em face da situação de caos na Palestina, marcada por conflitos entre árabes, ingleses e judeus, decide entregar o caso a recém criada Organização das Nações Unidas (ONU). O presidente dos EUA, Truman, assume as responsabilidades e obrigações inglesas no mediterrâneo oriental e no

³³ Grupos organizados por extremistas judeus que praticavam atentados contra repartições e autoridades inglesas e árabes.

Oriente Médio. No mesmo ano a Rússia propõem a necessidade de uma divisão da Palestina em estados independentes. Os árabes ficam decepcionados com a atitude Russa, e, de acordo com Buttin (2000), agora “*falava-se de uma declaração Balfour soviética*”.

A assembleia geral da ONU adota um plano de partilha³⁴ num relatório de agosto de 1947, com sua resolução 181(II) de 29 de novembro de 1947, sobre o futuro da Palestina:

“recomenda a divisão do país em três unidades independentes: um Estado Judaico, um Estado árabe e um estatuto internacional para os lugares santos cristãos, de Jerusalém a Belém – o corpus separatum”. (Buttin, 2000: 139)

A proposta é adotada em novembro de 1947, “*tendo 33 países, votado sim, entre os quais os países socialistas que ajudarão muito as forças judaicas na primeira guerra árabe-israelense de 1948-49*” (Buttin, 2000, p. 139). A partilha também surge em decorrência de um forte apelo internacional à criação de um lar nacional para o povo judeu, em circunstâncias da comoção internacional devido às vítimas do genocídio, que dizimou, cerca de seis milhões de judeus nos campos de extermínios nazistas. A opinião pública internacional se comove com a causa e apóia a necessidade de tal iniciativa. Respaldados na resolução 181 (II) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Chaim Weizman (principal figura do sionismo mundial) e David Ben Gurion anunciam a formação do Estado de Israel: “*a 14 de maio, a comunidade judia declarou sua independência como Estado de Israel, que foi imediatamente reconhecidos pelos Estados Unidos e a Rússia*” (Houranni, 1994, p. 364).

Tal declaração não será aceita pacificamente pelos árabes. Logo após este acontecimento iniciou-se à primeira de três guerras árabe-israelenses, que irão alimentar o ódio e a desconfiança entre as duas nações, gerando assim os empecilhos à

³⁴ Ver mapa em anexo 01.

paz na região. Cinco países árabes (Egito, Iraque, Transjordânia – atual Jordânia –, Líbano e Síria) mandam tropas para impedir a formação do Estado de Israel. Atualmente, apenas o Egito e a Jordânia têm um acordo de paz com Israel.

A URSS, que tanto combatera o sionismo, solidarizou-se com os judeus. Depois de diversos combates, a guerra termina em 1949 com a vitória de Israel e a assinatura do armistício de 1949³⁵. Portanto, o que era para ser um Estado árabe, foi em grande parte anexado pelo recém formado Estado de Israel, pela TransJordânia e pelo Egito. Israel com a guerra aumenta suas fronteiras, a TransJordânia assume a soberania de parte da Cisjordânia, e Gaza fica sob domínio egípcio. O saldo dos combates foram a) à derrota árabe e conseqüentemente a formação dos primeiros campos de refugiados que servirá de combustível para as próximas guerras, b) a derrota britânica, que aos olhos dos árabes encorajaram o sionismo e a imigração judaica, e, sem sombra de dúvida, c) o grande descontentamento em relação aos EUA, que agora vão ser vistos como o grande culpado da derrota árabe e da fundação do Estado de Israel.

Com os acontecimentos anteriores, cresce a tensão entre árabes e israelenses e em 1967 uma nova guerra se anuncia. De um lado a acusação de que Israel estaria concentrando forças na fronteira da Síria. Do outro Egito, Síria e Jordânia formaram um comando unificado, visando à condução de uma possível guerra. O Egito solicita às Nações Unidas a retirada de suas tropas do Sinai, que logo em seguida é militarizada pelo exército egípcio. Saídas diplomáticas para tal movimentação foram procuradas, mas Israel com um ataque fulminante contra o Egito, surpreende os países árabes.

Egito, Síria e Jordânia, armados pela URSS, e Israel armado pelos EUA, entram em combate. Os combates não vão durar mais que 06 dias. O término do conflito se dá

³⁵ Ver mapa em anexo 02.

em 10 de julho com a derrota dos árabes. As conseqüências desta segunda³⁶ guerra vai ser o controle de Israel sobre as colinas de Golã (Síria), Faixa de Gaza e Sinai (Egito), Cisjordânia e a zona oriental de Jerusalém (Jordânia) que vai ser anexada ao Estado de Israel em 1980.

Os conflitos anteriores não foram suficientes para acalmar os ânimos e um terceiro confronto já era de se esperar. O Egito e a Síria se movimentam em direção às fronteiras e num ataque inesperado, Israel é pego de surpresa no dia do feriado judaico de Yom Kippur, dia do perdão para os israelenses. Após intensos combates a guerra chega ao fim por intervenção das potências mundiais e o cessar-fogo é assinado em 24 de outubro de 1973.

Por que chamar atenção para esse processo de formação do Estado de Israel e conseqüentemente suas guerras? O porquê está no fato de que foram todas estas guerras que geraram os principais problemas que ainda assombram o processo de paz na região – complicações territoriais com relação às fronteiras dos dois países, a unificação de Jerusalém sobre soberania israelense, o início dos assentamentos e a questão dos refugiados palestinos – e que são pauta constante nas diversas tentativas de acordos. Esses problemas geram entraves para paz na região e acirradas discussões sobre suas possíveis soluções.

O risco iminente de destruição do Estado Judeu é um fator de mobilização importante no judaísmo mundial, poucos serão os judeus que não se mobilizariam dentro de suas limitações em torno da defesa de Israel e especialmente Jerusalém. Esse discurso em favor de Israel e, especificamente sobre Jerusalém, suscita ou chama atenção para outros discursos e deixa a comunidade em alerta.

³⁶ Ver mapa referente ao resultado da guerra de 67, em anexo 03.

Desde o seu nascimento o Estado judeu traz consigo uma gama de significados para os judeus de todo o mundo. Ao longo deste trabalho demonstramos os aspectos importantes do campo de representação do judeu, e de como o Estado de Israel possui um lugar nesse espaço. Portanto só nos resta analisar tal significado a partir do depoimento dos mesmos.

3.4.2. O significado de Israel

Depois desta visão panorâmica da história judaica e da constituição do Estado de Israel, vamos neste item analisar os depoimentos a relação entre o grupo de entrevistados e o Estado de Israel. Esta relação apresentou-se bastante clara no decorrer das entrevistas.

De acordo com a história de Israel e com os depoimentos, o Estado de Israel foi concebido para ser um Estado de maioria judaica, foi concebido como projeto político de nação direcionado aos judeus do mundo e apoiado por uma grande maioria deles. Foi justamente no que se refere a Israel e, posteriormente, a Jerusalém que tal relação entre os aspectos identitários do judeu, enquanto nação que compartilha de elementos comuns, veio a se confirmar. Para os entrevistados, em resumo, o Estado de Israel significa o “*ponto de encontro do judaísmo com a terra de Israel*”³⁷ e com os nossos antepassados” (K.R.), significaria não apenas esse elo, mas

“toda a aspiração, a realização da aspiração do povo judeu, porque disperso como o povo viveu por mais de dois mil anos sem ter um país centralizado, sem ter um governo, sem uma bandeira, tinha a bandeira mas não era a bandeira que representava um país, o país não existia, então isso foi uma aspiração, era uma aspiração milenar, [...] porque cada um quer ter seu canto, então os judeus tinham um canto em todos os cantos do mundo, mas não tinha o canto dele não é, um canto que já foi dele não é, e que deixou de ser e que ele não conseguia reconquistar e retornar, então acho que o retorno foi uma coisa muito

³⁷ Terra prometida aos antigos hebreus por Yavé.

importante” (S.B.).

Com esse retorno e conseqüentemente com a formação do Estado, de uma pátria judaica, esse Estado passa, portanto, a mobilizar elementos de identificação nacional. Em alguns depoimentos essa referência nacional se manifesta. A fundação de Israel, segundo um dos entrevistados, seria “*a cristalização do direito de um povo de se auto-determinar nacionalmente*” (T.J.). Israel seria o espaço de liberdade do elemento judeu enquanto judeu, o espaço livre de discriminação e de perseguições. Tal formação nacional

“representa uma grande importância, porque é um lugar onde pode irradiar a cultura judaica autonomamente [...] é o único lugar do mundo onde os judeus podem ser maioria política, então isso dá uma característica toda peculiar ao Estado de Israel” (Z.J.).

Com o Estado de Israel a questão da dupla nacionalidade é posta em evidência. Antes da existência de um Estado judeu, a nacionalidade para o judeu era definida pelo seu nascimento, como qualquer indivíduo. Em muitos países do bloco soviético, com a formação do Estado de Israel, aliado dos EUA, os judeus passaram a ser perseguidos e acusados de traidores, devido justamente a acusação de apresentarem essa dupla nacionalidade e estarem a serviço dos americanos. Segundo Poliakov (1992) dá-se a passagem na antiga URSS do anti-semitismo, característico dos períodos sombrios da antiga Rússia, para um anti-sionismo³⁸ característico da guerra fria.

Muitos dos depoentes procuram demonstrar essa relação com o país de origem, buscando resguardar-se da acusação de possuir uma dupla nacionalidade. Como bem destaca R.J.,

³⁸ Esse anti-sionismo é partidário da idéia de que todo judeu é sionista. Como o sionismo foi o movimento que deu início a formação do Estado de Israel e este durante a Guerra Fria era aliado dos EUA, alimentou-se a idéia de que todo judeu não passava de um sionista e traidor a serviço dos interesses americanos.

“eu me sinto um nordestino, perfeitamente integrado enquanto judeu, e gosto muito mais de dizer que sou muito mais nordestino do que brasileiro, e não há uma dissonância entre você ter uma religião e uma nacionalidade, religião judaica e nacionalidade brasileira, e é claro que pelo lado de minha religião não é, nós temos uma forte identidade com o Estado de Israel”

Nesse depoimento, o laço com Israel se afirma a partir da religião. Como assinalamos em outro momento, o Estado de Israel é, de alguma forma, fruto da mobilização dos outros aspectos identitários. Como vimos, o Estado de Israel representa tanto uma relação com a nacionalidade através da necessidade de um lar nacional seguro para o judaísmo e para os judeus, quanto religioso, como verificamos acima no depoimento e como foi verificado com relação a Jerusalém. A relação do judeu em diáspora com o Estado se afirma a partir dos aspectos culturais, que envolvem em seu sistema representacional os aspectos religiosos, da consciência histórica e dos aspectos relacionados às perseguições. No sentido das perseguições, o Estado de Israel se afirma como local de segurança para a prática do judaísmo como um todo. Para os judeus de todo o mundo,

“O fato de haver um território judeu, acho que nós fora do país, fora de Israel nos sentimos muito mais protegidos como população, como comunidade, nós temos nosso referencial lá em Israel. [...] Israel é importante para nossa tranquilidade, para as questões religiosas [...] nos dá uma segurança como um todo [...] nós temos esse referencial [...] eu acho importante à existência do país” (M.D.).

O Estado de Israel transmite não só a segurança para questões religiosas, como bem salientou o depoimento acima, mas também segurança para o judeu contra a discriminação e o anti-semitismo. Israel aparece, no campo de referência do judeu, como local seguro para os judeus que se sentirem perseguidos em seus países onde residem. Para um dos nossos depoentes,

“tendo o Estado de Israel, [...] pouco provável que aconteça novamente um holocausto tendo o Estado de Israel, se tivesse o Estado de Israel a Alemanha não teria feito o que fez, eu acho, posso tá enganado” (S.Be.).

Toda essa exaltação a Israel, a importância que lhe é atribuída pelos judeus em diáspora, esse importante campo de significação positiva do judaísmo, faz com que raramente se perceba neste grupo, críticas diretas às políticas desse Estado com relação ao processo de paz. Existem neste grupo poucos momentos de discordância com a política israelense. Esses momentos, que não é regra nos depoimentos, aparece em relação a guerra no Sul do Líbano, em que o depoente enfatizou que teria sido melhor o diálogo do que a força.

“Talvez a coisa pudesse ter partido não para um ato de guerra e mais alguma coisa do diálogo acho que talvez um processo com diálogo teria sido mais adequado [...] talvez se as coisas tivessem sido mais tranquilas em questão de diálogo talvez fosse mais proveitoso” (M.D.).

Em outro momento, houve uma crítica ao processo dos assentamentos que na visão do entrevistado, não resolveria o problema da paz,

“a visão dominante é que eles [palestinos, árabes] querem tudo, querem destruir Israel, então porque eu vou ceder terras? Mais assentamentos, que não resolvem o problema, se assentamento resolvesse o problema, o problema é que não resolve, entendeu” (Z.J.).

No restante do *Corpus* não aparecem aspectos de crítica. Aparecem, como chamou atenção Z.J., posicionamentos que de certa forma se direcionam ao endurecimento das posições com relação ao processo de paz, ao alinhamento de uma política linha dura com relação ao processo de paz, posição historicamente relacionada com a direita israelense. Portanto o endurecimento das posições se verifica em diferentes momentos e situações, vejamos alguns desses posicionamentos:

Com relação ao muro de “proteção” israelense,

“Eu não concordaria se fosse para garantir um espaço político, eu não concordaria com construção de nenhuma barreira concreta, mas se for para defender meus filhos eu construo até um quênio, quanto mais um muro, porque você tem que pensar, você tem que pensar que a política não se faz somente no gabinete pelos políticos, embora, é assim que acontece, a política tem que ser feita você olhando pra baixo, e pro lados, você está protegendo quem? Você está protegendo seu filho, você está protegendo sua mãe” (K.T.).

Com relação à saída súbita de Sharon do cenário político e sua substituição por Ehud Olmert,

“Achei que perdeu muito, porque ele era um homem de pulso forte, e que o atual, que substituiu ele, não é um camarada de pulso forte, Sharon nunca deixou de revidar qualquer atentado, nunca deixou de revidar, e eu acho que tem que se revidar e também revidando nunca vai chegar a uma paz” (S.Be).

Com relação aos atentados terroristas palestinos e a colonização israelense,

“Essa é uma ação de reação, você teve agora recentemente esse atentado contra uma yeshiva em Jerusalém, aí como é que o pessoal responde? Colocando mais o que? Assentamento. Percebe, então uma coisa vai puxando a outra aí você assenta aí o lado palestino faz um atentado e fica nesse jogo mútuo e que o resultado é que ambos saem perdendo [...] então quem é que pode ser contra numa atmosfera dessa, emocional [...] Os radicais palestinos e israelenses se auto-alimentam, um precisa do outro entendeu, aí há um atentado palestino, aí vem à direita israelense e quem é que vai ter coragem hoje em dia em Israel de devolver território depois do que aconteceu em Gaza. Então o argumento da direita ganha, quem ganha as eleições hoje em dia em Israel é o centro pra direita, Israel nasceu como um projeto de esquerda mas quem manda hoje em dia em Israel é a centro-direita, porque está provado, não adianta você ceder, ou seja, a visão dominante é que eles querem tudo, querem destruir Israel” (Z.J.).

Com relação às tentativas de acordo após concessões,

“Nós saímos de Gaza [...] continuam vindo foguetes de Gaza, [...] saímos do Líbano e continuam vindo ataques do Líbano contra o norte de Israel, então esse tipo de atitude reforçou muito dentro de Israel aqueles que advogavam que não adiantava procurar soluções conciliatórias porque da onde Israel saiu continuavam vindo esses ataques” (T.J.).

Com relação à vitória do Hamas nas eleições palestinas,

“Muito triste porque imaginei que o povo palestino estivesse desejoso da paz, tiveram uma grande chance em votar em dirigentes que propugnassem a conciliação. O Hamas, um grupo radical, e ao ser, digamos, levado ao poder a mim parece que aquela expectativas que tínhamos com relação ao grosso da população palestina veio abaixo” (R.J.).

Com relação à guerra de 1948, a guerra posterior a fundação do Estado de Israel,

“Eles aceitaram quando foi feita a partilha? Não. Não é. Israel aceitou o território, eles não aceitaram, eles fizeram guerras sucessivas, eles perderam todas, existe um ônus meu filho, ninguém vai pedir desculpas, ninguém vai pedir desculpas porque ganhou a guerra não, ninguém vai pedir desculpas não,

desculpas porque agente ganhou! Desculpas! Porque vocês quiseram nos aniquilar e agente continuamos vivos, desculpas porque agente ainda está vivo não é, não dá. Agora um país palestino sim. É complicado? É. É muito complicado, mas não é inviável não, não é inviável. Agora exigências absurdas, não adiantam fazer, porque eles não tão em posição de impor nada, eles se colocaram nessa posição coitados, nem eles os países árabes os colocaram nessa posição” (C.F.).

Portanto esses depoimentos, que no nosso entendimento, se alinham à política linha dura dos últimos governos israelenses, só vem confirmar a tendência, que é verificada em Israel e que se apresenta de certa forma no grupo, do endurecimento das relações entre judeus e árabes e conseqüentemente maior distância de um processo de paz. Essa constatação sobre o endurecimento foi percebida por Muniz (2005), que através de suas análises verificou que o fracasso do processo de paz Mapa do Caminho³⁹ se deu justamente devido a uma política linha dura adotada por ambos os lados.

Juntam-se ainda a todo esse processo, que levou ao fracasso do “Mapa do Caminho”, uma seqüência de acontecimentos que, poderíamos dizer, contribuíram para esse processo de endurecimento das posições: a ascensão do Hamas, a saída de Gaza e a continuidade dos ataques ao sul de Israel, a guerra contra o Hizbollah no sul do Líbano e a guerra travada entre os palestinos, divididos entre o Hamas e o Fatah. Esses são acontecimentos que só fizeram acirrar os ânimos e radicalizar as posições, isso não quer dizer que o grupo em questão seja considerado linha dura devido aos exemplos citados acima, pelo contrário, a intenção foi apenas demonstrar os momentos em que os posicionamentos caminhavam para um endurecimento.

Portanto, verificamos que tal relação entre o grupo e o Estado de Israel, através de uma identificação cultural, existe e que essa relação é uma relação baseada na

³⁹ Plano de Paz proposto pelo quarteto de Madri – Rússia, EUA, EU e ONU – para a paz na região, esse acordo previa, para 2005, uma solução para o conflito com a formação do Estado palestino.

exaltação da importância desse Estado, da necessidade de sua existência, da exaltação de sua realização enquanto confirmação de “*profecias milenares*”, do sonho de uma nação. O que não poderíamos deixar de ressaltar, aqui, é que junto com a confirmação desta ligação cultural entre o grupo e o Estado de Israel, existem posições voltadas ao não envolvimento em questões políticas em que haja o envolvimento do Estado de Israel.

“É o tipo da coisa que judeus, que não moram lá, não podem nem dar opinião. Quem tem que dar opinião é quem mora lá, quem sofre os bombardeios, quem sofre com os terroristas [...] porque fica tão problemático você dar opinião de uma vivência que, você não tem “ah eu sou contra guerra” eu não to lá pra sofrer o dia a dia vítima de atentados, essas coisa. Na televisão, ônibus de crianças, eles vão nos pontos onde são mais, crianças, velhos, ônibus escolares; os mais indefesos eles atacam. Então não tem como interferir, entendeu? Você não mora, se quisesse ajudar imigraria, não é assim? Como jovens se sentem atraídos pelo ideal sionista ele vai lá em busca do seu ideal, se inscreve no exército, aí ele tem o direito a dar opinião. A gente não, só escuta o que a mídia mostra” (K.R.).

“Na minha opinião eu acho o seguinte: eu não estou lá, eu não moro lá, eu moro no Brasil, eu sou brasileira, meus filhos são brasileiros, meus filhos moram aqui, meus netos moram aqui, então eu não posso criticar a política israelense e dizer: bom!, mas “ah! como fizeram isso, porque fizeram isso ou aquilo?” Eu não estou lá [...] como é que eu posso opinar se eu estou aqui eu acho que não tenho direito de opinar, agora apoiar” (C.F.).

“favorável, agora eu volto a dizer que é muito fácil não é, dos jardins de Boa viagem a gente ser favorável a criação de um Estado A, de um Estado B, eu acho isso, eu acho aquilo” (R.J.).

“É muito difícil para nós. Não é que temos uma formação mais laica, digamos entre aspas, ocidentalizada, e que vemos o conflito de longe de camarote - camarote com ar-condicionado - nós temos ou queremos, digamos, uma proposição para os povos que estão envolvidos diretamente, localmente nessa questão, mas como judeu eu não gostaria de ver Jerusalém dividida” (R.J.).

Nos depoimentos como vimos acima, houve momentos de crítica ao governo israelense com relação à condução da guerra no sul do Líbano contra o Hizbollah e a política de assentamentos, mas essa crítica é quase que anulada pelas posições que alimentam a não intervenção em questões políticas que envolvem o governo.

As críticas são anuladas pela necessidade de se garantir a existência do Estado de Israel. Israel, portanto, no nosso entendimento, seria o local de convergência dos demais aspectos de identificação do judeu com seu campo cultural. Vejamos que, por ser o anti-semitismo um fator recorrente na história do judaísmo, Israel adquire importância como local seguro contra possíveis ameaças ao judaísmo. Motivo esse de preocupação para com a sua manutenção. Jerusalém, como vimos, é a cidade sagrada por excelência para os judeus. Em Jerusalém se encontra o local mais sagrado para o judaísmo, o muro das lamentações, ruína do segundo Templo destruído em 70 d.c.. Portanto, Jerusalém é o ponto de intersecção de sua identificação com os aspectos religiosos e culturais e com os aspectos de identificação com o Estado de Israel, através justamente de sua manutenção.

A partir desta discussão poderíamos dizer que a relação entre o Estado de Israel e o judeu local existe, essa relação é marcada pela exaltação da importância desse Estado para questões de consciência histórica, de religião e segurança, mas também marcada por um apoio voltado ao não posicionamento crítico em questões de política de governo israelense. Podemos concluir que tal relação entre o grupo local e o Estado de Israel existe e é fator impulsionador no processo de identificação e com os problemas referentes a relação de conflito e paz com os palestinos e o mundo árabe. Verificada essa relação, só nos resta ver como os posicionamentos vão se apresentar com respeito aos problemas para a paz entre israelenses e palestinos.

CAPÍTULO IV

4. ENTRAVES PARA PAZ E OS POSICIONAMENTOS DOS JUDEUS

LOCAIS

Como nosso objetivo neste item é verificar como se organiza a identificação deste grupo em torno dos problemas para paz, buscamos desta forma analisar separadamente cada problema – retorno dos refugiados, divisão de Jerusalém, o processo de assentamentos judaicos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental e o futuro Estado palestino – narrando às origens históricas e os posicionamentos dos entrevistados com relação aos mesmos. A história da formação de cada problema passa necessariamente pela história da formação do Estado de Israel e suas guerras subseqüentes. Esse processo, no nosso entendimento, só pode ser compreendido dentro de um contexto histórico mais amplo. Sem verificar como se iniciou todo esse processo fica muito difícil entender os diferentes posicionamentos.

Portanto apresento, sem muito aprofundamento⁴⁰, uma breve discussão desses problemas, que foram gerados pelas guerras entre árabes e israelenses e que ainda hoje são um dos maiores empecilhos para um acordo de paz na região. Os problemas para paz foram abordados nas entrevistas separadamente, com o intuito de melhor operacionalizar a discussão, pois os mesmos serviram de base na construção dos campos de equivalência e diferença com relação às demandas em torno da paz.

Vale salientar que diante desse processo de identificação do grupo com as questões relacionadas aos problemas para paz, tivemos como resultado a formação de

⁴⁰ Justifico essa atitude pelo fato de compreender que não haveria tempo hábil e espaço para tal discussão e fugiria principalmente do foco do trabalho, que é o processo de identificação dos entrevistados e não os problemas em particular.

grupos entre os entrevistados. Os problemas marcaram diferença entre os entrevistados, mas um desses problemas em específico vai ser responsável pela criação da relação de equivalência que vai garantir a unidade do grupo. Poderíamos dizer, portanto, que o grupo estaria mobilizado em torno de um ponto específico, que é a necessidade do reconhecimento, pelos árabes e palestinos, da existência do Estado de Israel em paz e segurança.

Essa demanda geral vai representar, de forma direta, essa totalidade de demandas essencialmente diferentes entre si. Essa demanda, de certa forma, ajudou na constituição da unidade do grupo a partir das diferenças.

Tendo o entendimento, neste trabalho, de que a homogeneidade não é uma característica de grupos cuja discussão esteja direcionada a questões políticas e nem característica de qualquer identidade, constatamos que não poderia ser diferente com relação ao grupo pesquisado, pois toda formação identitária é fruto direto da interação das próprias diferenças. As identidades, no nosso entendimento, são puramente diferenciais e constituídas pelo processo relacional de seus elementos. É devido a esses processos diferenciais e relacionais, característico de toda formação identitária, que Laclau (2005) chama atenção para o fato de que *“la equivalencia es precisamente lo que subvierte la diferencia, de manera que toda identidad es construída dentro de esta tensión entre la lógica de la diferencia y la lógica de la equivalência”* (Laclau, 2005, p. 94).

Portanto apresentaremos de início algumas considerações históricas e particulares dos problemas e posteriormente, como mencionado acima, os posicionamentos dos entrevistados com relação aos problemas por nós apresentados e aos problemas por eles selecionados como sendo os problemas que eles acreditam serem os responsáveis pelos empecilhos a paz.

4.1. Retorno dos refugiados palestinos

Todos os problemas, que serão apresentados aqui, não surgiram do nada, são fruto de um processo histórico que se arrasta por quase 60 anos. A questão específica dos refugiados palestinos surge com os primeiros conflitos árabe-israelenses de 1948 e se intensificam com a guerra de 1967. Com a recusa árabe com relação à divisão da palestina e, conseqüentemente, a negação da resolução 181 da Assembléia Geral da ONU que através desta resolução buscou resolver o problema na palestina pela divisão e formação de dois Estados, um judeu e outro árabe, e pela internacionalização de Jerusalém. Junto com a recusa árabe inicia-se a primeira guerra árabe-israelense. Israel expande suas fronteiras e conseqüentemente essa expansão vai gerar expulsões e fugas em massa de árabes das cidades e aldeias que vão caindo em suas mãos. Para Bard⁴¹

“os palestinos deixaram seus lares entre 1947 e 1949 por uma série de razões. Prevendo uma guerra, milhares de árabes ricos se foram, outros milhares foram convencidos por seus líderes a saírem do caminho dos exércitos invasores e alguns foram expulsos de casa. A maioria simplesmente fugiu para não ficar no fogo cruzado de uma batalha” (Bard, 2004, p. 144).

Muitas destas aldeias foram destruídas e massacres foram cometidos⁴². Estas expulsões e fugas em massa geraram cerca de 700 a 750 mil palestinos refugiados, nos quais muitos deles abrigaram-se em países árabes fronteiriços, outros se alojaram em tendas e formaram campos de refugiados na Faixa de Gaza e Cisjordânia, passando a

⁴¹ Mitchell G. Brand é autor do livro *“Mitos e Fatos – a verdade sobre o conflito árabe-israelense”*, livro referência, principalmente dos judeus para o entendimento do processo de paz. Em visita a sites da comunidade judaica aqui no Brasil e no mundo, verifiquei que este livro estava sempre presente como referência e foi citado por um dos entrevistados, este entrevistado considerado referência pela comunidade quando o assunto é a questão política que envolve o conflito.

⁴² Temos, como exemplo histórico, o caso do massacre da aldeia de Deir Yassin, a 09 de Abril de 1948, em que forças do Irgun e Stern (grupos judeus extremistas), invadiram o povoado e mataram cerca de 250 pessoas, todas civis.

viver em situação precária⁴³. A resistência dos habitantes árabes locais a tal ocupação foi mínima devido ao pânico gerado pela guerra e pela pura e simples expulsão por parte do exército de Israel.

Há relatos também de que líderes árabes estimularam seus pares a fugirem e deixarem tudo pra traz. Dentro deste quadro o posicionamento do governo de Israel⁴⁴ e de algumas instituições judaicas é de que os refugiados são frutos de uma guerra que foi iniciada pelos próprios árabes e que foi ganha por Israel.

“Se você olhar no mapa, você vai ver que Israel tem tamanho aproximado do Estado de Pernambuco, e se você olhar os países árabes em volta é o Brasil inteiro, então você acha que a população de Pernambuco vai enfrentar de bom grado o Brasil inteiro? Não, não é” (C.F.).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Bard (2004) chama atenção para o fato de que

“se os árabes tivessem aceitado a resolução da ONU de 1947, nenhum palestino teria se tornado refugiado e existiria agora um país árabe independente ao lado de Israel. A responsabilidade pelo problema dos refugiados é dos árabes” (Bard 2004, p. 147).

Esse posicionamento, que é um posicionamento recorrente na discussão em torno da questão dos refugiados, tira toda responsabilidade de Israel em relação a este problema. Tal posicionamento está relacionado à negação do direito ao retorno desses refugiados.

Segundo dados da ONU, existem hoje aproximadamente 4,5 milhões de refugiados palestinos distribuídos nos países árabes fronteiriços, na Cisjordânia e em

⁴³ A precariedade não é uma constante nos campos de refugiados, existem atualmente campos de refugiados que são estruturados com sistemas de esgotos, água encanada, casas, prédios, toda uma infraestrutura de cidades de pequeno porte.

⁴⁴ Vale deixar claro que o atual governo israelense é composto por uma coligação de centro-direita e que sua posição oficial é a de que os árabes e os palestinos teriam que reconhecer a existência de Israel e abandonar o terrorismo como forma de demonstração de boa vontade e interesse pela paz. Com relação aos problemas o governo nega o direito de retorno dos refugiados palestinos, não aceita nem discutir o *status* de Jerusalém e os assentamentos e o futuro Estado palestino poderiam ser pontos negociáveis a partir do momento que o terrorismo fosse abandonado e houvesse o reconhecimento da existência do Estado de Israel. Veremos que tal posição tem forte apoio dentro da comunidade judaica local.

Gaza. Com o tempo este número de refugiados aumentou e gerou um dos maiores problemas aos futuros acordos de paz na região.

Muitos desses campos de refugiados tornaram-se espaço de manobra dos grupos extremistas e é onde são recrutados novos membros para a resistência armada. Durante muito tempo os sucessivos governos israelenses apostaram na integração dos palestinos aos países para os quais se deslocaram. No entanto, isto não ocorreu da forma que os israelenses pensavam, e essa população de refugiados vem crescendo a cada dia.

Devido à diferença de tamanho entre o mundo árabe, que é a referência na construção do outro nesse processo relacional da identidade judaica, e o minúsculo Estado de Israel, imaginou-se que essa população com um tempo fosse absolvida, mas isso não ocorreu. Nas entrevistas, notamos que para alguns judeus o problema poderia ser resolvido pelos próprios países árabes, pois seu mundo é imenso e Israel é apenas um fragmento. Muitos chamam atenção para o fato da diferença territorial gigantesca entre Israel e o mundo árabe e assinalam também para a defesa de que esse minúsculo país não seja a causa dos problemas árabes e nem local ideal para esse retorno.

“Os árabes têm tanto, poderiam dar também e eles [os palestinos] formarem um estado” (S.Be.).

“Parece-me que um Estado judeu com 20 mil km quadrados que pouco existe dentro de um mundo árabe com 13 milhões de km quadrados me parece que ele seja a causa da desestabilização econômica, ou desestabilização política daquela região” (T.J.).

“Você tem idéia do tamanho, do universo de países Árabes existentes no Oriente Médio eu lhe asseguro que é muito grande, muito grande, são territórios imensos” (R.J.).

“O que eu acho é que o mundo Palestino, o mundo árabe, é tão grande é que Israel somente que é um fragmento do mundo árabe” (M.D.).

Israel é apenas uma *“Gota d’água num oceano árabe” (M.D.).*

Essa diferença de tamanho, pela a qual nos chamam a atenção alguns entrevistados, sucinta algumas perguntas. Por que os árabes não acolhem esses refugiados? Eles não são tão extensos em território, qual o problema em aceitar esses refugiados? Por que Israel, que é um país tão minúsculo, deveria aceitá-los? Essas questões, de uma forma geral, têm a intenção de chamar atenção para a responsabilidade árabe para esse problema.

Como essa população não foi absorvida pelos países árabes, como uma parcela de estrategistas acreditava, e existe ainda a exigência dos representantes políticos dos palestinos a um retorno aos seus locais de origem, isso inclui Israel, e não apenas Gaza e Cisjordânia e Jerusalém Oriental, a questão dos refugiados, portanto, torna-se uma constante nas pautas dos possíveis acordo de Paz, de forma a causar grandes embates.

A negação desse retorno foi a posição oficial do governo israelense durante anos. Argumenta-se, em primeiro lugar, que o Estado de Israel não seria responsável pelos refugiados. Quem iniciou a guerra foram os árabes. Em segundo lugar, após a guerra de 1948, não houve apenas o movimento de refugiados árabes, mas houve também o movimento de refugiados judeus dos países árabes. Segundo fontes judaicas⁴⁵, o número desses refugiados judeus equivaleria ao número de refugiados árabes que saíram de Israel.

“Enquanto os refugiados judeus expulsos dos países árabes eram absorvidos com imenso custo e esforço, e integrados como cidadãos israelenses, os refugiados árabes continuaram a viver em campos repletos, em estado de pobreza e desespero. Nenhuma tentativa foi feita em integrá-los nos vários países e comunidades da região. Milhares de refugiados permanecem hoje em dia em um sem números de países árabes, sem qualquer direito, sejam políticos, econômicos e sociais” (MJRJ, 2002: p.18).

Em terceiro lugar, esse retorno causaria sérias ameaças ao Estado de Israel. Em nível econômico-estrutural, não teria como serem recebidos, o Estado não comportaria

⁴⁵ Dados do Museu Judaico do Rio de Janeiro.

o custo social e econômico dessa ação e o mais importante, Israel deixaria de ter a característica de Estado de maioria judaica, para torna-se um Estado de maioria árabe.

Esses depoimentos acima, nos chama atenção para o fato de que o outro na relação de constituição do judeu não é apenas o palestino, é o mundo árabe. O palestino, desta forma, é o elemento árabe que está em confronto direto com os israelenses e os judeus de uma forma em geral. O grupo se posicionou com relação ao problema do retorno dos refugiados da seguinte maneira,

“Não vejo condições em determinados lugares eu não vejo como eles retornarem, para o lugar onde eles moraram onde viveram” (S.Be).

“Alguns podem voltar, mas trazer todos é inviável [...] é mesmo que dizer o seguinte vamos acabar com Israel de outra maneira” (Z.J.).

“Esse retorno da forma que está colocado tornaria inviável a existência de Israel [...] teria que se discutir talvez certas formas de compensação a essa população, alguma forma de indenização, alguma forma de criação de um fundo internacional que auxiliasse o estabelecimento dessa população no futuro Estado palestino, talvez simbolicamente uma parcela dessa população pudesse se instalar no estado de Israel” (T.J.).

“O retorno a Cisjordânia e a Gaza se for dada uma contra partida em ajuda financeira por parte dos países ricos é plenamente possível principalmente se houver uma coexistência pacífica com o Estado de Israel” (R.J.).

“O que eu acho é que o mundo Palestino, o mundo árabe, é tão grande é que Israel somente que é um fragmento do mundo árabe” (M.D.).

“Então receber esses refugiados é um suicídio nacional, é um suicídio não tem para onde correr, então eles não podem receber, eles não podem, não existe não tem como” (C.F.).

As posições, em sua maioria, convergem para a negação desse retorno. As posições que, de alguma forma, estariam alinhadas a possível aceitação desse retorno estão condicionadas à aceitação da existência do Estado de Israel, à satisfação de ambas as partes e às condições econômicas do país. Caso contrario, esse retorno não seria possível.

“é obvio que isso está condicionado a aceitação da existência do Estado de Israel e a existência do Estado Palestino” (K.T.).

“*Eu sou a favor do retorno, eu sou a favor naturalmente dentro de bases que satisfaçam um e outro lado*” (S.B.).

“*É, eles seriam bem aceitos se tivessem trabalho para eles né*” (K.R.).

O que podemos notar é que no que se refere ao retorno dos refugiados palestinos, o grupo demonstra uma identificação com a negação do retorno e, conseqüentemente um alinhamento com a posição oficial do governo. Em resumo, o grupo entende que esse retorno estaria condicionado a um contexto de segurança e paz com Israel e poderia ser direcionado a um futuro Estado palestino, aos territórios de Gaza e Cisjordânia, possíveis territórios desse futuro Estado. Veremos a seguir como se comportam os posicionamentos em torno da divisão de Jerusalém.

4.2. Divisão de Jerusalém – Yerushalayim (hebraico) e Al Quds (árabe)

Como vimos anteriormente, a negação do retorno dos refugiados palestinos é um ponto de convergência, um ponto de identificação deste grupo. Os posicionamentos, de certa forma, se alinham ao posicionamento atual do governo israelense que é justamente essa negação. Já com relação a possível divisão de Jerusalém, outro problema para paz na região, a posição convergente, verificada com relação aos refugiados se dissipa e abre espaço para posições divergentes.

A questão sobre o *status* final de Jerusalém aparece nos depoimentos como a questão mais polêmica, sobre a qual no momento, não existe, sob hipótese alguma, uma solução negociável em curto prazo. Para grande parte dos judeus do mundo, e para o governo israelense, Jerusalém é una, indivisível, e não se aceita nem discutir seu *status* de capital do Estado judeu. A reivindicação palestina é que Jerusalém Oriental

tem que ser a futura capital de seu Estado, e por isso, que sua divisão é imprescindível para um futuro acordo de paz justo e que possa ser aceito pelos palestinos. Portanto, não se pode arriscar um futuro processo de paz se este não passar pela divisão de Jerusalém. Ambas as partes reivindicam para Jerusalém o *status* de sua capital. Para as duas religiões e povos, Jerusalém é sagrada e histórica. Com a destruição do templo, no ano de 70 de nossa era pelos romanos, os judeus entraram em diáspora, mas

“eles nunca perderam, no entanto, a esperança de voltar para casa, e expressavam este desejo ardente em suas orações, em suas tradições e em sua literatura. Ao final do jantar anual de páscoa, o Seder, os judeus se desejam: “no próximo ano em Jerusalém”; nos casamentos judaicos o noivo recita “se eu esquecer de ti, Jerusalém, que minha destra perca sua destreza” (Salmo 137); nas orações diárias se evoca a volta a Sion e a centralidade de Sion no povo judeu, os judeus rezam sempre voltados para Sion” (MJRJ, 2002, p. 4).

Para os judeus Jerusalém é a capital de Israel no sentido histórico, religioso e político.

“Os textos religiosos, as saudações, as visões messiânica, o sonho e ideal do retorno, a literatura e a arte, todas as expressões judaicas de esperança na redenção dos judeus do exílio e sua reconstituição como povo tem Jerusalém como ícone e inspiração. O Muro ocidental (Muro das Lamentações), remanescente do Templo duas vezes destruído, tornou-se o lugar mais sagrado do judaísmo” (MJRJ, 2002, p.12).

A relação do judeu da diáspora com Jerusalém já foi mencionada no decorrer deste trabalho. Vimos anteriormente à importância de Jerusalém como campo simbólico responsável na constituição da narrativa em torno de sua identidade. Jerusalém se coloca como um ponto central na mobilização de aspectos relacionados aos antecedentes históricos, ao inconsciente coletivo e aos aspectos étnico-religiosos. Jerusalém, portanto, é muito importante no universo simbólico dos judeus, mas também dos cristãos, muçulmanos e de outras religiões.

No plano de partilha da ONU em 1947, Jerusalém ganha *status* de cidade internacional, por abrigar as três maiores religiões do mundo. A Resolução 181 (II)

adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas a 29 de novembro de 1947, sobre o futuro governo na Palestina, deixa claro que

“a Cidade de Jerusalém será estabelecida como um corpus separatum, sob um regime internacional especial, e será administrada pelas Nações Unidas” [...] tendo como objetivos especiais “proteger e preservar os inigualáveis interesses espirituais e religiosos localizados na cidade das três grandes religiões monoteístas do mundo, cristã, judia e muçulmana, e para este fim, assegurar que a ordem e a paz, especialmente a paz religiosa, reinem em Jerusalém”.

Seria lógico pensar que qualquer mudança dentro desse arranjo político veria a ferir a partilha, e iria de encontro ao documento criado justamente para dar legitimidade, tanto ao Estado Judeu quanto ao Estado árabe. Israel e Jordânia, no final do conflito de 1948, dividem Jerusalém, nos limites estabelecidos pela linha do armistício de 1949. Um ano após o armistício, em 1950, Israel declarou Jerusalém sua capital e estabelece órgãos de governo na parte ocidental da cidade. Com a guerra de 1967, Jerusalém é tomada por completo por Israel, e em 1980, ela torna-se sua capital única e indivisível através de um decreto lei. Com base no arranjo político de 1948, em torno de Jerusalém, onde a ONU insta a internacionalização de Jerusalém, esta acusa Israel de ter alterado o estatuto jurídico de Jerusalém e sua composição demográfica, com o ato de anexação e com os assentamentos.

A posição atual do governo israelense, acerca de Jerusalém, é clara, não há possibilidade de divisão da mesma com os palestinos que reivindicam Jerusalém Oriental como futura capital do Estado palestino. A história de Jerusalém, como a capital milenar do povo judeu, e a liberdade de culto garantida pelos israelenses após a sua conquista, liberdade que havia sido negada pela Jordânia nos anos em que a cidade esteve sob domínio jordaniano, são bastante enfatizadas pelo grupo pesquisado e pelo próprio governo como tendo sido a anexação e a unificação uma ação legítima.

“Eu estive lá em Jerusalém várias vezes e o que eu vejo como turista que chega lá eu vejo o seguinte, convivem pacificamente as diversas religiões uma ao lado da outra” (S.B.).

“Então Israel conquistou Jerusalém em 1967, houve, isso é fato, uma possibilidade de cada religião gerir suas áreas de interesse” (T.J.).

“Acho que ela poderia ser administrada pelos israelenses que tenho certeza, como fazem até agora, preservariam todos os direitos de culto, celebrações sagrados, das demais religiões [...] não será impedido nenhum tipo de exercício religioso” (R.J.).

“Jerusalém é um ponto aberto pra todo mundo [...] uma vez que Israel nunca impediu que ali todas fossem exercidas” (M.D.).

Como pudemos ver nas entrevistas, a liberdade de culto assegurada pelos governos israelenses seria um ponto importante na permanência da soberania judaica sobre Jerusalém, pois essa mesma liberdade foi negada quando Jerusalém se encontrava nas mãos dos jordanianos. O que queremos chamar atenção neste item é justamente como o grupo percebe a possibilidade da divisão de Jerusalém entre árabes e judeus? Os posicionamentos em torno de Jerusalém levam o grupo a formar dois grupos bem definidos. Os que aceitam a divisão, e os que não a aceitam. Os que aceitam a divisão deixam claro que tal ação dependeria de um contexto pacífico.

“No momento não, não, ela poderia vir a ser no momento em que já estivesse consolidado o pensamento de existência do Estado de Israel” (K.T.).

*“Eu acho assim se fosse pra conseguir a paz eu acho que valeria a pena.
- A divisão*

É. Uma divisão, não quero dizer que a divisão seja meio a meio, assim uma cessão, eu não digo nem uma divisão Aristóteles, mas uma cessão, parte daquele território, desde que isso assegurasse o que seria viver em paz, assegurar digamos assim a coexistência pacífica né” (S.B.).

“Eu acho que dá para, que dizer eu acho, que dá para dividir entre, eu acho perfeitamente viável” (S.Be.).

“Havendo paz é deve haver uma divisão” (Z.J.).

“Mas me parece que pra a obtenção de acordo definitivo eu acho que não se pode negar o que os árabes têm e os palestinos tem com Jerusalém é então eu acredito que seria algo muito doloroso muito difícil dentro de Israel, mas eu acho que alguma concessão Israel tem que fazer com relação a Jerusalém” (T.J.).

Após discorrer sobre toda a história de ligação existente entre Jerusalém e os

judeus, a entrevistada chama atenção para o fato de que *“nada que uma vontade política não faça”* (C.F.).

Fica claro com esses depoimentos que a divisão dependeria de uma paz concreta com os palestinos, dependeria da consolidação e garantias da existência do Estado de Israel, isso inclui o reconhecimento por parte dos árabes dessa existência. Portanto, essa divisão não seria uma coisa fácil de se concretizar. Com relação ao grupo contrário a divisão, os posicionamentos se apresentam desta maneira.

“Eu aplaudiria uma solução do tipo uma administração por meio de uma instituição internacional como as nações unidas, ou seja, a internacionalização de Jerusalém” (R.J.).

“Eu acho que Jerusalém é indivisível eles podem conviver, conviver, mas dividir” (K.R.).

“Eu não concordo, não porque acho que seria mais um local de ódio e discórdia tudo que dividido enfraquece muito, uma vez que Israel nunca impediu que ali todas fossem exercidas então eu acho que Jerusalém tem que ser uma coisa um único grupo” (M.D.).

Nota-se que neste ponto específico o grupo marca uma diferença. Diferente dos posicionamentos em torno da negação do retorno dos refugiados palestinos para o que é hoje o Estado de Israel onde o grupo se mostra claramente alinhado a negação desse retorno, com relação à divisão de Jerusalém o grupo se divide, demonstrando indícios de heterogeneidade de posicionamentos. Essa divergência será retomada no item específico à discussão em torno dos grupos formados pelo processo de identificação, nesta parte vamos chamar atenção para o comportamento dos posicionamentos. Esse mesmo quadro de diferenciação dentro do grupo iremos verificar nos posicionamentos em torno dos assentamentos, assunto de nosso próximo item.

4.3. O processo de Assentamentos Judaicos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental

Os assentamentos, outro ponto de conflito muito sério entre israelenses e palestinos são fruto, basicamente da guerra de 1967. Com o termino da guerra Israel anexa a Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental, terras que estavam nas mãos do Egito e da Jordânia respectivamente. A partir de 1967, os assentamentos judaicos começam a se expandir⁴⁶ em Gaza, Cisjordânia⁴⁷ e ao redor de Jerusalém incentivados por governos israelenses. Esses assentamentos formam um cinturão de proteção e acolhem a imigração judaica, principalmente de judeus ortodoxos das diversas partes do mundo. Em Jerusalém, estes assentamentos passam a circundar os perímetros do norte, leste e sul da cidade, criando, desta forma, uma barreira física entre palestinos de Jerusalém e aqueles de outras áreas da Cisjordânia.

Estes assentamentos, ponto delicado nos acordos de paz, fazem parte diretamente da realidade palestina e são motivos dos constantes choques entre o exército israelense e a população palestina. Portanto, esta política de aumento da colonização, onde o governo israelense considera seu aumento um crescimento natural e normal⁴⁸, gera a revolta palestina e conseqüentemente o aumento da violência entre os colonos e os palestinos.

Os pontos de fronteiras são vistos pelos palestinos e por alguns judeus, como barreiras que trazem diariamente a lembrança da ocupação israelense, tornando-os pontos de constante choque entre o exército israelense e os palestinos. Nota-se,

⁴⁶ Não apenas em Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental existem assentamentos israelenses, hoje vivem nas Colinas de Gola, território Sírio conquistado por Israel na guerra de 1967, aproximadamente 18 mil colonos judeus junto a um número similar de drusos, população autóctone.

⁴⁷ Onde os nacionalistas judeus acreditam ser a região bíblica da Judéia e Samaria.

⁴⁸ Esse crescimento natural e normal é justificado pela taxa elevada de natalidade entre os colonos, esta mais alta do que a média israelense.

também, através do aumento do número de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém oriental⁴⁹ que a intenção da política israelense, em relação aos territórios palestinos, é puramente de colonização e conseqüentemente de hostilidade, mesmo que, como alguns entrevistados sugeriram, estes assentamentos venham em um futuro servir de moeda de troca para acordos de paz. Os assentamentos vêm crescendo vertiginosamente desde os primeiros conflitos.

Segundo relatório de 15 de março de 2000 das Nações Unidas⁵⁰, Israel vem expropriando, desde 1967, e com grande intensidade terras para uso público, semi-público e privado. Essa expropriação de terras se dá em torno de 60% da Cisjordânia, 35% da Faixa de Gaza e aproximadamente 35% da terra palestina em Jerusalém Oriental. Israel mantém, de acordo com esse relatório, 19 assentamentos em Gaza⁵¹, 158 na Cisjordânia e 16 em Jerusalém. Só em 1999, Israel criou 44 novos assentamentos na Cisjordânia. Ainda segundo esse mesmo relatório as forças de ocupação israelenses faziam com freqüência demolições punitivas e violentas de casas de palestinos por necessitar de permissão para construção, assim como desalojou forçadamente aldeias inteiras.

Desde 1987, 16.700 palestinos (incluindo 7.300 crianças) haviam perdido suas casas desta forma. Segundo o relatório, em 1999, Israel derrubou 31 moradias palestinas em Jerusalém Oriental e 50 no lado Ocidental. As práticas israelenses de ocupação, ainda segundo o relatório, afetaram também o meio ambiente dos territórios palestinos ocupados, devido à incautação da terra, o esgotamento da água, a destruição das árvores, a descarga de dejetos tóxicos e outros de contaminação. Essa política de

⁴⁹ Vivem hoje aproximadamente 438 000 colonos judeus na Cisjordânia e Jerusalém Oriental, em Jerusalém Oriental esse número é de aproximadamente 192 900.

⁵⁰ Informe apresentado em outubro de 2000 pelo Comitê Especial encarregado de investigar as praticas israelenses que afetem os direitos humanos do povo palestino e outros habitantes árabes dos territórios ocupados, apresentou um panorama idêntico ao apresentado aqui.

⁵¹ Esses foram desmantelados em agosto de 2005.

assentamentos e suas conseqüências é fator de fortes críticas tanto pela população palestina e seus representantes, quanto pela comunidade internacional. Esses assentamentos são tidos como o grande entrave para um processo de paz. No Mapa do Caminho um dos pontos principais para o andamento dos acordos era justamente a estagnação do crescimento dessas colônias, coisa que não aconteceu, houve ao contrário, aumentos.

Em 2005, houve iniciativas de desmobilização, como a que foi feita nos 21 assentamentos de Gaza e quatro no norte da Cisjordânia. Uma primeira análise sobre essa iniciativa demonstra que esse processo tem a ver com avanços positivos para a paz na região. Mas a situação em Gaza, tentando fazer aqui um exercício de interpretação mais pragmático, era uma situação quase insustentável, desproporcional entre a quantidade de colonos e de palestinos que viviam naquela região, onde se fazia necessário uma intervenção constante do exército israelense para assegurar a existência desta minoria de colonos em território de maioria absoluta de palestinos.

A faixa de Gaza sempre foi cenário de conflitos constantes entre colonos e palestinos e ainda hoje é motivo de preocupação para o Estado de Israel. De Gaza partem os temíveis mísseis Qassam que atingem Siderot constantemente. Gaza é uma minúscula faixa de terra abarrotada de palestinos, e Gaza ainda é território de operações do Hamas, grupo extremista que prega a destruição de Israel e a fundação de um Estado Islâmico na Palestina.

A retirada israelense da faixa de Gaza, no nosso entendimento, gerou conseqüências preocupantes para população daquela minúscula faixa de terra. Primeiro, com a retirada do exército israelense e o total controle de suas fronteiras por Israel, essa ação teve como conseqüência o isolamento de Gaza. Conforme acusações palestinas, Gaza tornou-se uma prisão.

Segundo, o isolamento de Gaza fortaleceu o Hamas nesse território, tendo como conseqüências a guerra entre as facções e a divisão dos palestinos entre os de Gaza, controlados pelo Hamas, e os da Cisjordânia controlada pelo Fatah. Com o controle de Gaza pelo Hamas aumenta o número de ataques a Israel com mísseis dos grupos terroristas.

E a terceira conseqüência é que esse isolamento pode servir tanto para enfraquecer o Hamas, coisa que até agora não foi percebida, quanto facilitar uma possível ação militar israelense neste território visando à aniquilação do Hamas. As duas primeiras conseqüências são fatos, a terceira pode se tornar realidade a qualquer momento.

Mas para o grupo local, a retirada de Gaza significou, além de tudo, uma ação voltada para a paz. Nos depoimentos essa ação teve como objetivo demonstrar a boa vontade de Israel em direção a paz com os palestinos.

“Eu acho que foi um sacrifício pela paz, eu acho que foi positiva a atitude de Israel de retirar na tentativa de com isso se começar um acordo de paz” (S.B).

“Quando Israel deu Gaza, o que foi que recebeu em troca? Bombas” (Z.J.).

“A retirada como fato eu acho que foi extremamente positivo, e acho que foi uma demonstração de que existia um caminho aberto a se chegar a um acordo de paz, talvez ela tenha sido mal conduzida, talvez não devesse ter acontecido à retirada unilateral [...] a uma negociação de paz, mas séria e deveria ter sido melhor aproveitada pela população palestina, dando uma demonstração ao mundo que eles estavam preparados pra se auto-administrar. Eles tinham apenas Gaza, Gaza deveria ter sido um laboratório de um futuro estado palestino. [...] nós saímos de Gaza [...] continuam vindo foguetes de Gaza [...] saímos do Líbano e continua vindo ataques do Líbano contra o norte de Israel, então esse tipo de atitude reforçou muito dentro de Israel aqueles que diziam, advogavam que não adiantariam procurar soluções conciliatórias porque de onde Israel saiu continuava vindo esses ataques”(T.J.).

“Eu acho certíssimo, agora parece que resultados não foram esperados porque eles acreditavam, acreditavam que ia haver então que iam cessar ao atentados mas Siderot continua sendo bombardeado regularmente, houve a retirada mas não houve a contra partida” (C.F.).

“Mas para que seja levada a um processo de paz alguma coisa teria que ser feito, mesmo de encontro ao desejo de muitos judeus que ali estavam então o país o

governo foi bastante forte a retirar toda a população que ali estava [...] mas para que a coisa chegasse a um ponto que atendesse um pouco mais a solicitação do povo palestino, Israel voltou a um outro ponto de fronteira. Não é [...] Eu acredito que Israel fez, tomou a posição pra que realmente essa paz tão desejada chegasse a ser realizada [...] mesmo com essa retirada [...] eles cederam toda essa parte, mesmo indo de encontro, mas seria talvez a solução que se estava procurando [...] porque se pensou, bom! vai se retirar os judeus, a ocupação será feita por pessoas pacíficas que respeitem os limites de cada lado, mas o que a gente vê é que aquilo que era uma área de maior proteção para Israel tornou-se um campo aberto para outras batalhas, outras lutas” (M.D.).

Deve-se ter cuidado, chamar atenção para o fato de que essa retirada foi conduzida por um governo cuja base eleitoral é formada pela direita pró-assentamentos. Essa mudança de atitude de Sharon, que sempre foi, historicamente, um ardoroso incentivador dessa política de assentamentos, como pode ele de uma hora para outra, mudar o jogo dessa forma? Sharon é tido pelos palestinos como terrorista e assassino de árabes, como agora ele passa a desmobilizar esses assentamentos em busca da paz? Como um político cuja base eleitoral está no apoio a política de assentamentos, põe em prática uma ação de desmobilização desses assentamentos?

Com esse acontecimento o protagonista Sharon, tido por seus opositores e pela história como um “*belicista*”, “*truculento*”, “*linha dura*” e que tem suas mãos “*sujas de sangue*”⁵², torna-se de uma hora para outra num protagonista amante da paz. Após esse acontecimento uma nova cadeia de significados se atrela a figura de Sharon. Alguns entrevistados ficaram até admirados com essa mudança tão repentina na política de Sharon,

“Ariel Sharon passou a ser condenado pela extrema direita israelense por conta dos atos que ele praticou no final” (T.J.).

“O Ariel Sharon era visto como a ala dura, mas os últimos meses e principalmente o último ano da administração Sharon foi uma administração

⁵² Culpa-se Ariel Sharon pelos massacres de Sabra e Chatila, “*Sob a vigilância e permissão do exército israelense, as milícias falangistas – partido cristão-libanês de inspiração nazi-facista, liderado por Bashir Gemayel e aliado a Israel – massacraram os acampamentos palestinos de Sabra e Chatila, deixando cerca de 2 700 palestinos mortos, segundo a Cruz Vermelha Internacional*” (Gattaz, 2003, p. 164).

bastante conciliatória, tanto é que o seu eleitorado ficou um pouco revoltado com Sharon porque disseram: poxa! Sharon está recuando mais do que os outros considerados moderados haviam recuado antes. As concessões feita por Ariel Sharon nos últimos meses foram enormes, inclusive a retirada, o desmantelamento a força dos assentamentos israelenses em Gaza e na Cisjordânia” (B.J.).

Portanto, como salientamos neste item, por mais significativa que tenha sido essa retirada, acreditamos que ela não teve em nenhum momento a intenção de se buscar a paz, pois se configurou em uma ação unilateral e sem negociações com os palestinos.

Dentro deste contexto de colonização é bastante lógico *“que no futuro, esses colonos vão colocar todos os obstáculos a uma eventual retirada Israelense dos territórios, se a paz com os árabes for alcançada”* (Salem,1983, p. 75). E isto sem sombra de dúvida é um fator preocupante nos futuros acordos de paz. É dentro deste contexto que voltamos nossa atenção para os posicionamentos do grupo pesquisado. Com relação a esses acontecimentos o que se verificou foi uma diferenciação com relação a essa política de colonização. As posições que não apresentam críticas diretas a esses assentamentos, acreditam que eles estão associados a uma necessidade de se expandir à questão de segurança, e num futuro acordo, a trocas territoriais. Esses assentamentos, para uma parte desse grupo, são apresentados aqui como funcionais para um futuro processo de paz. Vejamos como essas posições se apresentam,

“Eu associo isso, de certa forma, a necessidade de se expandir a, eu não chamaria de assentamento, mas de se expandi investimento e povoar regiões desertas” (K.T.).

“Eu acredito pelo o que eu leio que se discute hoje em dia rearranjos territoriais. Ate trocas territoriais em que Israel mantém determinados assentamentos maiores e faz troca de terras” (T.J.).

“Esses assentamentos quando foram realizados foi questão de segurança, segurança do próprio Israel né, uma vez que aquela gota d’agua um oceano árabe precisaria de ter pessoas garantindo também essa segurança de seu povo. Agora também não concordo com extremistas” (M.D.).

“Eles tem que ter campo de manobra, eles tem que ter alguma coisa pra devolver, então muito bem um acordo de paz devolve esses territórios que estão com as colônias” (C.F.).

Ao contrário do que pensa essa parte do grupo, existem os que divergem dessas posições e são contra a essa política de assentamentos, especialmente porque aqueles territórios, Gaza e Cisjordânia, não se menciona Jerusalém Oriental, são destinados aos palestinos.

“Eu sou contra, eu pessoalmente sou contra esses assentamentos que foram feitos [...] em locais que tinham sido já estipulados, que seria dos palestinos eu mesmo sou contra” (S.Be.).

“uma coisa vai puxando a outra aí você assenta aí o lado palestino faz um atentado e fica nesse jogo mutuo e que o resultado é que ambos saem perdendo [...] se assentamento resolvesse, mas não resolve” (Z.J.).

“Então há uma tendência que eu endosso, aprovo, acho que é correta a desmobilização desses assentamentos. Não é uma coisa fácil [...] se de fato desejamos que exista esse país, essa pátria palestina, em condições de paz e amizade com seu vizinho israelense e com os demais vizinhos árabes não é, a vocação, a terra de maior vocação para esse Estado seria Cisjordânia e Gaza não tem como se negar esse direito ao povo palestino” (R.J.).

“Eu sou contra porque os assentamentos ficariam dentro de populações árabes muito expostas com bombas, atentados, e tem outros lugares para assentar que não na Cisjordânia” (K.R.).

Verificamos, como foi o caso da divisão de Jerusalém, que os posicionamentos divergiram marcaram diferenças no grupo. Esse processo de assentamento é um ponto muito delicado, pois de certa forma, envolve uma crítica direta aos sucessivos governos israelenses, e isso em momento algum foi à tônica utilizada nas entrevistas. Pelo contrário, os posicionamentos caminharam na direção da negação de uma crítica direta ao governo israelense. Muitas passagens nos depoimentos deixam isso claro, buscando de certa forma desqualificar as possíveis críticas com relação às questões que envolvem a política israelense.

Esses momentos de possível indiferença com relação à política, como foi observado anteriormente, se assemelham muito a defesa de posicionamentos do tipo

“querem ajudar, venham viver nossa situação, se não querem ajudar a construir isso aqui, então não critiquem, vocês não vivem a situação, então não critiquem”. Nos momentos de crítica é a identidade judaica que fala, não a brasileira. Por exemplo, nas falas dos depoentes as diversas identidades podem falar, ele é quem mobiliza as posições através da qual quer falar. R.J. deixa claro que apesar de ser brasileiro, nordestino e pernambucano, *“como judeu [...] não gostaria de ver Jerusalém dividida”*. Há momentos que eles assumem a identidade judaica, momentos onde eles têm posições claras, mas em outros preferem assumir o discurso do não envolvimento em questões que envolvam a política de Israel, pois se consideram brasileiros e não israelenses.

Como esse exemplo nos chama atenção, Jerusalém mobiliza a identidade judaica, o posicionamento enquanto judeu. Devemos levar em consideração que há problemas, como é o caso dos assentamentos, que são problemas mais específicos dos israelenses, então fica difícil o judeu em diáspora se posicionar com relação a esses problemas políticos particulares dos israelenses. Mas isso não o impede de dar a sua opinião enquanto judeu, pois o Estado de Israel tem como princípio ser um Estado para os judeus de todo o mundo. Portanto a condição de judeu perpassa a nacionalidade, seja ela brasileira ou qualquer outra. A condição judaica, em geral, libera-o a posicionar-se com relação aos problemas relacionados ao Estado de Israel. E é a partir desses posicionamentos que vamos construir os pontos de semelhança e diferença apresentado por este grupo com relação aos problemas levantados neste trabalho.

Portanto é justamente neste momento de diferença nos posicionamentos que os grupos se formam e suas identificações se apresentam. Essa diferenciação apresentada com relação à Jerusalém e aos assentamentos não vai se apresentar com relação a possível formação de um futuro Estado palestino como veremos a seguir.

4.4. Territórios e futuro Estado Palestino.

Como vimos anteriormente, dois dos quatro problemas levantados por nós vão gerar fissuras no grupo. O primeiro deles é a possível divisão de Jerusalém e o segundo, o processo de assentamentos judaicos em terras destinadas aos palestinos. Os outros dois problemas, o retorno de refugiados palestinos e o que nós vamos ver agora, a formação de um futuro Estado palestino, vão convergir para uma equivalência entre os posicionamentos.

Então, no que se refere ao Estado palestino, os posicionamentos vão se portar favoráveis à criação de um Estado palestino. Essa posição favorável está presente em todos os depoimentos, mas vale salientar que essa unanimidade tem, poderíamos dizer assim, um preço, a aceitação do Estado de Israel em um clima de paz e amizade. Mas, como todos os outros problemas, esse também tem sua história particular.

Com a eclosão da guerra de 1948, decorrente da tentativa da ONU de implementar a partilha da região, começaram a existir na Palestina os problemas em torno da questão territorial. Nesta guerra – 1948 –, Israel, através dos combates, consegue grande parte do território que seria destinado ao Estado Palestino. Diversas vilas e cidades foram anexadas e destruídas, pessoas fugiram em massa e outras foram expulsas, tornando-se desta forma refugiadas em países fronteiriços.

Após o termino das hostilidades, a região da atual Cisjordânia ficou sobre soberania da Transjordânia (atual Jordânia) e Gaza sobre soberania egípcia. Em 1967, a guerra dos Seis Dias cria um novo problema de fronteira, muito maior. Agora toda a área anterior à partilha, que seria destinada ao futuro Estado Palestino, é anexada por Israel. O Egito perdeu o controle sobre Gaza e o Sinai, e a Jordânia perdeu o controle sobre a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. O Sinai foi devolvido ao Egito em um acordo

de Paz em 1978, o Acordo de Camp David, mas Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental continuam até hoje sob soberania israelense⁵³.

A resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, datada de 22 de novembro de 1967⁵⁴, sobre a situação no Oriente Médio, “dá ênfase a inadmissibilidade da aquisição de território pela guerra”, e insta Israel que retire suas “forças armadas dos territórios ocupados no recente conflito”⁵⁵. Tal resolução não agradou a comunidade árabe, que não aceitava a existência de um segundo Estado naquela região. Em 1969, no 6º Congresso Nacional Palestino, realizado no Cairo, os seus membros, através de suas resoluções, rejeitaram a resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, que pedia a retirada israelense dos territórios ocupados em 1967. Para eles a ONU estava “reconhecendo implicitamente o Estado de Israel, e tratando a questão Palestina como um mero problema de refugiados” (Salem, 1983: 51). Essa negação da existência do Estado de Israel, como veremos mais adiante, vai ser o ponto no qual o grupo pesquisado chama atenção como sendo o principal problema no que se refere à paz com os palestinos e o mundo árabe.

Verificamos que para o grupo de entrevistados o Estado palestino tem que ser uma realidade, os entrevistados são unânimes na defesa desse futuro Estado. A formação desse Estado seria uma possibilidade bem aceita pelo grupo,

“Eu sou a favor” (S.B.).

“Eu acho perfeitamente viável e acho que deveria existir isso, eu acho viável nas terras deles” (S.Be.).

“Teoricamente acho que é uma idéia a ser contemplado, agora obviamente para que isso ocorra é necessário que os palestinos dêem bastante garantia inclusive

⁵³ Jerusalém foi anexada ao território israelense através de um projeto de lei de 1980, tornando-a sua capital una e indivisível.

⁵⁴ Por esta resolução, os territórios anexados em 1948 por Israel não voltariam para os árabes, apenas os territórios no recente conflito, portanto todos os territórios anexados anteriormente por Israel, agora faziam parte do Estado Hebreu.

⁵⁵ Guerra dos Seis dias, 1967.

militares de que eles não vão usar esse estado como pretexto para chegar mais perto da destruição do Estado de Israel” (Z.J.).

“Eu acho que é inevitável à criação do Estado palestino, uma condição sine qua non para a solução do conflito” (T.J.).

“Os israelenses vêm com muitos bons olhos isso [...] o grande receio dos israelenses é que essa pátria palestina possa descambar para radicalismos. Não é? O ultra radicalismo islâmico, e colocar em riscos as fronteiras de Israel” (R.J.).

“Sou completamente a favor” (K.R.).

“Olha eu acho que cada povo tem o direito de ter o seu mundo o seu Estado, não é? Desde que a convivência venha a ser pacífica” (M.D.).

“Não é que Israel não permite, mas Israel não permite que pra esse Estado Palestino existir é preciso que hajam homens bombas matando as pessoas dentro do seu Estado, então o governo tem a obrigação de proteger a sua população” (K.T.).

“Sou pro com todas as minhas forças, mas com uma ressalva, uma ressalva, eu sou a favor de um Estado palestino, mas dentro de um contexto real de paz não é pra ter um Estado palestino pra continuar fazendo atentado dentro do Estado de Israel se é pra continuar fazendo atentado dentro de território israelense então vai ficar como estar” (C.F.).

Apesar desta unanimidade com relação a um futuro Estado para os palestinos, algumas demandas palestinas e internacionais devem ser levadas em consideração. Uma delas é a resolução 242 que insta Israel a retornar as fronteiras de 1967, essas incluem a Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental. Esse ponto vai ser um dos principais nas negociações sobre fronteiras até hoje entre a comunidade internacional, israelenses e palestinos. Os governos israelenses, após uma vasta política de assentamentos, dizem que não há possibilidade de voltarem às fronteiras de 1967 por motivos de segurança e não abrem mão de nenhuma parte de Jerusalém que é sua capital nacional indivisível.

Tanto a ONU, UE, a Liga Árabe e os palestinos moderados só aceitam como fronteira justa para o futuro Estado Palestino, os territórios anteriores a 1967 – Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental – o que seria na visão deles o mais justo.

Em sua maioria, o grupo pesquisado acredita que tal demarcação poderia ser contemplada, e que as fronteiras do futuro Estado palestino deveriam corresponder com as fronteiras de 1967. Verificamos que as respostas favoráveis se apresentam desta maneira,

“Sim, porque aquela área é área culturalmente circunscrita a concentração anterior da população palestina” (K.T.).

“Se a paz depender disso, acho que sim” (S.B.).

“Não conheço essa demarcação” (S.Be.).

“Sim tem que estar dentro das fronteiras de 1967” (Z.J.).

“É o parâmetro inicial da discussão, é a base sobre a qual se dá, agora eu acho que vai ser inevitável algum rearranjo dessa fronteira” (T.J.).

“Sim dentro das fronteiras de 1967, isto é, Gaza e Cisjordânia” (R.J.).

“Sim, porque não” (M.D.).

Com relação às fronteiras de 1967, alguns desses depoimentos se mostram contraditórios, e outros que não acreditam ou não conhecem essa demarcação, como é o caso de S.Be. que mesmo sem ter conhecimento, é a favor, suas posições levam-no diretamente ao que é proposto pela resolução que garante as fronteiras de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental como território palestino. Nos depoimentos contraditórios, como é o caso de R.J. e M.D., as respostas aos problemas entram em contradição com a aceitação das fronteiras de 1967. Para R.J. Gaza e Cisjordânia apenas, não corresponde ao que se pede na resolução 242, Jerusalém Oriental também faz parte desta demanda territorial. O mesmo acontece com M.D., ele é favorável a essa demarcação, mas é contrário a divisão de Jerusalém. Ambos são contrários a essa divisão, não poderiam, portanto, ser a favor de tal proposta.

As respostas que negaram essa argumentação defendem que tal retorno às fronteiras de 1967 seria *“impossível, não tem como”* (K.R.). Mesmo que K.R. não

saiba responder o porquê, este acredita ser impossível tal retorno. K.R. não soube responder o porquê, mas suas posições são bastantes claras no que diz respeito a divisão de Jerusalém, K.R. não concorda com tal divisão e acredita que ela não aconteça, portanto, o retorno as fronteiras de 1967 seria impossível. Segundo a mesma posição, C.F. acredita ser um ponto

“um pouco complicado [...] eles aceitaram quando foi feita a partilha? Não, não é. Israel aceitou o território, eles não aceitaram, eles fizeram guerras sucessivas, eles perderam todas, existe um ônus meu filho, ninguém vai pedir desculpas, ninguém vai pedir desculpas porque ganhou a guerra”.

O que ficou claro para nós, com essa fissura em torno das fronteiras de 1967, é que essa homogeneidade em torno da aceitação do Estado palestino pelo grupo é ilusória. Essa equivalência de posições esconde as diferenças que existem e que foram verificadas a partir dessa demanda por fronteiras. Como é que se aceito a existência do Estado palestino e nega-se a divisão de Jerusalém, se não se reconhece as fronteiras de 1967, e se acredito os assentamentos serem funcionais. Numa primeira análise essa equivalência se torna ilusória com relação às respostas dadas aos problemas acima citados, mas o que vai garantir essa equivalência, o que vai ser assunto do nosso próximo item, é justamente a não aceitação árabe e palestina da existência do Estado de Israel como grande problema para paz esse ponto é o ponto de equivalência, de uma instável fixação do grupo pesquisado de uma forma em geral.

Todos esses posicionamentos em torno dos problemas até agora levantados foram responsáveis pela marcação da diferença neste grupo. As posições variaram e demonstraram a heterogeneidade deste grupo pesquisado, sua instabilidade em torno de sua identidade. O laço com o grupo se deu pela identificação com os problemas, através de seu campo cultural de referência, mas tal identificação se mostrou precária mediante a interação das diferenças. No entanto, esse grupo, apesar das diferenças, vai

manter sua unidade a partir de uma demanda específica, mais geral com relação ao grupo, que é a necessidade do reconhecimento pelo mundo árabe e palestino da existência do Estado de Israel.

4.5. Os principais problemas, segundo o grupo, para a paz entre israelenses e palestinos

Entre os especialistas é consenso que esses quatro problemas que foram trabalhados acima, seriam as principais questões para paz com os palestinos. Como um dos objetivos desse trabalho foi abrir espaço para que o entrevistado pudesse expor suas posições em torno desses problemas, então procuramos saber qual seria, na opinião dos entrevistados o problema para paz entre israelenses e palestinos, e quais os principais pontos a serem discutidos. Esses questionamentos tinham como objetivo principal identificar os principais problemas para o grupo. Identificado os problemas levantados pelo grupo, buscou-se compará-los com os problemas que foram apresentados acima – retorno dos refugiados palestinos, divisão de Jerusalém, processo de assentamentos e futuro Estado palestino – e verificou-se que os principais problemas são outros.

Os posicionamentos em torno do retorno dos refugiados palestinos, da divisão de Jerusalém, dos processos de assentamentos e do futuro Estado palestino foram importantes na identificação dos pontos marcadores de diferença no grupo, mas não foram esses problemas, os responsáveis pela marcação da equivalência, da unidade do grupo pesquisado.

Esses dois questionamentos sobre os problemas e os principais pontos tinham como objetivo, não apenas identificar o que se pedia, mas também buscar a

confirmação ou incoerência nas respostas. Por exemplo, se o entrevistado considera como problema o não reconhecimento da existência de Israel pelos árabes, logicamente esse seria o principal ponto que ele queria que fosse discutido em um futuro processo de paz. Portanto, com relação aos entrevistados poderíamos afirmar que houve coerência nas respostas de uma forma geral.

Levando em consideração que os problemas levantados pelo grupo diferem dos problemas por nós apresentados, eles de certa forma vão se relacionar gerando em nosso entendimento uma cadeia de equivalência, onde a necessidade de reconhecimento da existência de Israel vai ser a demanda geral, o ponto de unidade neste grupo.

Verificamos que basicamente dois grupos se formaram em torno de dois temas. O primeiro, vamos chamá-lo de grupo A, se organizou em torno do reconhecimento da existência do Estado de Israel, e o segundo, o grupo B, se organizou em torno de questões que envolvem aspectos religiosos. Com relação à existência do Estado de Israel os posicionamentos do grupo A se apresentam desta forma.

“é o respeito de um pela existência do outro [...] os árabes não reconhecem a existência do Estado de Israel, não admitem desde que foi declarada a partilha em 1947, eles não admitem que exista um Estado Judeu então a partir daí fica muito difícil [...] é o reconhecimento e o reconhecimento da existência do povo judeu [...] esse reconhecimento eu acho que é fundamental” (S.B.).

“Uma das questões básicas ao meu ver foi a não aceitação por parte do mundo Árabe do direito a existência do Estado de Israel. Esse seria um dos pontos primordiais da existência do conflito [...] da maior parte das lideranças judaicas houve uma aceitação, os grupos dentro da comunidade judaica da então Palestina que se opunham a partilha eram minoritários e se submeteram a vontade majoritária. E algo talvez um pouco parecido com o processo do que esteja acontecendo hoje em dia do lado Palestino” (T.J.).

“O problema é a aceitação dos palestinos a aceitação do Estado de Israel que até agora eles negaram a existência de Israel” (K.R.).

“a existência do Estado Palestino e a continuidade da existência do Estado de Israel esse é o primeiro ponto, indiscutivelmente é o ponto mais importante” (K.T.).

“É o reconhecimento pelos palestinos da existência do Estado de Israel enquanto isso não houver nada vai avançar” (Z.J.).

O tema religioso, tema principal do grupo B, vai ser composto por problemas que, de certa forma, estão relacionados com aspectos mobilizados do campo religioso. Carregam consigo aspectos ligados à religião, como é o caso dos grupos radicais, onde temos como exemplo o Hamas, grupo fundamentalista islâmico, e de Jerusalém que mobiliza aspectos religiosos de ambos os lados. Jerusalém não é apenas uma questão judaica, mas é uma questão árabe islâmica também.

Com relação aos posicionamentos, o grupo B apresenta-os desta maneira,

“Eu acho que eles não estão querendo [...] eu sei que Israel tentou varias vezes fazer a paz sempre encontra uma dificuldade principalmente o lado de lá que são pessoas ortodoxos vamos dizer na religião maometana, os ortodoxos judeus também são do mesmo jeito sabe como é, eles não admitem certas coisas, eu acho tão difícil essa paz espero que um dia aconteça sinceramente falando, eu espero muito mesmo que um dia aconteça mais eu acho muito difícil, muito difícil. [...] o problema religioso influi muito, influi muito, o primeiro problema é o religioso e o segundo problema, [...] o problema de terra eu não vejo muito problema no problema de terra que pode ser dividido aquilo ali, eles concordarem em dividir, eu acho que outro grande problema está em Jerusalém né, na divisão de Jerusalém que os judeus ortodoxos não admitem de jeito nenhum a divisão, esses é um dos motivos” (S.Be.).

“O principal problema hoje é o Hamas porque o conflito antes era só nacional agora entrou um componente religioso islâmico tanto é que o próprio Hamas briga com a autoridade Palestina” (Z.J.).

“Acho que ainda há grupos de radicais que ainda exercem através de uma atuação muito forte, eles conseguem impedir os avanços” (R.J.).

“Eu acredito que o problema territorial é grave sobre tudo sobre a questão de Jerusalém” (R.J.).

Além destes dois grupos, outras posições aparecem, mas sem tanta expressão, é o caso da, *“segurança para Israel” (C.F.)*, *“onde cada um se sinta protegido em seu território” (M.D.)*, uma *“força neutra necessária para que esses diálogos sejam concluídos” (M.D.)*, *“a existência do Estado palestino” (K.T.)*, *“os problemas dos refugiados” (C.F.)*, e *“um desejo político de resolver” (C.F.)* todos esses problemas.

Vamos considerar neste trabalho, esses problemas como secundários com relação aos problemas principais, que acreditamos ser os levantados pelos grupos.

Desses problemas acima citados, o problema da segurança é um dos que podem ter relação direta com o principal problema escolhido pelo grupo, que é o reconhecimento pelos árabes e palestinos da existência do Estado de Israel em paz e segurança. Por mais poder de dissuasão que Israel tenha contra os árabes e palestinos, como realmente têm, isso não garante a segurança e a imunidade de ataques terroristas de grupos radicais e fundamentalistas.

Isso é fato e é uma realidade constante em território israelense. Recentemente tivemos a guerra no sul do Líbano contra o Hizbollah, os constantes ataques do Hamas no sul de Israel, a desconfiança constante com relação a Síria e os ataques verbais do presidente do Irã proclamando a destruição de Israel e dando continuidade a seu programa nuclear. Poderíamos, portanto relacionar o problema da segurança com o reconhecimento pelos árabes e palestinos da existência em paz e segurança do Estado de Israel. O reconhecimento traria consigo uma segurança para ambos os povos e nações, e possivelmente, um ambiente de paz.

Portanto esse ponto de equivalência, que é o reconhecimento, vai ser o problema principal, que tem que ser resolvido para que os problemas secundários possam vir a ser discutidos e negociados. Estes problemas estão, de certa forma, em relação de dependência com o problema principal. O reconhecimento vai representar de uma forma geral as outras demandas marcadas pela diferença. O grupo, com relação aos problemas específicos como o retorno dos refugiados palestinos, a divisão de Jerusalém, os processos de assentamentos e o futuro Estado palestino, vai marcar diferença e de certa forma condiciona-los a essa demanda geral que é o reconhecimento da existência de Israel em segurança e paz.

Esse reconhecimento é tido como demanda geral, devido a sua capacidade de estar representado tanto no grupo A como vimos anteriormente, quanto em relação com os problemas religiosos do grupo B. O grupo B quando elege o Hamas e os grupos radicais como principal problema, nos chama atenção para o fato de que as linhas ideológicas e as posições do Hamas e desses grupos são representadas por um discurso com forte componente religioso e com concepções radicais de resolução de conflitos, como a destruição de Israel e o não reconhecimento de sua existência. Isso nos demonstra que o discurso do Hamas, e sua eleição como o inimigo número 01 de Israel, junto com o Irã e os outros grupos radicais, como o Hizbollah, é coerente com a demanda geral deste grupo.

Portanto, através deste reconhecimento é provável que o retorno dos refugiados palestinos ao que é hoje Israel, o que não é aceito pelo grupo, possa em um segundo momento ser aceito, não a aceitação de um retorno em massa, mas o retorno de alguns refugiados como ato simbólico e de boa vontade. Concretamente esse retorno pode vir a acontecer em Gaza e Cisjordânia, como alguns entrevistados indicaram, mas vai depender desse contexto de paz, desse reconhecimento.

A divisão de Jerusalém pode vir a ser aceita, dependendo também de um contexto de paz. A divisão de Jerusalém, um dos grandes entraves, irá requerer muitas discussões em torno de como vai se dar essa divisão, mas poderíamos dizer que a sua negação poderia ser revista por alguns entrevistados.

As posições em torno dos assentamentos serão a de sua completa desmobilização. Claro que isso dependerá do contexto de paz e reconhecimento, pois a última devolução de terras por Israel, vista como uma tentativa de se buscar a paz teve um efeito contrário na visão do grupo, só fez aumentar os disparos de foguetes para o sul de Israel.

Com todos esses problemas anteriores possivelmente resolvidos, a realização do Estado palestino reconhecendo a existência de Israel e vivendo em paz com seu vizinho será com certeza bem aceita pelo grupo. Portanto, apesar das diferenças de posicionamento com relação às demandas secundárias, podemos dizer que em torno da demanda geral, que é o reconhecimento, o grupo encontra seu ponto de fixação provisória, resguardando sua unidade, através deste posicionamento que direta e indiretamente está contida nas diferentes posições.

Outro problema, que foi verificado neste trabalho, para paz entre israelenses e palestinos é a visão negativa que é passada pelo grupo com relação aos palestinos. A visão negativa com relação ao “outro” gera problemas concretos com relação ao diálogo entre ambos. Fronteiras são erguidas, impedindo a aproximação e legitimando a exclusão, a negação, de uma forma prejudicial para ambos os lados. Muitas vezes a visão negativa que é construída está deslocada da realidade, mas mesmo assim é utilizada na mobilização de sentimentos negativos com relação ao outro, deixando-o numa situação desprivilegiada num futuro diálogo. Essa visão negativa do grupo com relação aos “outros” é assunto de nosso próximo item.

4.6. O outro.

Neste ponto queria chamar atenção para um fator muito importante e que está relacionado com o reconhecimento. Seria a desconstrução da visão negativa que se tem do mundo árabe, do palestino. No contexto atual, o outro nessa relação seria o mundo árabe e não o palestino, como mencionamos anteriormente, mas nessa relação de constituição do judeu não apenas o mundo árabe é mobilizado, mas as diferenças internas. Os outros externos nesta relação seriam os árabes e os palestinos, e os outros

internos seriam os israelenses e judeus ortodoxos estes influenciam na construção da identidade do grupo e na construção de sua narrativa enquanto judeu. Com relação ao grupo pesquisado a relação de diferenciação com o mundo árabe é mais nítida.

Essa visão com relação ao mundo árabe quando generalizada, não leva em conta a diferença existente no interior dos grupos e condenam todos a mesma visão negativa. Em todos os conflitos no mundo o que diretamente os alimenta são as visões negativas construídas no intuito de demonizar o inimigo.

Segundo Laclau (2005) *“es mediante a demonización de un setor de la población que una sociedad alcanza un sentido de su propia cohesión”* (2005, p.94). E é justamente para esse processo de demonização que Said (2003) chama atenção. Para ele esse processo de demonização do outro, é responsável pela visão negativa que o Ocidente tem do Oriente, e mais especificamente dos palestinos.

Os palestinos, segundo Said (2003), são vistos como não sendo *“seres reais, mas fantasias de quase tudo o que pode ser demonizado e desprezado, em especial o terrorismo e o anti-semitismo”* (Said, 2003, p.94). Vende-se a imagem, ainda segundo Said (2003), de que a violência é uma prática palestina, *“de que Israel é uma vítima dos palestinos, de que Israel quer a paz e está esperando que palestinos se alinhem com sua magnanimidade e moderação”* (2003, p. 117). Said (2003) também chama atenção para que se tome cuidado com o discurso de que *“tudo o que Israel faz transforma-se em retaliação, e tudo o que os palestinos fazem é violência ou terror (em geral) ambos”* (2003, p.122).

Said (2003) nos chama atenção para o fato de resguardar-nos de não separarmos a linguagem da realidade. Portanto, considerando que a linguagem é realidade, e que é através dela que construímos a realidade, devemos ter cuidado quando a realidade é lida de outra maneira, com o intuito de encobrir o fato real. Os

discursos de ambos, judeus e árabes, muitas vezes, através da linguagem, buscam manipular os fatos a favor de seus interesses. Fato comum em situações de conflitos.

Apesar das críticas, e do seu apoio à causa palestina, as posições de Edward W.Said vão de encontro ao campo radical no qual fazem parte o Hamas e a Jihad Islâmica, para ele só há um caminho para esses dois povos, que é o da coexistência.

“A maioria de nós ainda não aceita a idéia de que os judeus israelenses estão aqui para ficar, que eles não irão embora, da mesma forma que os palestinos também não irão” (Said, 2003, p. 108).

De acordo com a visão do grupo os palestinos são vistos pela grande maioria como uma *“ameaça”*, o *“inimigo que quer nos matar”*, que foi educado desde criança em escolas que fazem propaganda da violência, são crianças condicionadas a ter ódio de judeus. Em alguns aspectos o grupo chama atenção para o fato de que, o outro é visto tendo uma lógica diferente da lógica deles.

O outro vive, segundo alguns relatos, em *“regimes de imposição”*, suas lideranças pregam um *“discurso de ódio, intolerância contra os judeus”*, coisa que *“não se vê em Israel, no discurso de uma liderança maior”*. Para um dos entrevistados, eles seriam *“vítimas dos países árabes, não de Israel”*, pois *“o governo israelense tem outra mentalidade”*, eles tratam seus irmãos de uma outra maneira⁵⁶.

O grupo busca marcar diferença, mantendo um distanciamento da ortodoxia e do fundamentalismo. Essa uma característica da comunidade local.

“Não existindo um cheder⁵⁷ ou uma yeshivá para o ensino elementar ou avançado dos textos talmúdicos, não se formou uma mentalidade religiosa ativa. Compreende-se, assim, porque o sionismo encontrou na comunidade do Recife

⁵⁶ As guerras árabe-israelenses não geraram apenas os refugiados palestinos, mas também muitos refugiados judeus de países árabes no Oriente médio e África. Esses refugiados eram em número de 700.000 judeus aproximadamente, estes foram absorvidos no Estado de Israel e se tornaram cidadãos reabilitados com direitos integrais. É justamente com relação a isso que se fez a menção da diferença de mentalidade entre o governo de Israel e os governos árabes que, segundo o entrevistado, ainda mantém seus irmãos como refugiados, muitos ainda em tendas nos desertos e estes não são capazes de absorvê-los, de darem a eles uma vida digna apesar de serem irmãos.

⁵⁷ Escola elementar religiosa.

espaço fértil para a auto-identificação dos judeus, no contexto da história da presença judaica no mundo” (Kaufman, 2005, p. 180).

A ortodoxia e o fundamentalismo são bastante utilizados para a classificação do outro. Mas esses adjetivos não são apenas direcionados aos palestinos, aos árabes, mas aos judeus ortodoxos. Como deixa claro um entrevistado, *“os gaviões belicistas e os loucos existem dos dois lados”* (C.F.), portanto, da mesma forma que existe uma minoria palestina que advogam a destruição de Israel, existe também uma minoria judaica que deseja expulsar os árabes, são os *“ultra direitista, eles advogam a expulsão da população árabe de dentro de Israel, que é um absurdo”* (T.J.).

Na fala dos depoentes fica claro que o fundamentalismo existe dos dois lados, mas em algumas falas nota-se uma ressalva, a de que os ortodoxos judeus, estes *“tem uma razão diferente das pessoas que não são ortodoxas”, “não reconhecem o direito palestino, mas são controlados”*, coisa que não acontece do lado palestino. O que a direita-religiosa israelense advoga é que

“houve uma guerra, numa guerra você pode ganhar ou você pode perder, quem iniciou a guerra foram os árabes, nós aceitamos o acordo de 1947, e nessa guerra, vocês perderam, então eu não vou devolver esses territórios, porque foi uma guerra”(Z.J).

O grupo procura distanciar-se de tais posicionamentos, advogando um tom mais conciliatório. Um outro grupo importante neste jogo de diferenciação é o Hamas. A visão do grupo local com relação ao Hamas é quase unânime, é uma visão bastante negativa. O Hamas é visto como inimigo por excelência da paz entre israelenses e palestinos. Como vimos acima o ponto que une os depoentes em uma possível equivalência de posições, e numa provável identidade é a eleição da negação da existência do Estado de Israel pelos países árabes como um dos problemas para paz, e conseqüentemente a rejeição do Hamas enquanto parceiro em qualquer negociação. O Hamas para os judeus e para o mundo, de uma forma em geral, prega abertamente a

destruição do Estado judeu. Neste sentido ele vai justamente de encontro à identificação geral, que é a necessidade da aceitação do Estado judeu, e se apresenta não apenas como o diferente, mas como o oposto, contrário às aspirações do grupo.

O Hamas é uma “*organização terrorista*”, um “*grupo radical*”, “*eles não aceitam Israel e não querem dialogar*” (K.R.). Acredita-se que “*esse terrorismo todinho tá com o Hamas, eu não concordo não, e [com relação a vitória do Hamas nas eleições palestinas] não achei bom não, achei que vai dificultar a paz*” (S.Be.). O Hamas como mencionado acima “*é uma organização terrorista aí é, como você vai negociar com as pessoas que dizem que querem matar você?*” (C.F.).

Outro ponto importante que chamou atenção foi a vitória do Hamas nas eleições palestinas. Segundo Z.J. “*é uma coisa terrível porque o Hamas não está apenas em guerra com Israel, o Hamas está em guerra com os próprios palestinos que não são religiosos e que não seguem a linha do Al Qaeda*⁵⁸”. O Hamas teria uma visão de governo

“comprometido com a visão teocrática, com a visão religiosa, com seu código de valores, que com suas responsabilidades políticas. [...] eu acho que o Hamas é muito mais comprometido com essa visão islâmica do que com a visão nacional árabe. Então acho que foi ruim muito ruim pro processo” (T.J.).

Portanto, “*são pessoas que cujos hábitos são de maior violência são muito pela guerra*” (M.D.).

Como bem vimos o outro que se apresentou nas entrevistas é formado pelos árabes, palestinos, ortodoxos, religiosos e terroristas. A visão com relação a eles é uma visão que de alguma maneira busca diferenciar de forma hierárquica. Essa hierarquia vai se dar justamente na construção de dois campos bem definidos, o “*nós*” e o “*eles*” sendo o “*nós*” a negação do “*eles*”, e o “*eles*” o outro que foi apresentado acima. Essa

⁵⁸ A base, grupo criado no final dos anos 80 por Osama Bin Ladem com o objetivo de reunir os árabes que haviam ajudado os afegãos a derrotar os soviéticos. O grupo quer criar um califado pan-islâmico no mundo e expulsar os ocidentais dos países muçulmanos, o grupo tem conexões em todo o mundo.

representação negativa pode ser um entrave para a aproximação, a convivência pacífica, e conseqüentemente, para futuras conversações de paz. A visão que se passa é a de que os árabes, e conseqüentemente os palestinos são, os únicos culpados de tudo isso. Isso é preocupante porque passa a visão de que tal conflito só existe por causa deles, e de que a fonte dos problemas israelenses são os palestinos. Essa visão é preocupante em qualquer situação a diferença de poder militar é incomparável, e essa visão negativa, demonizada do outro, pode levar a se tomar medidas contra os possíveis causadores desse problema.

Deve-se, portanto, ter em mente que essa visão negativa foi construída durante o processo histórico e que pode ser desconstruída. Essa visão pode vir a ser desconstruída na direção de uma maior aproximação, de uma convivência.

Deve-se chamar atenção para o fato de que nem todo árabe, ou palestino é terrorista, e nem todo judeu, um ortodoxo-religioso interessado na construção da “Grande Israel” na palestina. Os radicais existem dos dois lados. Só resta aos moderados acharem o “mapa” que leve ao “caminho” da convivência, e não ao endurecimento de posições como foi percebido nas entrevistas. O que podemos constatar é que o caminho da intolerância no conflito está ganhando espaço nos discursos e ações de ambos os lados, e isso de certa forma em determinados momentos refletiu-se nas entrevistas. A história mostra que o caminho da intolerância só traz mais dor e sofrimento para ambos os lados. E um dos caminhos, ou o caminho como bem elegeu o grupo está no reconhecimento de um pela existência do outro, da aceitação, da tolerância, onde ambos possam juntos caminhar para o entendimento.

Esse possível caminho foi abordado nas entrevistas e vai ser assunto de nosso próximo item.

4.7. O Caminho para Paz

Depois de toda essa discussão em torno dos problemas que travam os processos de paz e que são responsáveis pela permanência de um conflito que se arrasta por 60 anos. Vamos, através dos posicionamentos, indicar os caminhos para paz, segundo a visão do grupo. Os posicionamentos se apresentam desta maneira

“O caminho é a educação [...] retomar a possibilidade da população pobre árabe ter emprego” (K.T.).

“A solução é a coexistência, é existir um país Palestino e um país judeu que ambos sejam vizinhos e coexistam pacificamente se ajudando mutuamente” (S.B.).

“É muita reunião pra poder resolver isso, com gente que tenha força, porque o presidente da palestina, aquilo não tem força, o Hamas que domina lá, faz o que quer, acho tem que ter, sentar na mesa todo mundo, inclusive as grandes potências” (S.Be.).

“É reconhecimento mútuo. Se não houver um reconhecimento mútuo não há condição de haver a paz” (Z.J.).

“O caminho é a criação do Estado palestino e o reconhecimento implícito do lado palestino do direito de Israel a existência” (T.J.).

“Tem que esses Ahmadinejad da vida parar de falar chavões nazistóides incompatíveis com o século XXI [...] um recado que o Ahmadinejad deveria dar ao seu povo é vamos esquecer desavença passadas estender as mãos aos nossos vizinhos de forma sincera” (R.J.).

“A Síria e o Irã não alimentarem mais com dinheiro e armamento” (K.R.).

“Eu não acredito que haja ódio entre as pessoas e sim é a política, eles cada um, ouve desde criança, ele é estimulado muitas vezes a intolerância você nem sabe o porquê você nem gosta do outro, mas é que alguma coisa foi implantando em você em que o preconceito inicia-se desde da infância” (M.D.).

“Eu acho que tem que ter uma vontade política eu acho que Israel quer a paz e eu acho que grande parte da população palestina quer a paz, agora que infelizmente essa população, em Israel tem pessoas que não querem a paz é uma minoria que não sai jogando foguete na cabeça dos palestinos, mas então se essa maioria que eu acredito uma maioria silenciosa de palestinos conseguir sobrepujar os fanáticos os terroristas vai haver uma paz duradoura” (C.F.).

As posições em torno do caminho vão marcar diferença no grupo, mas vai confirmar a importância do reconhecimento como fator de mobilização do grupo em

torno desse problema. Essa busca pelo reconhecimento do outro, é importante, quando o objetivo é o combate a exclusão, o preconceito e a intolerância.

Esse combate vai ser direcionado aos seus agentes, que são justamente os grupos radicais, o Irã e a Síria, que através de suas ações mobilizam sentimentos de intolerância, e alimentam a violência com seus discursos de negação e destruição de Israel. Mas não basta apenas os árabes e palestinos reconhecerem o direito de Israel a existir, de buscar combater a cultura de ódio e intolerância, na qual são vítimas as suas crianças, combater o terrorismo, se não tiver a contrapartida israelense, e dos judeus de todo mundo. Israel também deve assumir responsabilidades neste processo de paz se quiser realmente um dia chegar à paz.

Não adianta construir os muros sem antes acabar com a ocupação que já duram 41 anos, não adiantam os assassinatos seletivos e as punições coletivas, como a demolição de casas, isso tem efeitos colaterais, como a morte de civis inocentes dando aos grupos radicais os motivos para mais atentados contra mais civis inocentes, outro crime covarde. O muro de proteção diminuiu os ataques terroristas dos palestinos vindo de fora de Israel, Cisjordânia e Gaza, mas não impediu os ataques vindo de dentro de palestinos moradores de Jerusalém.

Por isso ser de fundamental importância para esse grupo o reconhecimento, pelo mundo árabe, da existência de Israel em segurança, segundo eles, esse seria o caminho da paz e da resolução dos outros problemas. Sem esse reconhecimento fica difícil.

Considerações finais

Em um contexto mais geral, de num mundo globalizado marcado pela fragmentação das identidades, em que emerge a concepção e presença de um sujeito descentrado, fragmentado, fruto direto desse contexto de intensos conflitos em torno da questão identitária, o processo de identificação se apresentou, neste trabalho, como marcador de diferença e afirmação. Construída a partir da relação de conflito entre judeus e palestinos, estes identificados com o mundo árabe. Marcador de diferença devido aos diferentes campos simbólicos que constitui a relação de diferença entre o judaísmo e o mundo árabe.

Em um contexto mais específico, o Estado de Israel e os israelenses, se encontram em intensa desconfiança. No sul, a saída de Gaza, vista por esse grupo pesquisado como um passo para paz, dado por Israel, não foi bem aceito pelos palestinos, e Israel continua sendo alvo constante de mísseis lançados de Gaza. No norte, o Hizbollah continua ganhando espaço no Líbano através de intensos combates com o governo, buscando desta maneira desestabiliza-lo. O Irã e a Síria são vistos, pelo grupo pesquisado como os principais financiadores dos grupos radicais, e o Irã, em específico, através de seu presidente que assume uma retórica de destruição do Estado de Israel, de sua eliminação. Portanto, não é por menos que os sucessivos governos israelenses assumiram uma política linha dura. As movimentações ao redor do Estado de Israel são vistas como movimentações de hostilidades e permanente tensão.

Dentro deste cenário, os posicionamentos demonstraram que a relação entre o grupo pesquisado e o Estado de Israel, através de seus aspectos culturais que foram trabalhados anteriormente, existe e é fator impulsionador no processo de identificação

com os problemas referentes ao conflito entre os israelenses e o mundo árabe. Dentro do jogo da identificação e da diferença, processo importante no entendimento das identificações e diferenciações internas ao grupo, encontramos um ponto comum que é unânime ao grupo pesquisado que é o não reconhecimento do Estado de Israel, condição básica para um acordo de paz.

Esse reconhecimento vai ser o problema principal, que tem que ser resolvido para que os problemas secundários possam vir a ser discutidos e negociados. Estes problemas estão, de certa forma, em relação de dependência com o problema principal. O reconhecimento vai representar de uma forma geral as outras demandas marcadas pela diferença. O grupo pesquisado, com relação aos problemas específicos como o retorno dos refugiados palestinos, a divisão de Jerusalém, os processos de assentamentos e o futuro Estado palestino, vai marcar diferença e de certa forma condicioná-los a essa demanda geral que é o reconhecimento da existência de Israel pelo mundo árabe em segurança e paz.

Demonstramos que a diferenciação se apresentou nos posicionamentos em torno dos problemas – retorno dos refugiados palestinos, divisão de Jerusalém entre árabes e judeus, processo de assentamentos judaicos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental e o futuro Estado palestino. No que se refere ao retorno dos refugiados palestinos, o grupo demonstra uma identificação frágil com relação à negação desse retorno, há posicionamentos que podem vir à aceita-lo, mas sobre condições. Com relação à Jerusalém o grupo se divide demonstrando indícios de heterogeneidade de posicionamentos. Uns são contra a divisão e outros a favor.

Com relação aos assentamentos judaicos os posicionamentos divergiram marcando diferenças no grupo. Esse processo de assentamento judaico é um ponto muito delicado, pois de certa forma, envolve uma crítica direta aos sucessivos

governos israelenses, e a seus irmãos, isso em momento algum foi à tônica utilizada nas entrevistas. Pelo contrário, os posicionamentos caminharam na direção da negação de uma crítica direta aos governos israelenses.

Com relação ao futuro Estado palestino criou-se num primeiro momento uma homogeneidade, mas ficou claro, para nós, com a fissura em torno das fronteiras de 1967 que essa homogeneidade em torno da aceitação do Estado palestino, pelo grupo pesquisado, é ilusória, irreal. Essa equivalência de posições esconde as diferenças que existem e que foram verificadas a partir dessa demanda por fronteiras. Contradições foram verificadas nesses posicionamentos, por exemplo, como o sujeito pode ser a favor das fronteiras de 1967 se é contra a divisão de Jerusalém? Não pode, isso não existe.

As posições do grupo pesquisado são de total apoio ao Estado de Israel. De uma forma geral, não se vê críticas a esse Estado. Poderíamos concluir dizendo que houve um “*endurecimento*” com relação ao processo de paz com os palestinos, a confiança nos palestinos foi afetada, e a vitória de um inimigo declarado como o Hamas nas eleições palestinas sinalizou para esse grupo um radicalismo nas posições da população palestina. Portanto ser o reconhecimento o principal problema para paz.

O caminho sem sombra de dúvida é o reconhecimento, o reconhecimento de que estas duas nações devem buscar o caminho da coexistência e não da destruição mútua. O caminho da cooperação, e não de medidas unilaterais, o caminho da moderação e não o do endurecimento de posições, infelizmente, comportamento verificado no decorrer das entrevistas.

Como vimos os problemas em torno da paz entre israelenses e palestinos mobilizaram a identificação do grupo pesquisado, no entanto, algumas questões surgiram, como é natural em um processo de pesquisa, relacionadas com a

problemática deste trabalho. Será que poderíamos esperar a mesma posição de identificação com relação à comunidade árabe? Será que os árabes, ou árabe-palestinos, residentes no Recife se identificariam com essa questão que envolve os seus irmãos palestinos? Como eles iriam se posicionar? Ou ainda, como os judeus brasileiros residentes em Israel percebem esse problema? Com uma mudança de contexto, será que serão mobilizados os mesmos aspectos identitários mobilizados pelo grupo local pesquisado? Ou não? Se não, quais seriam esses aspectos? Essas questões comparativas surgem como possíveis especulações em futuras pesquisas.

Bibliografia.

- ADEL, Yahya (2001). “Negociar a Questão dos Refugiados Palestinos” In *Panorama da Conjuntura Internacional* n° 11, Set / nov. :11-13.
- ALTHUSSER, Louis (1999). “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado (Notas para uma investigação)” In Slavoj Zizek (org.). *Um Mapa da Ideologia*. Tradução Vera Ribeiro. 1º Reimpressão. Rio de Janeiro. Contraponto.
- AMSTRONG, Karen (2001). *Em nome de Deus: o fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo. Companhia das Letras.
- ARBEX JR, José (2002) “NazIsrael” In *Caros Amigos*, n° 61, Ano VI, Abril.: 17.
- AZRIA, Régine (2000). *O Judaísmo*. Tradução Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo, EDUSC.
- BARD, Mitchell G. (2004). *Mitos e Fatos. A Verdade sobre o conflito Árabe-Israelense*. Tradução Uri Lam. São Paulo. Editora e Livraria Sêfer.
- BARDIN, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero e Augusto Pinheiro. Lisboa, Edições 70.
- BAUER, Martins W & AARTS, Bas (2002). A Construção do Corpus: um princípio para a Coleta de Dados Qualitativos. In BAUER, M. W. e GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Vozes.
- BAUER, Martins W. (2002). Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In BAUER, M. W. e GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Vozes.
- BAUMAN, Zygmunt (2005). *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BURITY, Joanildo A. (Org.) (2002). *Cultura e Identidade: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP & A.
- BUTTIN, Maurice (2000). “Imperialismo, Sionismo e Palestina” In Gilles Pewault (org), *O Livro Negro do Capitalismo*. Tradução Ana Maria Duarte, 3ª Edição. Rio de Janeiro, Record: 131-139.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (1988). *O Anti-semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930 – 1945)*. Prefácio Antonio Candido. São Paulo. Editora Brasiliense.
- CASTELLS, Manuel (2001). “Introdução: Nosso Mundo, Nossa Vida” In Manuel Castells, *O Poder da Identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhapdt. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- CATTAN, Henry (1974). *A Palestina e o Direito Internacional: Aspectos Jurídicos dos Conflitos Árabe-Israelense*. Tradução Aurélio de Lacerda. Paraná. Grafipar.
- CHARAUDEAU, Patrick. & MAINGUENEAU, Dominique (Org.) (2004). *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução Fabiana Komesu. São Paulo, Contexto.
- CLEMESHA, Arlene (1998). *Marxismo e Judaísmo: História de uma relação difícil*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- DEMANT, Peter (2001a). “A Camuflagem Religiosa de um Conflito Nacional”. *Ciência Hoje*, Vol. 30. n° 177. pp. 31-36.
- DEMANT, Peter (2001b). “Israel- Palestina: As Opções Possíveis” In *Panorama da Conjuntura Internacional* n° 09, Maio / Ago. :17-20.

- DEMANT, Peter (2002a). “O Desmoroamento dos Moderados’ In *Panorama da Conjuntura Internacional* n° 13, Ano 04 Maio / Jun. 10-11.
- DEMANT, Peter (2002b). “O Fracasso das Negociações de Paz Israel-Palestina”, Tradução Eliane Maria Rosenberg Colorni In Gilberto Dupas e Tullo Vigevani (Org.). *Israel – Palestina: A Construção da Paz Vista de uma Perspectiva Global*. São Paulo. Editora UNESP.
- DEMANT, Peter (2002c). “Identidades Israelenses e Palestinas: Questões Ideológicas”, Tradução Eliane Maria Rosenberg Colorni In Gilberto Dupas e Tullo Vigevani (Org.). *Israel – Palestina: A Construção da Paz Vista de uma Perspectiva Global*. São Paulo. Editora UNESP.
- DEMANT, Peter (2004a). “Análise: Assassinato de Yassin abrirá nova rodada de violência”. Especial para *Folha Online*, 23/03/2004 – 10h 11.
- DEMANT, Peter (2004b). “Três Anos Depois: O Oriente Médio Após 11 de Setembro” In *Panorama da Conjuntura Internacional* n° 23, Ano 6 Out / Nov. :14-16.
- DEMANT, Peter (2005). Oriente Médio Rumo a Democracia? In *Panorama da Conjuntura Internacional*. n° 25, Ano 7 Maio / Jun. : 1-3.
- DEWS, Peter (1999). “Adorno, Pós-estruturalismo e a Crítica da Identidade” In Slavoj Žizek (org.). *Um Mapa da Ideologia*. Tradução Vera Ribeiro. 1° Reimpressão. Rio de Janeiro. Contraponto.
- DOMINGUES, José Mauricio (2001). “Significado e Interação: O Interacionalismo Simbólico e a Fenomenologia” In José Maurício Domingues, *Teorias Sociológicas no Século XX*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- DUPAS, Gilberto & Vigerani, Tullo (org) (2003). *Israel-Palestina: A Construção da Paz Vista de uma Perspectiva Global*. São Paulo. Editora Unesp.
- FONTETTE, François de (1989). *História do Anti-Semitismo*. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- FOUCAULT, Michel (1982). “O Sujeito e o Poder” In Hubert L. Dreyfus & Paul Rabinow (org.). *Michel Foucault uma trajetória Filosófica: Para além do Estruturalismo e da Hermenêutica*. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (2002). *A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8° Edição. São Paulo. Edições Loyola.
- FOUCAULT, Michel (2002). *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro. Edições Graal.
- FREUD, Sigmund (1978). In Jayme Salomão (Org.) *Freud*. Tradução Durval Marcondes ... (et al.). São Paulo. Abril Cultural. (Os Pensadores).
- GAARDEN, Jostein & HELLERN, Victor, Notaker. (2000) “Religiões Surgidas no Oriente Médio” In Hellern, Victor [ET AL]. *O Livro das Religiões*. 7ª Edição, Tradução Isa Mara Lando. São Paulo. Companhia das Letras: 97-136.
- GIDDENS, A. (2000). *Mundo em Descontrole: O que a globalização está fazendo de nós*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo. Editora Record.
- GIDDENS, A. (2002). *Modernidade e Identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.
- GOLDBERGE, David J e RAYNER, John D. (1989). *Os Judeus e o Judaísmo: História e Religião*. Tradução Paulo Geiger e Carlos André Oighenstein. Rio de Janeiro, Xenon Editora.

- GOMES, Aura Rejane (2001). *A Questão da Palestina e a Fundação do Estado de Israel*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado em Ciência Política.
- HABERMAS, Jurgen (2004). *A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política*. Tradução George Sperber, et alii. 2º Edição. São Paulo. Edições Loyola.
- HALL, Stuart (2000). “Quem Precisa da Identidade?” In Tomaz Tadeu da Silva (Org.). *Identidade e diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ. Vozes.
- HALL, Stuart (2001). *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaraci Lopes Louro. 5ª Edição. Rio de Janeiro. DP&A.
- HALL, Stuart (2003). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Organização de Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardiã Resende ... [et al]. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- HOURANI, Albert (1994). *Uma História dos Povos Árabes*. Tradução Marcos Santarrita. 2ª Edição. São Paulo, Companhia das Letras.
- LACAN, Jacques (1999). “O Estádio do Espelho como formador da função do Eu” In Slavoj Žižek (org.). *Um Mapa da Ideologia*. Tradução Vera Ribeiro. 1º Reimpressão. Rio de Janeiro. Contraponto.
- JOAS, Hans (1999). “Interacionismo Simbólico” In Anthony Giddens e Jonathan Turner (Org.). *Teoria Social Hoje*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo. Editora UNESP.
- JOHNSON, Allan G. (1997). *Dicionário de Sociologia: Guia Político da Linguagem Sociológica*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores. :177-178.
- KAUFMAN, Tânia N. (2005). *Passos Perdidos – História Recuperada. A Presença Judaica em Pernambuco – Brasil*. 4o Edição. Recife, ENSOL.
- KLEIN, Menachem (2002). “Da Intifada ao Acordo Possível” In *Panorama da Conjuntura Internacional*, nº 24, Ano 6, Abril :12-13.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal (1990). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires. Nueva Visión.
- LACLAU, Ernesto (1993). “Discourse” In GODDIN, R. e PETIT, P. (Eds). *The Blackwell Companion to Contemporary Political Philosophy*. Oxford: Blacweel.
- LACLAU, E. (2006). “Inclusão, Exclusão e a construção de Identidades” In Aécio Amaral JR & Joanildo Burity (Org.). *Inclusão Social: Identidade e Diferença. Perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume.
- LESSER, Jeffrey (1995). *O Brasil e a Questão Judaica: Imigração, Diplomacia e Preconceito*. Tradução Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro. Imago.
- MATTERLART, Armand & NEVEU, Érik (2004). *Introdução aos Estudos Culturais*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo. Parábola Editorial.
- MEZAN, Renato (1988). “Identidade e Cultura” In Renato Mezan, *A Vingança da Esfinge. Ensaios de Psicanálise*. São Paulo. Editora Brasiliense.
- MJRJ – Museu Judaico do Rio de Janeiro (2002). *Os Fatos sobre Israel e sobre o Conflito do Oriente Médio: Perguntas e Respostas*. Tradução parcial Roberto Fischer. Rio de Janeiro. Tribuna Judaica.
- MUNIZ, A. V.S. (2005). *O Mapa do Caminho e o processo de paz Israelo-Palestina (2003-2004)*, Recife, UFPE, monográfico de Bacharelado em Ciências Sociais.
- PINSKY, Jaime (1978). *Origens do Nacionalismo Judaico*. São Paulo, Editora Hucitec.
- PINSKY, Jaime (2007). “O que ser judeu?” In *Aventuras na História: Israel 60 anos*. Maio 2007. Editora Abril S.A.

- POLIAKOV, Leon (1992). *Do Anti-sionismo ao Anti-semitismo*. Tradução Mauro W.Barbosa de Almeida. São Paulo. Editora Perspectiva.
- RAMONET, Ignacio (2003). “Oriente Médio: A Nova Guerra dos Cem Anos”. In Ignacio Ramonet, *Guerras do Século XXI. Novos Terrors e Novas Ameaças*. Tradução de Lucy Magalhães. Petropolis, RJ, Vozes: 71-96.
- SAID, Edward W. (2003). *Cultura e Política*. Organização Emir Sader. Tradução Luiz Bernardo Pericás. São Paulo. BoiTempo Editorial.
- SALEM , Helena (1982). *O Que é Questão Palestina*. 2ª Edição. São Paulo. Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos).
- SILVA, Tomaz Tadeu da (2000). “A Produção Social da Identidade e Diferença” In Tomaz Tadeu da Silva (Org.). *Identidade e diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ. Vozes.
- SORJ, Bernardo & GRIN, Mônica (1993). “Introdução” In Bernardo Sorj e Mônica Grin, *Judaísmo e Modernidade*. Tradução Alexandre Lissovsky e Elisabeth Lissovsky. Rio de Janeiro. Âmagô.
- SORJ, Bernardo (1997). “Sociabilidade Brasileira e Identidade Judaica” In Bila Sorj (org.). *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro. Imago Ed.
- STRAUCH , Eliezer (1984). *Serviço Secreto de Israel*. Tradução lia Strauch. São Paulo, Summus Editorial.
- WALZER, Michael (2004) Artigo: As quatro guerras entre Israel e Palestinos. *Folha Online*. 28/03/2004, 05h 06, Esta é uma versão reduzida de artigo publicado na revista “Dissent”.
- WOODWARD, K.(2000). “Identidade e Diferença: Uma introdução teórica e conceitual” In Tomaz Tadeu da Silva (Org.). *Identidade e diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ. Vozes.

Anexos

Anexo 1¹



¹ BBC www.bbc.co.uk/portuguese/pulltogether/s.orientemedio.shtml, esta referencia serve para todos os mapas que se encontram neste trabalho.

Anexo 2



Anexo 3

